



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACECON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA

CELSO PEREIRA DE OLIVEIRA

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS EFICIENTES NOS MUNICÍPIOS PARAENSES

BELÉM-PA

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – FACECON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA**

CELSO PEREIRA DE OLIVEIRA

**ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS EFICIENTES NOS MUNICÍPIOS PARAENSES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Pará, com vistas à obtenção do grau de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos.

BELÉM-PA

2024

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48e Oliveira, Celso Pereira de.
Economia social e solidária: mapeamento dos empreendimentos solidários eficientes nos municípios paraenses / Celso Pereira de Oliveira. — 2024.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
Coorientador(a): Prof. Dr. Harley Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- Graduação em Economia, Belém, 2024.

1. Economia Solidária. 2. Empreendimentos Sociais. 3. Análise Envoltória de Dados. 4. Eficiência. 5. Mapeamento. I. Título.

CDD 330

FOLHA DE APROVAÇÃO

CELSO PEREIRA DE OLIVEIRA

**ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA: MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS
SOLIDÁRIOS EFICIENTES NOS MUNICÍPIOS PARAENSES.**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Bruno Nascimento dos Santos
Universidade Federal do Pará – UFPA
Orientador – Presidente.

Prof. Dr. Harley Silva.
Universidade Federal do Pará – UFPA
Examinador Interno

Prof. Dr. Cristiano Descovi Schimith.
Universidade Federal do Pará – UFPA
Examinador Externo

À minha esposa e ao meu filho, pelo grande incentivo
que ambos me deram durante esta jornada.

AGRADECIMENTOS

A todos os economistas e filósofos que vieram antes de mim.

À minha esposa, Josiane das Neves Ferreira, e ao meu filho, Chrystian Ferreira de Oliveira, duas pessoas importantíssimas no meu dia a dia, por me darem coragem e força em direção ao meu sucesso pessoal, acadêmico e profissional. É para eles que dedico todo o meu trabalho, principalmente porque eles nunca deixaram de acreditar que um dia eu seria Mestre em Ciência Econômica Aplicada pela Universidade Federal do Pará. Com toda minha força, amo vocês!

Aos meus pais, Maria Lucia Pereira de Oliveira e Raimundo Martins de Oliveira, que, embora sem muita instrução, me educaram e ajudaram da melhor forma possível a moldar o meu caráter. Ambos deram suas contribuições para a minha formação pessoal, e, de uma forma ou de outra, me capacitaram para chegar onde estou. Muito obrigado por acreditarem na minha pessoa!

Também agradeço à minha sogra, Joana das Neves Ferreira, que em um momento muito difícil, uma enfermidade em 2022, me ajudou sem pedir nada em troca.

Ao meu orientador, Ricardo Bruno Nascimento dos Santos, que desde o início do curso ajudou-me nos momentos difíceis, colaborando dedicadamente para esta pesquisa. Devo dizer que foi uma etapa muito difícil e emocionante o término deste estudo, mas com muito esforço e dedicação, com o auxílio do orientador, terminamos no tempo previsto.

Também agradeço ao meu grande amigo Ludgero Rego, pois, sem sua ajuda e orientação, jamais conseguiria terminar esta pesquisa.

Ao grande professor Armando Lírio, pelos bons momentos juntos na execução de projeto de extensão e nas pesquisas ao longo de três anos de caminhada.

À Universidade Federal do Pará, por ser um “templo do conhecimento científico”, e, principalmente, pelo corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, composto por excelentes professores doutores, mestres e especialistas.

Aos demais amigos e familiares que me apoiaram nesta caminhada.

“E você aprende que realmente pode suportar... Que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais”.

(Veronica A. Shoffstall).

RESUMO

A presente dissertação pretende estudar as eficiências dos Empreendimentos Sociais (ES) presentes nos municípios paraenses, de acordo com estudos e mapeamentos mais recentes produzidos no país em 2013 e publicados no ano de 2014, extraídos do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES). O ponto de partida deste trabalho de investigação se dá pelo seguinte questionamento: como medir a eficiência dos Empreendimentos Sociais presentes no estado do Pará apenas com dados existentes anteriores a 2013?. A importância deste estudo reside sobre a possibilidade de maior compreensão da Economia Solidária na Amazônia, especificamente no estado do Pará, a partir de uma abordagem conceitual dos Empreendimentos Sociais paraenses. O estudo busca mensurar a quantidade de Empreendimentos Sociais eficientes e ineficientes que se dedicam em atividades predominantemente coletivas na região paraense. Ainda não existe no Brasil um enquadramento jurídico-institucional apropriado para delinear os empreendimentos econômicos solidários conforme sua realidade, e, nos dias de hoje ainda perduram fortes debates quanto à sua origem, o que faz carecer, portanto, que sejam melhor compreendidos tanto em seu formato quanto em sua natureza. Para esta averiguação foi adotado um modelo de eficiência conhecido como *Data Envelopment Analysis* (DEA), através procedimentos estatísticos descritivos, que consistem num método científico utilizado na solução de um problema. Assim, faremos os usos frequentes dos dados coletados, em forma de estatísticas, a partir das quais serão apresentados os resultados sistematicamente de todos os índices coletados sobre o estudo proposto. Como resultados, foi possível observar que os Empreendimentos Sociais não se aproximam do cooperativismo tradicional, e tampouco ao dito terceiro setor. Entretanto a Economia Solidária, através dos ES, vem se contrapondo às formas legais do chamado associativismo e cooperativismo brasileiro. Ao longo de sua ocorrência, essas entidades sociais buscam reconhecimento institucional, no seu desenho de organismo social, na direção de um espaço de reconhecimentos de suas atividades socioeconômicas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Empreendimento Sociais; Análise Envoltória de Dados e Eficiência.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the efficiency of Social Enterprises (SEs) present in the municipalities of Pará, according to the most recent studies and mappings produced in the country in 2013 and published in 2014, extracted from the National System of Solidarity Economy (SIES). The starting point of this research work is the following question: how to measure the efficiency of social enterprises present in the state of Pará only with data existing prior to 2013? The importance of this study lies in the possibility of a greater understanding of the Solidarity Economy in the Amazon, specifically in the state of Pará, from a conceptual approach of the social enterprises of Pará. The study seeks to measure the number of efficient and inefficient social enterprises that are dedicated to predominantly collective activities in the region of Pará. There is still no appropriate legal and institutional framework in Brazil to define solidarity-based economic enterprises according to their reality, and today there are still strong debates about their origin, which means that they need to be better understood both in terms of their format and nature. For this investigation, an efficiency model known as Data Envelopment Analysis (DEA) was adopted, through descriptive statistical procedures, which consist of a scientific method used to solve a problem. Thus, we will make frequent use of the data collected, in the form of statistics, from which the results of all the indexes collected for the proposed study will be presented systematically. As a result, it was possible to observe that social enterprises do not resemble traditional cooperativism, called third sector. However, the Solidarity Economy, through the ES, has been opposing the legal forms of the so-called Brazilian associativism and cooperativism. Throughout their existence, these social entities seek institutional recognition, in their design as a social organism, towards a space of recognition of their socioeconomic activities.

Keywords: Solidarity Economy; Social Enterprise; Data Envelopment Analysis and Efficiency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Função de produção.....	24
Figura 2 – Modelo de Orientação ao Insumo ou ao Produto.....	30
Figura 3 – Mapa do estado do Pará.....	73
Figura 4 – Região de Integração paraense.....	74
Figura 5 – Percentual de Empreendimentos Sociais por UF.....	91
Figura 6 – Os dez municípios com maior participação de empreendimento Econômico Solidário paraense.....	92
Figura 7 – Empreendimentos Sociais por Região de Integração.....	93
Figura 8 – Área de atuação dos Empreendimentos Sociais.....	95
Figura 9 – Números de participantes da Economia Solidária no Brasil e no Pará.....	95
Figura 10 – Quanto a cor ou raça entre os(as) sócios(as) dos Empreendimentos Sociais.....	96
Figura 11 – Números participantes que pertencem a povos e comunidades tradicionais..	97
Figura 12 – Categorias sociais às quais pertencem os sócios e as sócias dos Empreendimentos Sociais.....	98
Figura 13 – Quanto ao perfil etário predominante atribuído aos (às) sócios (as).....	99
Figura 14 – Formas de organizações.....	100
Figura 15 – Principais Atividades Econômicas.....	101
Figura 16 – Os principais produtos produzidos coletivamente nos empreendimentos.....	103
Figura 17 – Destino final dos produtos dos empreendimentos solidários.....	104
Figura 18 – Principais canais de comercialização dos Empreendimentos Sociais.....	105
Figura 19 – Principais espaços de comercialização dos Empreendimentos Sociais.....	106
Figura 20 – Os Empreendimentos Sociais que participam de outros movimentos sociais ou de luta.....	108
Figura 21 – Políticas de apoio à produção/comercialização acessadas pelas mulheres dos EES.....	109
Figura 22 – Histograma do faturamento, gastos e da relação gasto faturamento.....	111
Figura 23 – Histograma dos escores de eficiência.....	115
Figura 24 – Fronteira de eficiência com retornos variáveis à escala, orientação ao insumo.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Compreensão de Conceitos PRONINC.....	65
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de Empreendimentos Sociais por UF.....	90
Tabela 2 - Área de atuação dos Empreendimentos Sociais.....	94
Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis antes dos cortes.....	110
Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis depois dos cortes.....	111
Tabela 5 - Valores em R\$ dos gastos e faturamentos dos empreendimentos solidários a partir da relação gasto/faturamento.....	112
Tabela 6 - Modelo de Eficiência com retornos variáveis à escala, orientação ao insumo.	113
Tabela 7 - Quantidade de empreendimentos apoiados pelas universidades.....	117
Tabela 8 - Análise da eficiência sem ou com apoio das universidades.....	118
Tabela 9 - Empreendimentos por tempo de adição no cadastro.....	119
Tabela 10 - Eficiência dos empreendimentos por tempo de cadastro.....	119
Tabela 11 - Quantidade de empreendimentos por Região de Integração do Pará.....	121
Tabela 12 - Nível de eficiência por região de integração.....	122
Tabela 13 - Dados da eficiência por municípios do PA.....	124

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CEs – Cooperativas de Eletrificação
COEP – Combate à Fome e Pela Vida
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CRS - Constant Returns to Scale
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
DEA – Data Envelopment Analysis
DMU – Decision Making Unit
ES – Empreendimento Social
ES – Economia Social
EES – Empreendimento Econômico Solidário
ESS – Empreendimento Social e Solidário
FBES – Fórum Brasileiro da Economia Solidária
FMS – Fórum Mundial Social
IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPES – Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares
MESB – Mapeamento da Economia Solidária no Brasil
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MSUR – Movimento Sindical Urbano e Rural
OCB – Organizações de Cooperativas do Brasil
OCS – Organização Civil da Sociedade
ONG – Organizações Não Governamental
ONU – organizações das Nações Unidas
PAB – Plano Avança Brasil
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PMFES - Política Municipal de Fomento à Economia Solidária
PPA – Plano Plurianual
PRONINC – Programa nacional de Incubadoras de Economia Populares

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTF – Produtividade Total dos Fatores
SCO – Sociedade Civil Organizada
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e pequenas Empresas
SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura
SEMUTE – Secretaria Municipal de Trabalho Emprego de Barcarena
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária
VRS – Variable Returns to Scale
VTI – Vetor Tecnoindustrial
VTE – Vetor Tecnológico
TDA – Teoria do Desenvolvimento Alternativo
UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisas sobre o Trabalho
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA.....	17
1.2 JUSTIFICATIVA.....	18
1.3 OBJETIVOS.....	19
1.4 METODOLOGIA.....	19
1.5 ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA.....	33
2 OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	35
2.1 OS CONCEITOS DE LUGAR, TERRITÓRIO, ECONOMIA DO CUIDADO, TEORIA DAS DÁDIVAS E TEORIA DA RECIPROCIDADE.....	35
2.1.1 Espaço e Lugar: conceitos a partir de Milton Santos.....	36
2.1.2 Território: um olhar a partir de Bertha Becker.....	39
2.1.3 A Economia do Cuidado e seu marco teórico.....	42
2.1.4 Teoria da Dádiva, de Maciel Mauss.....	46
2.1.5 A Teoria da Reciprocidade, de Karl Polanyi.....	48
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ONDE TUDO COMEÇOU?.....	50
2.2.1 A origem da Economia Social.....	51
2.2.2 A origem da Economia Solidária no país.....	53
2.2.3 Conceito, definições e características.....	56
2.3 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES).....	58
2.3.1 Conceito, definições e características dos Empreendimentos Sociais.....	59
2.3.2 Tipos de empreendimentos econômicos solidários.....	62
2.3.3 Entidades de apoio: incubadoras universitárias de Economia Solidária (UFPA).....	64
2.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	68
2.5 FORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARÁ.....	71
2.6 MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS.....	75
2.7 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE UNIDADES PRODUTIVAS EFICIENTES....	78
3 DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ.....	89
3.1 ANÁLISE DE DADOS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS QUANTO AOS MUNICÍPIOS COM MAIOR ABRANGÊNCIA, SUA ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL SOCIAL.....	90
3.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTO À FORMA DE ORGANIZAÇÃO, ATIVIDADE PRINCIPAL E SEUS MERCADOS.....	100
3.3 DADOS DA EFICIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ.....	110
3.4 RESULTADOS DAS ANÁLISES DE EFICIÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, MODELO DE EFICIÊNCIA COM RETORNOS VARIÁVEIS À ESCALA, ORIENTAÇÃO AO INSUMO.....	113
3.5 ANÁLISE POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

A Economia Social, como é conhecida hoje, teve início na Europa no século XIX, cujos precursores declaravam ser uma alternativa ao sistema capitalista, pois se tratava de um modelo centrado no trabalho coletivo e pautado nos princípios de solidariedade, reciprocidade e no trabalho humanizado. Essa compreensão se aproximava de outras ideias já difundidas, como Economia dos Pobres, Economia Comunitária, Economia Plural, Economia Popular e Economia Solidária (Diniz, 2019).

Mais tarde, as discussões sobre a Economia Social na América Latina e sobre o escopo de suas atividades socioprodutivas e o desenvolvimento dos Empreendimentos Sociais (ES) se ajustaram na forma conceitual da Economia Solidária, desenvolvida por estudiosos como Roseto (1984), Coraggio (1997), Singer (2002), Sousa (2003) e outros. Todos estes arranjos conceituais e estudos foram amplamente discutidos e impulsionados em fóruns, conferências e debates sobre Economia Solidária em países como Chile, Argentina, Colômbia, Equador e Brasil. Com isso, os conceitos e as práticas solidárias ganharam espaços nas reivindicações contra o desemprego e a favor da moradia, dos direitos sociais e da reforma agrária. Desse modo, a formação social desse novo movimento foi desenvolvida e aprimorada pelos movimentos sociais urbanos e rurais nesses países (Gaiger, 2013).

A Economia Social e Solidária (ESS) desenvolveu-se no Brasil na década de 1990, depois ganhou força na década seguinte, entre os anos 2000 e 2014, graças às práticas populares e de alguns estudiosos, pesquisadores e esferas governamentais, que contribuíram decisivamente para o estágio que se encontra atualmente. A ESS surgiu como alternativa ao desemprego, ao enfraquecimento e à destruição dos empregos formais em todo mundo do trabalho, assim como se constituiu um meio para fugir da carência e da miséria. Por meio dela, grupos foram criados autonomamente para produzirem artigos em geral e prestarem de serviços em todo território nacional (Gaiger, 2008).

Nesse sentido, dentro da ESS coexistem organizações sociais que cultivam valores como solidariedade, autogestão e trabalho coletivo, que nortearam seus membros a servirem como agentes de transformação. Desse modo, as entidades que compõem a rede da ESS apresentam uma estrutura organizacional, possuem sedes, normas e regras. Além disso, os movimentos sociais, urbanos e rurais se apresentam como movimentos economicamente ativos, que desempenham atividades coletivas comumente denominadas de “Nova Economia” (Ramos, 2011). Nestas atividades, os associados desempenham suas atividades individuais e

coletivas em vários setores da Economia Solidária, tais como: artesanatos, corte e costuras, produção manual de alimentos, prestação de serviços e outros (Santos, 2003).

Nesse ínterim, cumpre observar que as atividades do organismo social compõem entidades dotadas de personalidade formal e informal, estabelecidas conforme as regras e normas aprovadas pelos membros de grupos informais, associações ou das cooperativas. E como principal característica, assim definem Cattani *et al.*: “O movimento que se apresenta neste século, portanto, traz o centro e a periferia no bojo da contestação do ‘economicismo’ em favor de uma outra Economia, marcada pela solidariedade, sustentabilidade e emancipação” (Cattani *et al.*, 2009, p. 27).

A partir dessa percepção, na ESS, os grupos sociais são mais capazes, em suas caminhadas na arena pública, de perceber como é possível melhorar a condição de vida de todos, uma vez que estão reunidos em torno do mesmo bem comum, na busca da melhor distribuição de renda e bem-estar social. Assim, a distribuição de renda constitui o vetor aos grupos sociais que se empenham pela busca do bem viver (Abers *et al.*, 2018).

Com a bandeira da Economia Solidária, homens e mulheres têm sido forjados na luta popular, intitulada como uma nova organização social empenhada em atingir e conquistar políticas públicas direcionadas aos Empreendimentos Sociais, de modo que possam melhorar a produção de alimentos e sua comercialização (Carvalho, 2019).

Diante desse cenário, surgiu a necessidade de entender como ocorre a rede que traça a ESS no Pará. O objetivo desta dissertação é estudar a eficiência dos Empreendimentos Sociais da Economia Solidária presentes no estado do Pará, de acordo com os últimos mapeamentos produzidos no país no período de 2009-2013 e publicados no ano de 2014 pelo governo federal.

A justificativa para esta pesquisa reside no fato de que o estudo das análises de eficiências é inédito no estado e carece de maior compreensão. Para a investigação, foi utilizada a análise estatística guiada pela ferramenta *Data Envelopment Analysis* (DEA), através procedimentos estatísticos descritivos, no sentido de averiguar as eficiências dos empreendimentos solidários paraenses. Além disso, a investigação contou com estudos para embasar a análise dos dados, tais como Cristina *et al.* (2020), Brianez e Sabbag (2019), Martins *et al.* (2021) entre outros.

1.1 O PROBLEMA DA PESQUISA

A Economia Solidária, investigada por autores como Paul Singer, Gaiger, Boaventura, Coraggio, Roseto e outros, é entendida como uma maneira de manter o sustento de homens e mulheres no formato de trabalho coletivo, a partir do qual os Empreendimentos Sociais coexistem em vários setores de diferentes ramos dentro da sociedade, como, por exemplo, cooperativas, trabalho informal e trabalho associativo, materializado na forma de trabalho organizado, classificados conforme seu tamanho e sua natureza. Fazem parte desses formatos de trabalho os trabalhadores do artesanato, da agricultura familiar, da pesca artesanal, os trabalhadores extrativistas, quebradoras de coco, as cozinhas comunitárias, grupo de mulheres, quilombolas, povos originários e comunidades tradicionais.

À vista desse cenário, o problema desta pesquisa está em entender o seguinte: Em que medida é possível mensurar a eficiência dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS) apenas com dados existentes anteriores ao último mapeamento da Economia Solidária realizado entre 2009-2013? A hipótese da investigação volta-se para a noção de empreendimentos eficientes, os quais parecem contribuir decisivamente para o desenvolvimento local paraense, onde as unidades produtivas estão instaladas nas áreas urbanas e rurais (*local-local*) e podem contribuir para comercialização de produtos em alguns municípios.

Assim, no que diz respeito ao desenvolvimento da Economia Solidária em solo paraense, os efeitos positivos desses estabelecimentos somente serão sentidos pelos seus membros dependendo do tamanho da estrutura organizações sociais existentes. Para isso, precisam ser auferidos mediante os faturamentos e os gastos, e o resultado final de cada exercício anual, onde terão sobras ou prejuízos. A partir dessa análise é que se poderá avaliar a eficiência ou ineficiência, mediante a observação da geração de emprego, renda, infraestrutura, consumos e bem-estar geral no local.

Os dados anteriores do mapeamento da Economia Solidária promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), realizados em 2005/2007 e publicados em 2009 contribuirão para desvendar a qualidade das informações relativas aos empreendimentos no território (SENAES, 2009). A partir deles, será possível caracterizar os traços mais evidentes da Economia Solidária nos municípios paraenses, observando-se sua estrutura, distribuição e como as quantidades de empreendimentos eficientes e ineficientes interferem na vida dos membros da comunidade. Com o auxílio ferramentas de pesquisa como o DEA, serão verificados os faturamentos, a forma de organização, o mercado direto e o destino final das

mercadorias, de acordo com modelo matemático de eficiência, método de modelagem conhecida como Análise Envoltória de Dados.

Empreendimentos Sociais eficientes tendem a atender diretamente os participantes do movimento da Economia Solidária, somando desenvolvimento local ao trabalho coletivo. Dessa associação pode florescer uma nova cultura, pautada na ação política e no fortalecimento dos movimentos sociais, em prol de uma nova economia, com foco na prosperidade *in loco*, marcada pelo desenvolvimento social e sustentável.

Assim, pensando no fortalecimento de instituições como essas, a investigação acadêmica ora proposta pode contribuir para que a ação governamental venha a interferir positivamente com políticas públicas direcionadas a este setor, bem como com a oferta de programas e ações no fortalecimento das entidades da Economia Solidária.

1.2 JUSTIFICATIVA

A importância deste estudo está em trazer uma nova percepção no que se refere à compreensão da Economia Solidária na Amazônia, no estado do Pará, a qual poderá contribuir para que órgãos públicos possam colaborar com políticas públicas de fomento e incentivo de novos modelos de produção. O trabalho tenta elucidar a eficiência dos empreendimentos solidários, que contribuem para o estabelecimento de dinâmicas econômicas importantes para a região, além de distribuição e concentração espacial das entidades sociais que se dedicam nas práticas da Economia Solidária.

Logo, o tema proposto pode prover na comunidade acadêmica, nos centros de pesquisas e junto ao poder público, a materialização de um estudo regionalizado acerca da temática da Economia Solidária, considerando que é uma área pouco explorada na região Norte do país. Segundo dados da SENAES (2013), ainda existem poucas pesquisas sobre essa matéria, sendo, assim, necessária a compreensão da eficiência destas organizações sociais como promotoras de faturamento e receita para pequenos negócios locais e regionais.

Outro aspecto considerável na justificativa da referida pesquisa é o estudo das eficiências dos Empreendimentos Sociais e seu impacto sobre o bem estar dos trabalhadores e das famílias. Com isso, é possível avaliar qual é o ganho para os movimentos populares e se os empreendimentos eficientes podem melhorar o modo de vida da comunidade em geral.

Em suma, desvendar como estão estabelecidas, distribuídas e concentradas as eficiências dos empreendimentos econômicos no território paraense, bem como mensurar a quantidade de entidades que desenvolvem a prática dos empreendimentos econômicos e

solidários é de grande importância para ampliar o repertório dos debates em Economia Aplicada, em especial aqueles desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Ciências Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral da presente pesquisa é realizar uma análise dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Economia Solidária existentes no Pará, com destaque para os Empreendimentos Sociais Eficientes. Nesse sentido, este estudo busca verificar como e onde esses institutos estão organizados e como se constituem mais ou menos eficientes. Como objetivos específicos, a pesquisa almeja:

- verificar a área de atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários existentes no estado do Pará;
- mensurar qual setor que emprega mais profissionais;
- analisar as principais atividades econômicas, com base no referencial teórico; e
- construir uma base de dados para futuros pesquisadores interessados no debate sobre a eficiência do empreendimento sociais da Economia Solidária.

1.4 METODOLOGIA

A área do exame empírico desta dissertação se concentrará nas organizações socioprodutivas que praticam a Economia Solidária no estado do Pará, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Para a concretização deste intento será desenvolvida, primeiramente, uma extensa pesquisa bibliográfica, mediante análises de livros, dissertações, artigos acadêmicos, leis, decretos e normas, associadas ao debate da Economia Solidária, bem como os referidos empreendimentos econômicos solidários.

Para a coleta de dados serão usadas informações em massa da Economia Solidária nos níveis nacional, estadual e municipal e do Sistema Nacional da Economia Solidária (SIES), objetivando a construção de uma base de informações o mais robusta possível. Para a organização dos dados coletados, foi utilizado o programa Excel, na elaboração de planilhas, como também a formulação de gráficos e tabelas, por meio do editor de textos Word. Um conjunto de questões relacionadas à observação do pesquisador foi elencado para coletar respostas direto do banco de dados de sua pesquisa, tendo como propósito obter informações

sobre conhecimentos, área de atuação, eficiências dos empreendimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (Gil, 2008).

Os dados desta pesquisa foram coletados diretamente da base de dados do segundo levantamento da Economia Solidária realizado em 2009-2013, coordenado e executado pela SENAES, bem como por instituições de Ensino Superior e por diversas organizações sociais. Para a realização deste estudo foram priorizados os Empreendimentos Sociais caracterizados de acordo com a base de dados mencionados acima, cujas organizações sociais são denominadas e caracterizadas como: trabalho individual, coletivo, as suas redes solidárias, do meio urbano e rural, assim como os seguintes subsetores econômicos: artesanato, reciclagem, costura, pesca artesanal, extrativismo, agricultura familiar, produtores de farinha de mandioca e outros. Também foram considerados prestadores de serviços os grupos informais, os grupos autóctones, as associações e as cooperativas.

Este trabalho só foi possível de ser realizado por conta da base de dados produzida pela SENAES e pelo SIES, os quais se constituem grandes servidores de informações e de registros dos Empreendimentos Sociais a nível nacional, assim como informações relacionadas às entidades de Ensino Superior que apoiam a Economia Solidária na região paraense, no que tange ao acompanhamento e ao fomento da Economia Solidária em todo território nacional. Esses ordenamentos são orientados pela Portaria n.º 30, do Ministério do Trabalho e Emprego, regulamentado no dia 20 de março de 2006 e desenvolvido a partir da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que compreende o “(...) conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva” (Lima *et al.*, 2011, p. 41).

Para a obtenção e processamento de dados da presente pesquisa, o meio utilizado para auferir os resultados foi o *software* R Studio, para obter informações diretamente da base de dados da planilha em Excel do SIES, por intermédio de equipamento de *hardware*. As informações foram analisadas, quantificadas e tabuladas de acordo com os números de empreendimentos solidários da Economia Solidária estabelecidos nas cidades e na Região de Integração, nas ilhas, centros, vilas e localidades no estado do Pará, no primeiro semestre de 2023.

A seguir, trataremos de cada uma das ferramentas utilizadas neste estudo.

a) R Studio

O *R Studio* é uma plataforma que desenvolve variados resultados matemáticos, constituído por um *software* que é líder mundial em pesquisa-resposta *off-line*, o qual ajuda milhões de indivíduos e acadêmicos na obtenção resultados, auxiliando pesquisadores no momento da elaboração de gráficos e tabelas. Além disso, contribui na geração de dados matemáticos na construção de informações sobre tema pesquisado, pois a plataforma fornece ferramentas de pesquisa num robusto banco de dados com diversos gráficos e mapas. O *software R Studio* tem o objetivo de produzir subsídios quantitativos de um determinado grupo de pessoas, empresas, região, territórios e governos. A plataforma é indicada quando se deseja responder questões que expressam resultados quantitativos, grupos socioeconômicos, números complexos de uma determinada região, lugar e entidades, entre outros.

Como foi mencionado, já existem dados relativos aos Empreendimentos Sociais presentes no Pará que estão em um grande banco de dados em planilha Excel, com variadas informações – desde endereço dos empreendimentos, o faturamento, os custos de produção, dos insumos e produtos, o local de produção, comercialização e distribuição até informações das instituições de apoio, universidades, secretarias de governos, e sobre apoio de prefeituras.

O total de empreendimentos no Brasil somaram 19.021 mil unidades de produção da Economia Solidária, dos quais 1.358 empreendimentos econômicos estão localizados no Pará. Para uma compreensão mais adequada, todos os dados foram inseridos na plataforma *R Studio*, alimentada com as informações referente aos empreendimentos na unidade federativa, para a verificação da quantidade existente em cada região, eficiência das organizações sociais, faturamento, custo de produção, entidades de Ensino Superior que apoiam os Empreendimentos Sociais, e outras informações que foram formuladas no questionário do último levantamento da Economia Solidária em questão.

O tratamento de dados foi realizado por meio de modelo matemático conhecido como Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), com base nos estudos do Penã (2008), Almeida, Mariano e Rebolato (2006) e Soares (2022). Com o auxílio dessa ferramenta, foram construídos os dados relacionados às respostas dos entrevistados do referido mapeamento aplicado no estado do Pará. Por se tratar de uma metodologia não paramétrica, que foi aperfeiçoada ao longo do tempo, os dados foram produzidos com pequenas variáveis para obtenção dos melhores resultados.

b) Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*)

A Análise Envoltória de Dados (DEA) surgiu da tese de Edward Rhodes (orientado por William Cooper) em 1978. Usada para avaliar o desempenho das escolas públicas dos Estados Unidos, tinha como pressupostos a análise de dados matemáticos para medir a eficiência das unidades produtivas, assim se configurando em um processo não paramétrico, usado como um método de programação linear. Sendo assim, constitui um procedimento determinístico; não permite que a hipótese estatística seja comparada; não realiza suposições na distribuição do termo da ineficiência; não inclui o erro como termo; e não exige a especificação de uma função, pois utiliza pequenos números de variáveis. Desse modo, a DEA tem como objetivo desenvolver modelos matemáticos para tratar problemas de avaliação de desempenho em organizações produtivas (Cristina *et al.*, 2020).

A *Data Envelopment Analysis* (DEA) é conhecida no Brasil como Análise Envoltória de Dados, e popularmente conhecida como Análise de eficiência. Configura-se como um conjunto de conceitos e metodologias que serve para consolidar, sistematizar e organizar a relação de unidades produtivas e sua respectiva produção e a entregas dos seus resultados. Assim, as pesquisas e os dados estão correlacionados ao corpo do estudo que o pesquisador queira desenvolver. Contudo, para discorrer mais profundamente sobre o DEA, é preciso compreender os conceitos de *eficiência*, *eficácia* e *produtividade*, que constituem um complemento analítico dos resultados pretendidos (Brianez; Sabbag, 2021).

Em grande parte de sociedade, em todos os ramos, tanto no setor público como no setor privado, o capital humano e os meios econômicos são, em grande medida, escassos para atender uma gama das exigências dos seus públicos. Portanto, ao empreender em qualquer ramo, o gestor precisa decidir o que, como e quanto produzir. A partir disso, os tomadores de decisões procuram a melhor combinação dos meios produtivos, na busca mais racional de organizar a atividade econômica. Hoje, com a ascendente e acelerada competitividade, faz-se necessária procura contínua da eficiência, que é um imperativo para a sobrevivência das organizações (Peña, 2008).

c) Eficiência

A *eficiência* é um conceito relativo, que demonstra a relação entre produção e o potencial de produção que poderia ser produzido com base nos recursos disponibilizados. Ela se insere nas distintas formas de avaliar a quantidade produzida. Sendo assim, a eficiência refere-se às atividades “meio”, ou seja, à execução para a obtenção de resultado. É a combinação ótima dos insumos e métodos necessários (*inputs*) no processo produtivo, de

modo que possam gerar o máximo de resultados (*outputs*) aquilo que pode ser definir como eficiência. Com isso, é possível conquistar certos resultados, de modo que se possa minimizar a relação insumo-produto, tendo o objetivo de assegurar a otimização dos fatores de produção, destacando-se os meios e não os fins dos resultados. A eficiência pode ser de dois tipos: eficiência técnica e a eficiência econômica.

Um método de produção é eficiente quando são utilizadas e combinados uma dada tecnologia com uma quantidade de insumo mínimo para se obter uma certa quantidade de produto; ou quando é gerado o maior nível de produção com uma certa quantidade mínima de insumo. Ou melhor dizendo, quando um empreendedor conquista sua eficiência na produção, bem como aumenta a produção de um produto em detrimento do outro. Neste caso, um método produtivo é mais eficiente, da perspectiva econômica, quando o primeiro consegue uma certa quantidade de produtos igual à do segundo, com um menor custo de produção. A eficiência econômica deriva da eficiência técnica, das quais envolvem aspectos físicos e monetário. Para avançar nas análises das eficiências é preciso conhecermos também o conceito de eficácia, a fim de não incorrer em erros comuns quando se investiga os estudos das eficiências.

d) Eficácia

A *eficácia* refere-se aos resultados finalísticos alcançados e ou pretendidos dentro de uma ação ou projeto e está ligada apenas à quantidade produzida, sem levar em conta como foi o processo de produção e quais os meios foram utilizados para atingir a meta projetada pelas unidades produtivas. Envolve realizar as coisas certas e selecionar os objetivos certos; logo, é um selo, um padrão normativo de obtenção dos resultados.

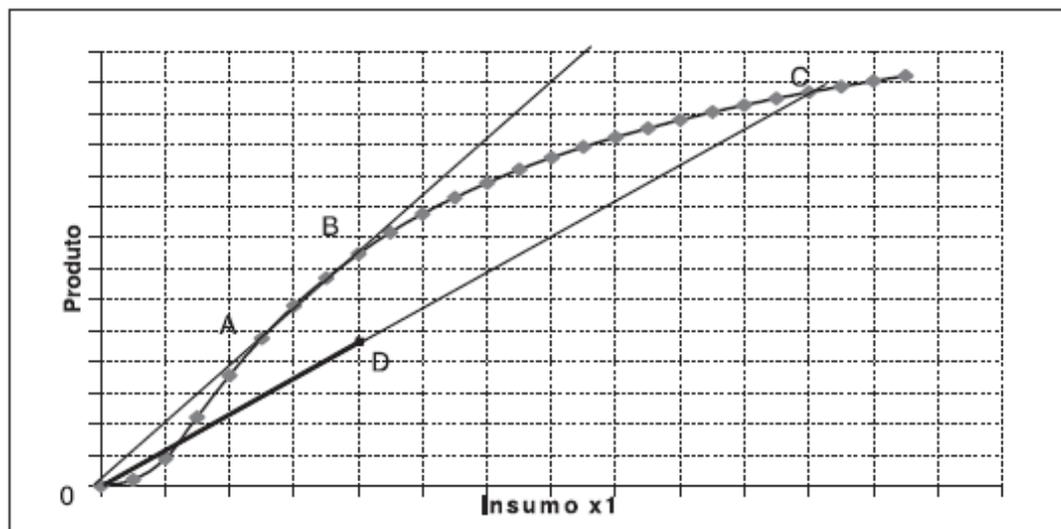
Desse modo, um empreendedor que toma as suas decisões baseadas em projeções-expectativas pode levar seus negócios à obtenção de resultado esperado, ou a um resultado positivo, ou a um resultado ineficaz. E mesmo que ele consiga o melhor custo-benefício, o objetivo de qualquer organização sempre será almejar um resultado eficiente e eficaz de forma duradoura e com efetividade. Esta será a regra geral para qualquer empresário que almeje o resultado final de seu faturamento usando menor insumo com melhores ganhos. Para um entendimento mais aprofundado sobre a matéria de eficiência e eficácia, faz-se necessário o entendimento do conceito de produtividade, o qual possui grande importância na relação sobre insumo-produto de um determinado bem ou serviço.

e) Produtividade

A *produtividade* é a diferença entre o que foi produzido e que foi gasto para produzir. O resultado está intimamente ligado às decisões das unidades produtivas (Empreendimentos Sociais), ou seja, as Unidades Tomadoras de Decisões (*Decision Making Unit – DMU*). Toma-se como exemplo a relação da quantidade de sementes semeadas com a quantidade de hectares utilizados. Para melhor exemplificação, utiliza-se o conceito da função de produção, de onde se apresenta a definição e se obtém a medida de eficiência. A função representa, de modo geral, a relação entre a quantidade física dos meios de produção ou matéria-prima *versus* a quantidade máxima produzida de bens e serviços. Assim, é levado em consideração a quantidade máxima produzida, com máximo de eficiência e o menor custo de produção.

A função é: $Q=f(X_1, X_2, X_3... X_n)$, da qual (Q) é a quantidade de produtos produzidos e $X_1, X_2, X_3... X_n$ são as quantidades utilizadas de (n) fatores de produção. Cabe aqui ressaltar que, muitas vezes, dependendo da quantidade produzida e do que se pretende estudar, emprega-se capital, trabalho e matéria-prima, poucas vezes de forma simplificada $Q=f(K,L)$.

Figura 1 – Função de produção



Fonte: Peña (2008).

A Figura 1 demonstra, de forma geral, a função de produção da qual o seguimento A apresenta retornos crescentes de escalas. Nela, os pontos A e B destacam os retornos constantes, e, a partir de B, os retornos são decrescentes. Vale observar que os elementos das

intercorrências de produção aparecem estabelecidos no espaço abaixo da curva de elevada produção, caracterizada como curva de possibilidades de produção. Conseqüentemente, a fração que corresponde aos empreendimentos A, B e C tem nível de processo produtivo eficiente – mesmo presumindo que ao romper do ponto A para o C, a produtividade média caia (a qual é mensurada pela inclinação da reta que converge).

Portanto, os empreendimentos D e C exibem e possuem a mesma produtividade. Nesta medida, quando D é diferente de C, suas produtividades são ineficientes, pois com todos os esforços operando os insumos, o único nível de produção que poderia alcançar seria do empreendimento B. Existem, na literatura, outros tipos de medida e eficiência, como a Isoquanta, o Isocusto e a Curva de Possibilidades, que poderiam ajudar na elucidação das eficiências, mas, neste estudo, ficaremos somente com o estudo da curva de produção.

A DEA define-se como uma curva de eficiência, ou de máxima produtividade, levando em conta a interação ótima entre insumo e produto, como também definida como uma abordagem de programação matemática, substituindo os métodos de estatísticas tradicionais. Isso possibilita auferir a eficiência relativa de uma unidade produtiva. Tal técnica procura mensurar múltiplas entradas e múltiplas saídas, considerando sua fronteira de eficiência (Almeida; Mariano; Rebolato, 2006).

De acordo com Peña (2008), Debreu (1951) e Farrell (1957) declararam que um empreendimento com coeficiente de eficiência cravado em 1 ou 100% informa que o desempenho não pode ser melhorado por outro. Nestes casos, uma eficiência menor ou maior que 01 (um), dependendo da entrada ou saída (orientada aos *inputs* ou aos *outputs*), apresentará o nível de ineficiência das unidades produtivas. Logo, uma orientação aos *inputs* com um coeficiente de 0,90 apontará que essa organização social deverá reduzir o emprego de insumos em 10% para se tornar eficiente. Assim, em um modelo, a orientação aos *outputs*, um coeficiente de 1,15% estabelecerá que tal empreendimento aumentará todos os bens e serviços produzidos em 15% para ser eficiente.

Neste caso, a DEA permite saber que a eficiência produtiva submerge a partir de um conjunto de unidades produtivas. Nesse tipo de análise, a eficiência é mensurada basicamente sobre duas óticas, o modelo orientado ao *input* e o modelo voltado ao *output*, de onde determinadas informações são produzidas por meio procedimentos matemáticos paramétricos e não-paramétricos. Considerando que os empreendimentos produzem determinados produtos e consistem em inserir uma função de produção, conforme a Figura 1, a função de produção, quando utilizada de maneira eficiente, usando os insumos e os meios de produção de forma

eficiente, pode elevar um determinado número de produção eficiente de uma dada DMU (Souza; Rocha, 2020).

f) Fronteira de Eficiência

De acordo com a literatura da área, os métodos mais utilizados para mensurar as fronteiras eficientes e os níveis de eficiência das organizações sociais são determinados pelos métodos paramétricos e não-paramétricos. O *método paramétrico* consiste em utilizar regressão múltipla e demonstram sua operacionalização entre as variáveis definidas por uma teoria funcional antecipada, com informações dos DMU pesquisados; em seguida, é projetada uma função de produção empregando insumos, como variáveis independentes, e uma ponderação de produtos com parâmetros de desempenho, como variável dependente. Logo, a função de regressão é uma escolha de probidade. Por exemplo: com um determinado número de insumo (semente de cheiro-verde), qual o desempenho (área plantada e colhida) o empreendedor pode esperar?

Já o *método não-paramétrico* é determinado pela curva de eficiência por intermédio da programação matemática de otimização e não se caracteriza por nenhuma troca funcional entre os insumos e produtos, constituindo, pois, uma variável determinística. Este modelo apresenta algumas falhas, ocasionado observação extremada sobre os erros do modelo matemático. Para corroborar o modelo matemático DEA, existe na teoria dois modelos de análise de eficiência. O modelo proposto por Charnes *et al.* (1978), intitulado por CCR, foi delineado para uma análise com retornos constantes de escala (CRS – *Constant Returns to Scale*). Depois, foi estendido por Banker, Charnes e Cooper (1984), para designar retornos variáveis de escala, os quais serão detalhados com maior ênfase nos tópicos abaixo.

g) Modelos DEA-CCR e DEA-BCC

A DEA apresenta uma abordagem analítica rigorosa na aplicação e aferição da eficiência de produção, a qual se originou no trabalho de Pareto-Koopmans e Debreu, em 1951, conforme os estudos dos autores. Estes estudiosos elucidam a existência de dois tipos de eficiência relativa: a eficiência técnica e a eficiência de escala. Nos primeiros anos destes estudos, apenas a eficiência técnica era considerada, mas, com passar dos anos, com pesquisas de outros estudiosos, começaram a considerar também a eficiência de escala. As eficiências

não-paramétricas foram desenvolvidas com as eficiências baseadas nos cálculos apenas de um insumo e um produto (Almeida; Mariano; Rebolato, 2006)

Prosseguindo com os trabalhos de Farrel (1957), estudiosos como Charnes, Cooper e Rhodes (1978) devolveram seus trabalhos através da equação de Farrel em um problema de programação linear, possibilitando assim calcular variados insumos e produtos em uma mesma equação matemática. Foi nessa pesquisa que se utilizou, pela primeira vez, o termo Análise Envoltória de Dados (Oliveira; Gomes, 2021).

O DEA é um poderoso método de análise de desempenho da eficiência do setor público, do setor privado e das organizações sem fins lucrativos, que se apoia em programação matemática não paramétrica, a qual avalia a eficiência de uma unidade produtiva *Decision Making Units* (DMU). Suas finalidades são: a obtenção de uma medida de eficiência a partir de dados reais (sem o uso de fórmulas teóricas); a otimização da utilização dos recursos; apontar o quanto os níveis de insumos ou produtos podem ser melhorados; indicar quais unidades produtivas são *benchmarks* (referência); e servir de subsídio para tomada de decisões multicritério por meio da avaliação de desempenho das alternativas de ação. Tudo isso para a finalidade de medir a eficiência das Unidades Tomadoras de Decisão (DMUs), ou seja, os empreendimentos que terão o melhor desempenho na eficiência de seus faturamentos econômicos (Cristina *et al.*, 2020).

Inicialmente, o estudo elaborado por Charnes, Cooper e Rhodes (1978), designado por CCR, foi desenvolvido para uma análise com retornos constantes de escala *Constant Returns to Scale* (CRS). Posteriormente, Banker, Charnes e Cooper (1984) desenvolveram uma nova extensão, para incluir retornos variáveis de escala *Variable Returns to Scale* (VRS) e passou a ser denominado de BCC.

Os modelos básicos de DEA conhecidos como CCR (ou CRS) e BCC (ou VRS) apresentam, atualmente, duas formas de maximizar a eficiência: a) Reduzir o consumo de insumos, mantendo o nível de produção elevado, ou seja, *orientado ao insumo*; e b) Aumentar a produção, dados os níveis de insumos sejam inalterados, ou seja, *orientado ao produto*.

Desta forma, o modelo CCR tem em suas bases um problema de programação linear, tendo a seguinte fórmula: (1) a função objetivo, que deve ser otimizada e (2) e (3) são as restrições do problema. A seguir, é apresentada a modelagem existente no CCR, que é o modelo orientado ao *input*, conforme as pesquisas de Almeida, Mariano e Rebolato (2006):

$$MAX = \sum_{i=1}^m u_i \cdot y_{i0} \quad (1)$$

Sujeito:

$$\sum_{j=1}^n v_j \cdot x_{j0} = 1 \quad (2)$$

$$\sum_{i=1}^m u_i \cdot y_{ik} - \sum_{j=1}^n v_j \cdot x_{jk} \leq 0 \text{ para } k = 1, 2 \dots z \quad (3)$$

Em que:

u_i = peso calculado para o produto i

v_j = peso calculado para o insumo j

x_{jk} = quantidade do insumo j para cada unidade k

y_{ik} = quantidade do produto i para unidade k

x_{j0} = quantidade do insumo j para unidade em análise

y_{j0} = quantidade do produto i para unidade em análise

z = número de unidade em avaliação

m = números de tipos de produtos

n = números de tipos de insumos

u_i e $v_j \geq 0$

Para uma melhor compreensão do modelo CCR, Peña ensina que:

A partir daí, o método determina quais são as melhores práticas observadas, que tomam o valor de $h=1$ ou 100% e formam a fronteira eficiente com as unidades virtuais ou fictícias. A eficiência das outras unidades analisadas é medida a partir das posições relativas por elas, ocupadas em relação à fronteira. Por exemplo, se o coeficiente encontrado é 0,80, sua interpretação indicará que essa unidade produtiva deverá reduzir proporcionalmente o consumo de insumos em 20% para ser eficiente. Por isso esse Modelo é chamado orientado aos insumos (Peña, 2008, p. 32).

Depois dos estudos sobre Retorno Constante em Escala, conhecido como CCR, outras pesquisas sobre o DEA foram desenvolvidas com passar dos anos. Em 1984, foi criado o modelo VRS, por Banker, Charnes e Cooper, e o modelo BCC, empregado para determinar a eficiência técnica e de escala das unidades produtivas, a qual permite identificar ganhos de escala constantes, crescentes e decrescentes. Tais modelos servem para orientar a produção pela ótica do insumo e do produto.

O modelo DEA-BCC permite identificar se o retorno em escala é constante (escala de produção não influencia as variáveis), ou se constitui retornos crescentes (a elevação da escala garante o aumento da produtividade) ou retornos de escala decrescente (aumento da escala provoca redução da produtividade). Este modelo apresenta, pela primeira vez, a definição de eficiência de escala. Segundo os estudos DEA-BCC, a função objetivo (4) será otimizada em (5) e (6), sujeito às restrições da função objetivo (4), equações orientadas aos *inputs*. De acordo com Almeida, Mariano e Rebolato (2006):

$$MAX PO = \sum_{i=1}^m u_i \cdot y_{i0+u} \quad (4)$$

$$\sum_{j=1}^n v_j \cdot x_{j0} = 1 \quad (5)$$

$$\sum_{i=1}^m u_i \cdot y_{ik+u} - \sum_{j=1}^n v_j \cdot x_{jk} \leq 0 \text{ para } k = 1, 2 \dots z \quad (6)$$

Em que:

u_i = peso calculado para o produto i

v_j = peso calculado para o insumo j

x_{jk} = quantidade do insumo j para cada unidade k

y_{ik} = quantidade do produto i para unidade k

x_{j0} = quantidade do insumo j para unidade em análise

y_{j0} = quantidade do produto i para unidade em análise

z = número de unidade em avaliação

m = números de tipos de produtos

n = números de tipos de insumos

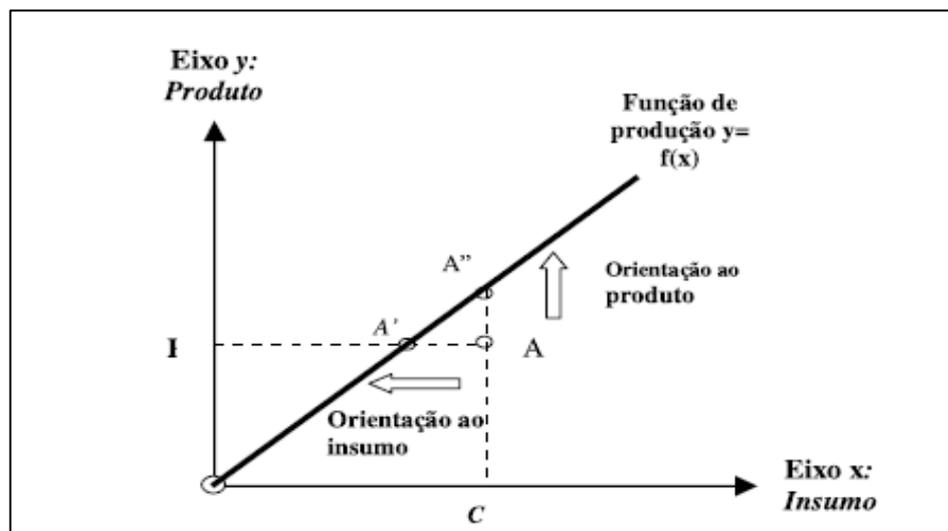
u = coeficiente de retorno a escala

u_i e $v_j \geq 0$

u = sem restrição de sinal

A análise envoltória de dados apresenta duas orientações: uma de insumo e a outra no produto. No caso de minimização dos *inputs*, o DEA busca responder à seguinte questão: em um dado nível de *outputs* que um empreendimento produz, qual diminuição pode acontecer nos *inputs* de modo que possa manter contínuo o nível de *outputs*? Já nos casos do modelo orientado para a maximização, a indagação é a seguinte: em dado nível de *inputs* empregado na produção, qual o máximo nível de *outputs* que se pode conseguir permanecendo o nível dos *inputs* constante? (Almeida; Mariano; Rebolato, 2006). Ver figura 2.

Figura 2 – Modelo de Orientação ao Insumo ou ao Produto



Fonte: Almeida, Mariano e Rebolato (2006).

Em todo caso, é importante salientar a existência de duas orientações (para insumo e produto), que se destacam no modelo DEA, o que pode apresentar um problema de programação linear: um denomina-se de primal, que se associa ao problema de programação linear conhecida na literatura como Dual, a partir do qual todos os resultados dessas programações, a função objetivo, são iguais. Conforme o exposto levantado sobre o DEA, a literatura apresenta quatro configurações para demonstrar o modelo CCR e modelo BCC (*input*

primal, *input* dual, *output* primal e *output* dual) (Almeida; Mariano; Rebolato, 2006), conforme destacado na função abaixo:

Para fins de demonstração, o modelo Dual representado pela função objetivo (7), em (8) e (9) são as restrições relativas à função objetivo. Essas equações apresentam o modelo CCR orientado ao *input* Dual.

$$\text{Função Objetivo (MIN FO = 0)} \quad (7)$$

Sujeito a:

$$\sum_{k=1}^k y_{ik} \cdot \lambda_k \geq y_{i0} \quad \text{para } i = 1,2,3 \dots m \quad (8)$$

$$\sum_{k=1}^k x_{jk} \cdot \lambda_k - 0 \cdot x_{j0} \leq 0 \quad \text{para } j = 1,2,3, n \quad (9)$$

Em que:

x_{jk} = quantidade do insumo j para cada unidade k

y_{ik} = quantidade do produto i para unidade k

x_{j0} = quantidade do insumo j para unidade em análise

y_{j0} = quantidade do produto i para unidade em análise

z = número de unidade em avaliação

m = números de tipos de produtos

n = números de tipos de insumos

u = coeficiente de retorno a escala

0 e $\lambda \geq 0$

0 e λ_k – não possuem significado econômico, porém tem alguma aplicação prática

Assim:

- a) A técnica DEA apresenta sua aplicabilidade no momento em que são apresentados numericamente todos seus insumos e todos seus produtos de cada DMU. Assim, estabelece quais são os insumos e produtos de cada tomador de decisão.
- b) Para calcular a eficiência de cada unidade produtiva (Empreendimentos Sociais), é importante usar o modelo de programação linear (PPL), distinto para cada DMU.

O resultado da programação linear aponta o escore de eficiência das organizações produtivas em relações às outras unidades (eficiência relativa).

Logo, a partir de um conjunto de unidades de tomadas de decisão denominadas DMU as formas e características, como técnica de eficiência, são mensuradas essencialmente sobre duas óticas: o modelo orientado à *entrada*, em que uma determinada DMU será considerada eficiente quando consegue minimizar insumos sem que sejam reduzidos os seus níveis de produto; e o modelo orientado à *saída*, da qual a DMU será considerada eficiente caso consiga elevar o produto sem extrapolar as quantidades de insumo utilizadas (Souza; Rocha, 2008). A seguir são apresentados os elementos que compõem a estrutura do DEA, de acordo com estudo de Soares:

- a) **DMU:** são as Unidades Tomadoras de Decisão, ou ainda, organizações, unidades produtivas, dentre outros termos sinônimos. Em suma, são os objetos de estudo de uma análise de eficiência DEA. Tais firmas podem ser públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. No caso específico desta pesquisa, as DMUs em análise são os terminais de contêineres brasileiros, com maior expressão em movimentação portuária, considerando o período de 2013 a 2021. Ainda nesse sentido, importante esclarecer que para o êxito do modelo DEA, é imprescindível que as DMUs sejam homogêneas, logo devem estar sobre as mesmas condições de contorno.
- b) **Inputs e Outputs:** respectivamente, insumos (entrada) e recursos (saída) de um determinado processo produtivo. Assim, todas as DMUs em análise devem possuir os mesmos recursos para gerar os mesmos produtos, diferenciando apenas os quantitativos.
- c) **Envoltória:** é dito em razão do modelo possibilitar a construção de uma fronteira de eficiência que envolve todas as DMUs em análise.
- d) **Fronteira de Eficiência:** sinaliza a posição geométrica formada pelas unidades eficientes, isto é, as DMUs que apresentam a melhor combinação de insumos e produtos, cujo escore ou pontuação é representado pelo valor 1 (100%). Por conseguinte, as firmas com valores inferiores a 1, estarão abaixo da linha de eficiência.
- e) **Taxa de Eficiência:** divisão da produtividade de uma DMU pela máxima produtividade que ela pode alcançar. Assim, $Eficiência = PP_{max} / P$ (2). Em que, “P” é a produtividade atual da DMU e “Pmax” a produtividade máxima que pode ser alcançada por esta DMU.
- f) **Benchmark:** é dita a unidade eficiente, a qual serve de parâmetro, e por conseguinte, estabelece um plano de melhorias para as DMUs ineficientes, para que estas alcancem um melhor desempenho (Soares, 2022, p. 101).

As vantagens do DEA, em semelhança aos demais métodos de análise de eficiência, se dá pelas suas propriedades, em meio às quais podemos destacar: 1) a de distinguir-se toda DMU como eficiente ou ineficiente por meio de uma exclusiva medida resumo de eficiência; 2) os ajuizamentos *a priori* sobre os valores das avaliações de entrada e saída, na qual as

DMU devem ter o mais ideal nível de eficiência possível; 3) é mensurado em valores próprios e não em dados medianos. A ênfase das compreensões matemáticas oferecidas neste estudo, a modelagem DEA e a concorrente de orientação não foram balizadas nos estudos recentes (Brianez; Sabbag, 2021).

Ao final, foram utilizados os procedimentos estatísticos descritivos do próprio *R Studio* e o modelo matemático DAE, que consiste num método científico utilizado na solução de um problema. Esta combinação foi útil para a organização e o trato frequente dos dados coletados, como a modelagem estatística, e a confecção de tabelas, quadros e mapas. Com isso, o resultado apresentado teve uma tabulação sistemática de todos os índices extraídos do segundo mapeamento a Economia Solidária, publicado em 2014, sobre as porções físicas eficientes dos EES do estado paraense.

1.5 ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA

A presente dissertação foi organizada em quatro capítulos, a contar com esta seção introdutória e metodológica da pesquisa. Assim, inicialmente são apresentados o problema da pesquisa juntamente com a metodologia, momento a partir do qual é elucidado sobre o modelo de eficiência DEA e seus fundamentos científicos. Nesta oportunidade, também são delineados o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo, bem como a justificativa da pesquisa e seu alinhamento aos interesses do programa de pós-graduação a que está vinculada.

O segundo capítulo traz uma contextualização e uma discussão histórico-teórica do nascimento da Economia Solidária, ocorrido há alguns séculos na Europa, e, mais tarde, no território brasileiro, sob a ótica dos principais pensadores sobre o assunto. Esse capítulo traz à baila certos questionamentos sobre características e tipos EES, com destaque para suas eficiências, tomando como exemplo aspectos fundamentais sobre o lugar, o território e o espaço de resistência popular e suas territorialidades. Nesta oportunidade, aborda-se o trabalho coletivo através da Economia Solidária, materializado nos Empreendimentos Sociais e fundamentalmente no marco legal de sua institucionalização, com o advento da organização democrática e as políticas sociais no país. Este movimento foi importante para que tais empreendimentos se espalhassem por todo território brasileiro, a partir da redemocratização e da implantação do governo democrático de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados das eficiências dos Empreendimentos Sociais, a partir dos quais se demonstra como estão estabelecidas as

organizações nos municípios paraenses através de um diagnóstico da estrutura dos Empreendimentos Sociais com auxílio do instrumental estatístico para interpretação dos resultados das análises de eficiência das unidades produtivas (DMU). Nesse capítulo, também são identificadas a eficiência econômica dos empreendimentos, abordados quanto à média da eficiência dos empreendimentos, os números de entidades ineficientes, e quais os efeitos do apoio das universidades na vida das pessoas envolvidas.

Por fim, são tecidas as considerações finais da presente dissertação de mestrado.

2 OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Embora tivessem vários outros autores de renome na investigação sobre Economia Solidária, como Gaiger, Diniz, Santos e outros, o presente conceito sobre Economia Solidária ou Economia Social foi incorporado no Brasil depois de muito tempo de estudos, experiência e investigação sobre essa matéria. No entanto, na América do Sul existem vários autores dedicados aos estudos, ao debate e aos trabalhos sobre o tema, dentre os quais se destacam Luís Razeto, no Chile; José Luís Coraggio, na Argentina; e Paul Singer, no Brasil. Todos os referidos autores têm vastos anos de investigações e teses acerca do tema (Cruz, 2007).

Para tratar de Economia Solidária, não basta abordar os acontecimentos e como ela ocorre em seus territórios: é preciso ampliar suas análises. Primeiro, é necessário conhecer o conceito de lugar e território, e quais as bases científicas para nortear a afirmação sobre como a Economia Solidária nasceu nos territórios brasileiros. Para isso, é importante verificar quem são os baluartes que dicaram anos de pesquisa na fronteira do conhecimento. Assim, para uma melhor compreensão sobre o tema, é necessário recorrer aos estudos sobre lugar, espaço e territórios, de autores com Milton Santos e Bertha Becker. Este é um pontapé inicial dos estudos sob a posição geográfica e os elementos contidos nos empreendimentos sociais que caracterizam a Economia Solidária no solo brasileiro.

2.1 OS CONCEITOS DE LUGAR, TERRITÓRIO, ECONOMIA DO CUIDADO, TEORIA DAS DÁDIVAS E TEORIA DA RECIPROCIDADE

A preocupação da ocupação da ordem territorial da Economia Solidária tem como bases a ação social, a questão coletiva e a capacidade de gestão democrática dos recursos naturais, através da solidariedade e da manutenção participativa dos sujeitos sociais. Também faz parte deste rol o cuidado quanto à violação dos direitos sociais dos participantes, a qual tem sido combatida, ao longo da história, pelo seu reconhecimento territorial, vinculado à proteção social e política.

A apropriação da terra por alguns grupos econômicos converteu-a num objeto de valor, uma vez que o homem adquiriu a capacidade de transformar suas relações com a natureza, transformando sua própria natureza a ponto de querer privatizá-la em benefício próprio. Assim, ele relega à própria sorte seus demais, e uma minoria enriquecida vai tornando o território em propriedade privada, em direção à legitimação do território em produto privado (Castro, 2000).

Neste contexto, a percepção do dinamismo econômico que associou a transformação da natureza e suas relações produtivas num protocolo de uso foi, pouco a pouco, sendo observada e suplantada numa perspectiva associativista, que preservava as culturas comunitárias, num modelo associativista totalmente pronto para o mercado. Isto se deu apesar de existir uma dependência parcial de suas relações de produção, na qual o modelo de produção é considerado pré-capitalista, pois o trabalho nestes modelos ainda não se tornou mercadoria e suas relações estão fortemente ligadas à reprodução natural e social, a qual utiliza, de formas diferenciadas, os recursos naturais pela dependência dos ciclos da natureza, sem intenção direta ao lucro (Diegues, 2000).

Nesse ínterim, o Brasil foi palco de grandes acontecimentos nas questões tangentes à formação econômica, à formação de sua população e às relações social e econômica junto ao aparelho do Estado. Essa relação é vista de forma empírica e teórica, nos mais diversos estudos que tratam desta matéria: a relação do meio com a natureza, o meio técnico e o meio social. Estes estudos tratam a noção de lugar, de Milton Santos, a noção de território, segundo a teoria de Bertha Becker, bem como a Economia do Cuidar (IPEA), a Teoria das Dádivas (Marcel Mauss) e a Teoria da Reciprocidade (Karl Polanyi).

2.1.1 Espaço e Lugar: conceitos a partir de Milton Santos

A relação homem e natureza foi modificada para sempre na medida da transformação das noções de espaço e território no século passado, em que as forças produtivas criaram dois movimentos na sociedade: o primeiro movimento diz respeito à concentração das empresas internacionais e nacionais, fomentando um recorte horizontal e vertical no território nacional, num conglomerado crescente de capital. O segundo movimento consiste no aprisionamento das massas populares em direção à dependência ao setor produtivo, e, com isso, esses conglomerados econômicos estabeleceram parecerias com o poder estatal, após o controle das técnicas-científicas sobre a natureza. Com isso, as firmas se voltaram em direção aos espaços sociais, cuja finalidade é obter mão de obra barata, formando um contingente de homens ligado à maquinaria. Estas relações sofisticadas mudaram a relação do homem com o meio, e o transformaram o homem em coisa. Além disso, estas alterações transformaram profundamente as relações das classes sociais. Contudo, essa nova fase de mudanças modificou para sempre a história (Santos, 1994).

A cobiça por ocupação de espaços regionais transformou o Estado-Nação em um lugar de grandes tensões sociais, entre os conglomerados econômicos e os organismos sociais. Tais

empresas, cuja sua única finalidade é de exploração de terra e de ocupação do espaço ditos *vazios*, visando tirar maior proveito econômico do lugar, com o desenvolvimento das forças econômicas e com a divisão do trabalho, aprofundaram-se a diferença entre as classes. Esta diferença é notória quando se observa o formato do espaço social, cuja finalidade é contrapor-se às formas produtivas, pois o *espaço social* nos remete a um ponto de encontro, de reunião e de reciprocidade, com grandes laços de proximidade, onde se desenvolvem as atividades socioeconômicas com fortes laços culturais (Lefebvre, 1974 *apud* Santos, 1982).

Logo, não se pode fazer grandes observações sem entender o papel do Estado na sociedade e na vida econômica e social da população. Contudo, é preciso ter em mente que em cada país existem notadamente dois grupos urbanos no interior da sociedade: um que se dedica às suas atividades econômicas para o exterior, e outro que desenvolve suas atividades dentro do território nacional, ambos obedecendo as mesmas formas produtivas, distintas apenas no atendimento do público-alvo, o *mercado consumidor*.

Para contrapor o desejo devastador das empresas transnacionais no território nacional, o homem assume um papel importante na sociedade, qual seja, o de revalorizar o trabalho e revalorizar a si próprio, para que não seja tratado apenas como valor de troca, pois é preciso criar uma nova virtude, em que o *ser* ultrapasse o *ter*, e em que a generosidade ultrapasse o egoísmo, que todas essas virtudes sejam um programa político dentro da sociedade, para que haja engajamento no espaço sociais em direção ao bem comum. Esta nova força social reúne trabalhadores, estudantes, intuições e empresas com responsabilidade social na construção de barreiras para o avanço desenfreado das forças produtivas, haja vista que o que nos interessa é o movimento geral da sociedade, cuja finalidade é compreender a lei geral dos espaços de interação social (Santos, 1982).

Tais conceitos ora citados trazem a discussão de como as interações sociais com meio social, o meio de trabalho e as forças produtivas podem transformar a sociedade como um todo, tendo elas um caráter individualista ou de participação coletiva – ou ambas ao mesmo tempo, que é uma característica dos sistemas de produção capitalista. Tais afirmações acerca da relação do homem-natureza e da relação do homem-espaços podem criar um modelo de sociedade à medida que as tensões sociais vão se aprofundando. A esse respeito, Milton Santos deixa explícito que, conforme o desenvolvimento do movimento geral da sociedade for avançando para o *ser*, o movimento geral do espaço pode gerar programas e ações políticas para amparar o organismo social inserido no Estado-Nação. Nesse âmbito, conforme Santos (2006), é preciso levar em consideração as normas, as leis, os costumes, a cultura e o saber local de cada indivíduo no meio social. Para melhorar a *noção de lugar*, o autor desenvolveu

conceitos fabulosos sobre essa matéria, que serão mais bem elaboradas a seguir (Santos, 2006).

Com o advento da globalização, a relação do mundo mudou: antes era somente local-local, mas hoje é local-global. A localização se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela, pois o mundo atual abre espaço para a noção de lugar, de proximidade e da contiguidade, onde tudo se liga, e as noções da realidade se conectam/entrelaçam com a noção de espaço-tempo. No lugar onde todos os fatos acontecem, as relações são diversas: com as pessoas, com as firmas e com as instituições, na qual a cooperação e os conflitos são o alicerce do cotidiano dessa nova interação social, pois cada ser cumpre uma ação própria, da vida social, política e econômica. Isso se dá porque a proximidade é geradora de solidariedade e a política se manifesta no território – e junto como ela, o confronto das organizações espontâneas. Desse modo, o lugar é farol referencial de práticas do mundo, das quais surgem solicitações, pedidos e ações de toda ordem. Também é no local que acontecem todas as vidas humanas, ações comunicativas, e as mais diversas manifestações voluntárias e criativas (Santos, 2006).

Mas há espaço para aprender com essa nova realidade, onde o global se confunde com a localidade? Podemos aprender que a realidade é um dinamismo intenso, em que cada momento se configura em uma realidade instável, e em que a globalização e a localização, ou a globalização e a fragmentação, constituem uma relação de uma retórica que se refaz continuamente? As próprias carências desse novo padrão de acumulação de capital engendram imensas distorções e de desconectividade dos relativos processos de criar condições materiais para se ganhar a vida, pois transformam o espaço, o campo e as forças produtivas numa área de multiprocessos. Esse dinamismo só existe graças aos agentes dos espaços, que são: pessoas, firmas, instituições, meio ambiente constituído e etc. (Santos, 2006).

Para Santos (2006), cada lugar é caracterizado por maneiras de sentir, ver e viver o mundo próprias de cada sujeito. Desse modo, a história concreta coloca o lugar numa questão central, como uma redescoberta da importância daquilo que é *in loco*. Há, pois, a possibilidade de novos paradigmas e novos significados, levando em conta um olhar mais cuidadoso ao *cotidiano*, nas ações, por meio das técnicas e do tempo existido. O lugar é espaço de interação social onde tudo acontece: onde as forças produtivas se entrelaçam no meio social; onde as pessoas desenvolvem suas tarefas rotineiras do cotidiano; onde as instituições estatais formulam leis e desenvolvem políticas públicas – tudo conectado com a realidade e os espaços vividos. Todas essas ações remontam o papel da interação na produção

dos sistemas sociais: de um lado, a ação do homem sobre o meio; do outro, a ação simbólica sobre o ser humano. Portanto, o que existe no meio social é a relação antagônica entre as interações técnicas e a sua racionalidade, cujas interações são medidas pelos símbolos e pelo homem ao meio social (Santos, 2006).

De todas as relações gerais da sociedade, a que surge como novidade, e é claramente percebida pelo seu meio, é a chamada *cultura de popular*, que alguns anos atrás não era debatida pelo meio acadêmico. A cultura popular tem raízes na terra, no lugar onde se mora, e manifesta-se no homem e na comunidade, no homem e no seu entorno, na sua contiguidade. O homem trabalha na sua atividade-cotidiana sem romper com o lugar, pois é nesse local que progride rumo ao sucesso.

Dessa maneira, seu vínculo se estabelece entre o homem e o meio natural, onde seu objetivo é alcançar o mundo, mas sempre com o “pé no seu lugar”. Sua força vem do meio coletivo, onde toda individualidade não consegue apagar a memória coletiva. Logo, é no meio *local* que as redes comunitárias se integram e interagem através do trabalho coletivo, cujo trabalho solidário é desenvolvido por diversos atores, os quais criam vínculos de contiguidades nos espaços onde atuam. Este recorte territorial é conhecido como *horizontalidade*, e nesses espaços são frequentes as transformações do meio, um sentido próprio, um local constituído, onde se defrontam e é conhecido com a lei do mundo e a lei do lugar (Santos, 2006).

De certa maneira, o lugar congrega todas as ações com o seu meio e o seu entorno, colocando o cotidiano vivo do homem juntamente com as forças produtivas numa relação contínua e infinita. Dessa forma, o espaço e o lugar são definidos como espaço de comunicação, de ação, de símbolos e de realidade, e, portanto, sem esses elementos não poderíamos ter a percepção de lugar com o seu entorno social. Na esteira do debate sobre o lugar, tomaremos outros exemplos sobre espaço e meio natural, como o que Bertha Becker desenvolveu a respeito da noção de território e de espaços regionais.

2.1.2 Território: um olhar a partir de Bertha Becker

O desenvolvimento territorial é um tema que avançou no Brasil somente nas últimas décadas. Desde então, são considerados nesses espaços os elementos que compõem a equação do desenvolvimento, quais sejam, a sua população, o poder estatal e todas suas esferas governamentais, os negócios do sistema mercantil, as organizações sociais, as crenças, os costumes e as culturas.

Neste ínterim, de acordo com Becker (2005), a geopolítica amazônica está ligada na relação de poder com o espaço geográfico, no qual está pautada a disputa de dois *projetos* conflitantes presentes no território amazônico: um projeto ligado à ocupação econômica com atividades voltadas ao mercado internacional, como madeireiras, agropecuária e soja; enquanto que o outro projeto nasce pelo desenvolvimento de base científica-tecnológica, na proteção do meio ambiente, na produção de bens agrofloretais de desenvolvimento de base local e nos princípios sustentáveis. Tais experiências estão presentes nos Empreendimentos Sociais ligados ao campo, nos quais pequenos agricultores usam suas terras para a plantação de mandiocas e a produção de farinhas sem derrubar a floresta (Becker, 2005).

Por outro lado, a Economia de Fronteira, conforme cunhado por Kenneth Boulding, por décadas vem sendo explorada – antigamente como reserva de valor, mas agora como atividade economia real, negócios que demandam muito capital e pouco trabalhador (Polanyi, 2011). Isto se dá por atividades de exploração mineral, criação de gado e produção de derivados laticínio, exploração madeireira e grilagem de terras, de acordo com Polanyi (2011).

Estas atividades colidem com os modos de vida dos antigos moradores *locais*, que habitam há séculos nestes territórios, entre os quais podemos citar: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares. Nestas condições, os conflitos são gerados constantemente pela disputa global da posse da terra, na qual existem dois *modelos* de gestão da terra: o primeiro está ligado à venda de mercadoria ao mercado mundial e à permanência do uso da terra por atividades econômicas globais; e outro modelo luta pela permanência da floresta em pé. Fazem parte desses grupos as ONGs, os ativistas ambientais, os indígenas, as organizações sociais, as agências internacionais e os governos progressistas locais (Becker, 2005).

Ainda dentro das discussões dos modelos desenvolvidos na região, que consistem na exploração do território amazônico, o qual ultrapassa as fronteiras nacionais, encontram-se em disputa *dois modelos de exploração* do território nacional: o *modelo do campesinato*, que congrega o trabalho do homem do campo e o dos pequenos agricultores de base familiar; e, de outro lado, está o *modelo capitalista*, com empreendimentos capitalistas detentores dos meios de produção, apoiados pelos grandes projetos nacionais com aporte de capital externo, entre os quais estão: empresas madeireiras, agropecuária e mineradoras. Estas instituições se desenvolveram por vias capitalistas, sustentadas pelo tripé: bancos nacionais, bancos internacionais e governos. Nessa dinâmica, não devemos nos esquecer de que é o governo federal quem criou condições para que a fronteira se movesse em direção da floresta,

desenvolvendo infraestrutura para que os grandes projetos econômicos se estabelecessem no país (Becker, 1990).

Além disso, no país existem *dois modelos de negócios* vigentes no território amazônico: um é o *modelo exógeno* e outro é o *modelo endógeno*. O modelo exógeno se caracteriza pela atuação de empresas capitalistas que direcionam sua estrutura econômica para dentro da floresta, deixando um rastro de devastação e conflitos fundiários. Fazem parte desses modelos de negócio a plantação de soja, a criação de gado, a extração madeireira e a indústria mineral, todas voltadas para o mercado internacional. Já o modelo endógeno é pautado pelas parcerias internacionais, governos estaduais, entidades da sociedade civil e organizações sociais, este modelo tem base no trabalho coletivo e na atividade econômica pautada no pequeno negócio, como a agricultura familiar, o extrativismo florestal e a pesca artesanal. São negócios que visam atender ao mercado interno e a melhorar o bem-estar da população da floresta.

É neste cenário que foi criado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), um plano de caráter nacional, direcionado à Amazônia Legal, que contém políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais e povos da floresta com os intuitos de reduzir os conflitos agrários e criar condições para melhorar os produtos da floresta com tecnologias avançadas, mas sem perder de vista o desenvolvimento sustentável, baseado na manutenção da floresta em pé (Becker, 2009).

Hoje, o debate brasileiro se debruça sobre os espaços de atuação dos movimentos sociais na busca conceitual do significado de “territorialidade” e do conceito de “gestão de território”. O território é o espaço de prática, que inclui a apropriação de um espaço territorial, a qual caracteriza a noção de limite territorial. A territorialidade humana é a face vivida do poder, ou seja, um forte apelo pela posse da terra frente aos desafios de resistir contra o capital expropriador (Becker, 2009).

A gestão do território é, portanto, a prática estratégica científico-tecnológica do poder no espaço-tempo. Para isso, no Brasil existem dois vetores de atuação no espaço brasileiro: o Vetor Tecnoindustrial (VTI), alinhado com o grande capital nacional (produtores de soja, madeireiros e pecuaristas) e com o capital internacional (mineradoras e bancos). Todo esse capital teve apoio do aparato estatal, que adentrou na floresta e modificou o espaço natural. Por outro lado, existe o modelo de gestão territorial (VTE), que é um vetor tecnológico que transita muito bem no plano de atividade extrativista, passando pelas experiências dos agricultores familiares. Sua verdadeira territorialidade parte das resistências dos indígenas, das suas experiências pelo uso da terra, com anos de luta contra o capital exportador. Logo, é

nesses territórios que são desenvolvidas as práticas de preservação, cujas “(...) novas territorialidades têm, assim, de ser reconhecidas como um componente a ser fortalecido para o desenvolvimento regional sustentável”, na qual as políticas públicas tem um papel importante no adensamento desses projetos nestas regiões, marcadas por grandes conflitos de terra (Becker, 2014, p. 41).

Dentro do debate sobre políticas de desenvolvimentos no território nacional, há dois registros de planos para a Amazônia: o *primeiro registro* aconteceu no PPA 2000-2003, no governo FHC, denominado de Programa Avança Brasil (PAB), e o *segundo registro* ocorreu no PPA 2004-2007, nos governos Lula, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Amazônia sustentável (PAS). Estes dois programas tiveram impacto decisivo no ordenamento territorial de toda a região da Amazônia Legal, uma vez que, ainda na atualidade, vigoram os dois modelos de desenvolvimento, o modelo exógeno e o endógeno (Becker, 2014). Cumpre entender que esses dois modelos funcionam como emuladores de desenvolvimento em área florestal, tendo em vista que, na prática, ainda permanecem as relações entre a população local e o adensamento da floresta via empreendimentos empresariais, os quais passam por supervisão dos organismos internacionais, com o apoio das esferas estatais e os organismos sociais locais. Todo esse aparato institucional tem o intuito de manter a floresta em pé, levando em conta o dinamismo econômico e sustentável (Becker, 2010).

Dentro de certos limites, o território amazônico é cobiçado pelos fundos internacionais capitalizados sedentos por novos negócios. Nesta empreitada de exploração por terras da fronteira está o setor privado nacional, que vem ganhando destaque há décadas na devastação da floresta (Becker, 2014). Estes conflitos na fronteira só podem ser dirimidos graças à intervenção estatal por meio de políticas públicas direcionadas às comunidades locais, cuja proteção da floresta passa por todos os organismos internacionais e organizações sociais existentes no país, dentro e fora dele. Para complementar esse pensamento, realizaremos, a seguir, uma breve citação sobre a *economia do cuidar*, que contribuirá para luta da preservação florestal.

2.1.3 A Economia do Cuidado e seu marco teórico

Durante muitos anos, a Sociologia Econômica se confundia com a Economia Neoclássica, pois trabalhavam com questões sobre o mercado, desemprego, relações sociais e como estas relações se tornavam um empecilho para o desenvolvimento econômico. De

acordo com Zelizer (2010), de alguns anos pra cá, tudo mudou, pois, estudiosos e pesquisadores contribuíram para estabelecer duas visões analíticas sobre esta matéria: A *análise de extensão* e a *análise de contexto*. A primeira trata das questões sociais ligadas às aplicações não-econômicas, relacionadas ao terceiro setor, e às organizações sociais, mostrando como o organismo social formatava seus atores num debate qualitativo sobre o tema. A segunda, trata de um padrão econômico relacionado ao mercado de trabalho, ao mercado de *comodities* e às empresas em geral. Nestes casos, os economistas negligenciavam a importância da cultura e do social nas suas relações de proximidades e suas relações com o meio, o que outras disciplinas debatiam com frequência (Zelizer, 2010).

A Sociologia Econômica não foi a única a quebrar o padrão dos processos econômicos. Corroboraram também esses estudos a Economia Comportamental, a Economia Feminista, a Economia Organizacional, a Economia Institucionalista e a Neuro-Economia. Todas elas criaram alternativas aos processos econômicos e todas estas novas fronteiras econômicas e sociais criaram bases teóricas inéditas na economia, sobre como a sociedade se preocupava com o cuidado do outro. Tais disciplinas estudam outros fenômenos de natureza social, como é o caso da recém-criada Economia do Cuidado e das economias já estudadas: Economia Popular, Economia Comunitária, Economia Social e Solidária Francesa (Zelizer, 2010).

Ainda no debate sobre a economia em geral, o sistema capitalista de produção criou duas “visões irmãs” na sociedade: uma é a *exploração indiscriminada* dos recursos naturais até à exaustão e a outra é a *ideologia individualista*, na qual o ganhar o pão passou a ter um caráter secundário no interior da sociedade, pois o *uno* passou a ser a característica mais pujante do ideário nacional, e o *ter* se transformou no motor geral da sociedade. Isto se deu com o alargamento sem fim das transações, pelas mobilidades de capital, pela acumulação e pela expropriação (Zelizer, 2010).

Com isso, tal situação deixou muitos homens fora da participação da riqueza nacional, e deste modo foi instituída a sociedade dos excluídos e da desigualdade. Para que o sistema mercantil obtivesse sucesso, o próprio sistema criou o mercado financeiro sobre a vida das pessoas, das comunidades e dos Estados com o intuito de assegurar o ciclo do sistema reprodutivo para impedir que o avanço não fosse ainda maior. Nesse âmbito, as comunidades, os países, as regiões e os lugares tiveram um papel importante no desenvolvimento de estratégia de contenção do capital, por meio do qual as organizações sociais e os governos desenvolveram programas, projetos, ações e políticas públicas para uma possível estratégia retenção do capital (Reis, 2020).

Nestes termos, o cuidado é, sobretudo, uma economia voltada para geração de desenvolvimento socioeconômico com justiça social de um país e de seus habitantes; é, principalmente, uma barreira de proteção social, da qual fazem parte dessa discussão outras áreas do saber, como: a filosofia, o direito, a história, a economia, a ciência política, a sociologia e outros (Reis, 2020). Dentro do seu marco teórico existem dois elementos iniciais sobre a Economia do Cuidado: o primeiro define que o *cuidado* incorpora componentes das políticas públicas, ao passo que o segundo faz menção aos fundamentos norteadores de ações públicas e suas agendas (IPEA, 2016).

A Economia do cuidado está diretamente ligada às políticas públicas de proteção social. Ela avança nas áreas de educação, saúde e assistência social, como também é direcionada principalmente às dimensões das atividades do ramo do cuidar do outro. Nesse sentido, o problema de conceituação da Economia do Cuidado passa por um marco teórico e jurídico que ainda não está muito bem definido, por se tratar de múltiplos campos de estudos, com variadas atividades, tais como: cuidar de idosos, cuidar da casa e cuidar de filhos (Posthuma, 2021).

Cuidado vem da palavra inglesa *care* (ou *care work*), que tem tradução simultânea para outras regiões do planeta como: *solicitude*, *preocupação com o outro*, ou ainda *atenção às necessidades do outro*. Estas definições teóricas ainda não constituem um consenso para os estudiosos que estão na fronteira dessa discussão. Elas podem determinar “*vínculo estabelecido entre quem cuida e quem é cuidado*”; “*diferenciação entre trabalho produtivo e reprodutivo*”; ou ainda “*divisão ou junção do cuidado de pessoas e trabalho doméstico*”. Cada uma dessas perspectivas privilegia e torna visíveis os diferentes aspectos do trabalho de “*care*”. Para além dos debates acerca do marco teórico, a Economia do Cuidado agrega um amaranhado de teorias cuja compreensão está longe de ser sistematizada, mas os traços mais evidentes dessa nova matéria se evidenciam na *reciprocidade*, *afeto*, *cuidar do outro*, *reprodutividade maternal*, *trabalho doméstico remunerado*, ou não (IPEA, 2016).

Dentre as inúmeras bases teóricas sobre a Economia do Cuidado, uma chama atenção pela sua ancestralidade. Denominados como povos originários, os sujeitos autóctones executam muito bem as atividades do cuidado de forma empírica, cuja sua cultura está presente no território brasileiro e sua história tem mais de 500 anos. Os povos originários possuem suas tradições, culturas, linguagem, culto e espírito, mas o contato com o homem branco os levou quase à extinção. O grande debate na atualidade diz respeito sobre a posse da terra, o espaço, o território e lugar, em que a terra é o corpo dos indígenas, e o lugar é sua

morada. Nesse âmbito, a natureza é o espírito da floresta, que está em comunhão com a ancestralidade desses sujeitos (Cernicchiaro, 2021).

Hoje, toda essa cultura está ameaçada pelo homem branco, o “homem mercadoria”, cuja existência se reduz em matar e destruir. Os povos originários lutam pela permanência no seu território, sua terra, seu lugar, onde a ecologia se materializa com o modo de vivência dos indígenas, sua preservação, valores e sua relação com a natureza, sua relação de contiguidade – não com o eu, mas com a coletividade, o meio ambiente, a natureza, a terra, a alteridade. Esta visão coloca na sociedade uma nova perspectiva de vida, em que o nosso corpo e a natureza não devem ser vistos como mercadoria, e onde todos os direitos dos homens sejam respeitados e terra seja sua morada (Cernicchiaro, 2021).

Dentre a discussão sobre o cuidado levanta-se uma questão: o que orienta as teorias elementares e quais organismos são responsáveis pelo cuidado? As respostas para essa indagação vão ao encontro dos estudos de Ferber e Nelson (1993); Benería (1999); Carrasco (1999) e Pérez (2004). Segundo estes estudiosos, existe uma estrutura social responsável pelo cuidado no interior da sociedade, em que o Estado é o organismo principal e o agente fundamental no desenvolvimento de políticas sociais para a população, seguido do mercado, da família e da Sociedade Civil Organizada (SCO). Entre tais agentes da sociedade, incumbidos em resolver o problema do cuidado, pode-se mencionar que o reconhecimento, a contribuição e a especificidade dos processos sociais vêm criando novas formas de institucionalidade econômica, que têm estabelecidos condições para a promoção da economia do cuidado, ocupando um lugar de destaque no campo de políticas públicas (Diaz; Wosniak, 2022).

As políticas públicas são um terreno fértil para o debate acerca da responsabilidade do Estado perante o cuidado de toda a população. A Constituição Federal de 1988 inaugurou, no país, uma série de direitos sociais à população brasileira, mas deixou de fora como seria a responsabilidade de quem cuidaria dos filhos, como, por exemplo, se os pais teriam as mesmas tarefas domésticas no cuidado com os filhos. Vale lembrar que a sociedade brasileira apresenta uma divisão desigual entre homens e mulheres no que tange ao trabalho do cuidado, constituída numa relação em que o homem traz os proventos para casa, enquanto que as mulheres cuidam dos filhos, dos idosos e das questões domésticas da casa. Contudo, com passar dos anos, isso mudou, e com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua jornada de trabalho triplicou, agora no trabalho e dentro de casa. Agora, somente políticas públicas podem corrigir estas distorções (Guedes, 2007).

Para dar continuidade neste trabalho, vamos abordar os conceitos e as definições sobre a Teoria das dádivas e como ela contribuiu para a formação do pensamento e dos comportamentos da Economia Solidária.

2.1.4 Teoria da Dádiva, de Maciel Mauss

A Economia Solidária se apresenta como grupos coletivos de ação democrática, uma expressão popular ancorada na mobilização com vínculos sociais irrestritos, por demanda de direitos igualitários de toda ordem, tais como: emprego, saúde, educação, saneamento básico e moradia, expondo essas identidades e necessidades destes entes sociais. Nesse sentido, o movimento social da Economia Solidária trabalha no sentido de alcançar uma vida democrática plena, no desenvolvimento das relações sociais e econômicas de forma completa. Neste caso, é preciso levar a economia social a grupos mais amplos da sociedade, ampliando seus valores e as normas politicamente solidárias (Gaiger, 2008).

A Economia Solidária é uma outra forma de pensar a produção e a distribuição de riqueza e se dá na mobilização de dois registros: um, na *participação democrática*, e outro na *cooperação redistributiva*, como um componente de reciprocidade para a auto-organização da sociedade. Contudo, ela não é somente um campo de estudo da produção, reprodução e distribuição monetária não capitalista, mas também estudo das atividades de laços que os une, de mutualidade, decorrente da produção, distribuição de um bem ou serviço, um aspecto único de luta das igualdades de direitos, orientada na concretização oriunda da instituição de valores de participação popular. Precisamente, todo o debate sobre reciprocidade e cooperação será direcionado nos estudos sobre associativismo presente na noção de Mauss, fundador da Teoria da Dádiva na primeira metade do século XX (Morais *et al.*, 2020).

Teóricos como Mauss introduziram na sociedade a discussão da Teoria das Dádivas na esperança de clarificar a questão acerca do solidarismo e de como as entidades interagem mutuamente com seus iguais de maneira sincronizada no trabalho coletivo. Foi definido que as dádivas se constituíam um conjunto de coisas, materiais e imateriais, performadas na retribuição e que levariam a uma circulação de trocas com mais fluidez, estabelecendo vínculos sociais. Com isso, as dádivas ocorrem em três fases: a doação, a recepção e a retribuição. Para Morais e seus colaboradores (2020), esses encadeamentos de coisas são executados de modo linear dentro da sociedade, em proveito ao vínculo e ao laço social, obedecendo algum tipo de determinação social, ao mesmo tempo livre e cheio de obrigatoriedade.

O valor mais importante no sistema de dádiva é o relacional, pois produz vínculo da dívida e das relações continuadas entre as partes que doam e recebem a dádiva. Este processo está associado ao homem, que se desvincula do isolamento e cria a conotação de identidade, ou pertencimento/reconhecimento como parte integrante do grupo. Logo, os sujeitos do sistema de dádiva apresentam um comportamento único em relação à percepção da importância da dádiva (dar-receber), e tendem a constituir uma sociedade baseada em princípios de dádiva, essencialmente caracterizada pela humanização.

Pela solidariedade das relações de trabalho, a qual assegura os vínculos sociais, o sujeito tem a possibilidade de perceber a si próprio e de compreender a sua participação e pertencimento a um grupo, gerando relações de reciprocidades e solidarismo, moldadas em valores coletivos e não nos valores monetários presentes no capitalismo. Assim, a Economia Solidária pode ser considerada como uma manifestação da teoria das dádivas, pois está condicionada pela primazia e pelo fortalecimento dos laços que unem os iguais, portanto, os presentes fazem parte de um ritual entre seus pares na condição de ligação entre os povos (Mauss, 2008).

Acredita-se que os pressupostos acerca da Economia Solidária, tais como: solidarismo, cooperação, comércio justo, autogestão, sustentabilidade, reciprocidade, gestão democrática e outros se aplicam aos atores cujos aspectos estejam incorporados na sua personalidade, ou que estejam em processo de desenvolvimento desta, ao supor que os grupos são formados por sujeitos com dificuldade econômica, social e educativa. Nesse caso, se observa que a Economia Solidária não é exclusivamente responsável pela renda e pelo bem-estar do ator, mas também é um componente que facilita o desenvolvimento moral do indivíduo, bem como a composição da personificação ética do associado em questão (Borges; Souza, 2020).

O exposto sobre os estudos em Economia Solidária nos revela uma nova estrutura social, ancorada nas variadas opiniões e inúmeras visões acerca do tema. Ela pode ser conceituada como programa, projeto, filosofia de vida, fenômeno, conceito, teoria, realidade, política pública, tecnologia social, movimento social e utopia experimental, como assinala Borges e Souza:

Enfim, podemos dizer que, de forma implícita, Singer sugere uma relação de Co-determinação entre as práticas de trabalho autogerido e os valores ideológicos de Economia Solidária, que pode ser mais ou menos expressa da seguinte maneira: à medida que o sujeito se envolve nas práticas econômicas de autogestão, ele é educado para a autogestão e à medida que ele é educado, mas ele pratica e incorpora os valores da autogestão, que por conseguintes

são os valores ideológicos da Economia Solidária (Azambuja, 2009 *apud* Borges; Souza, 2020, p. 31).

A Economia Solidária surge no interior da comunidade como uma estratégia de independência e autonomia de seus integrantes, emancipação que respeita todos os valores e saberes locais, com vínculo social, político, ideológico, religioso, econômico e emocional, de forma que congregue as relações como uma cola social transformadora ao seu redor, tendo a autogestão como um dos princípios dessa *nova economia*. Nesse ínterim, é a administração democrática do grupo que o fortalece e a ele se liga, elegendo a “(...) Economia Solidária como pressuposto a promoção da cidadania e a democracia como fonte de decisões, considerando sempre a responsabilidade social” (*Ibidem*, p. 32).

A solidariedade democrática é uma espécie de ação e mobilização social que se sustenta em princípios, comportamentos e expedientes organizacionais. Do ponto de vista histórico, ela ocorre em uma sociedade democrática, com seus direitos garantidos por lei, tanto individuais, quanto coletivos. E do ponto de vista do funcionamento, ela é operada pela ação livre do indivíduo, objetivando benefícios sociais a toda sociedade. Desse modo, a legitimação dos direitos sociais, neste caso, cultiva laços de reciprocidade e desempenham cooperação mútua. Logo: “A solidariedade é uma construção social que repousa sobre experiências históricas, implicando sistemas de representação, modalidades de ação e estruturas de regulação” (Gaiger, 2008, p. 43).

Para tentar traçar um mapeamento da Economia Solidária, nos apoiamos em Karl Polanyi, na obra *A grande descoberta*, que trata diretamente dos grupos sociais emancipatórios e o poder estatal como colchão econômico dos movimentos sociais.

2.1.5 A Teoria da Reciprocidade, de Karl Polanyi

A Economia Solidária está é entendida, segundo Gaiger (2012), como um modelo de trabalho participativo e colaborativo resultante de parcerias voluntárias entre trabalhadores, consumidores e usuários comprometidos com o interesse do bem comum. Nela se manifesta a presença de alguns valores, como a mutualidade, os quais são direcionados principalmente à manutenção do vínculo social-coletivo (Gaiger, 2012).

Apesar da existência de diferenças de definições sobre o tema da Economia Solidária, o centro gravitacional do debate aponta para uma direção: a do empreendedorismo social, intimamente ligado à cooperação, à igualdade e à solidariedade. Independentemente de

qualquer consideração, os estudos da Economia Solidária inauguram uma alternativa de alívio financeiro para os envolvidos, na qual a vivência coletiva e a dimensão social conseguem gerar uma plenitude de laços sociais, que corroboram no desenvolvimento de vínculos de participação e reciprocidade entre seus pares (Alves *et al.*, 2016).

Conforme Polanyi (2000), em cada tempo e lugar existem regimes econômicos coexistindo. Dentro do capitalismo, por exemplo, foi evidenciada a existência de uma economia tripolar multidimensional. A primeira característica a ser evidenciada foi o não-monetário (fundado na domesticidade e reciprocidade, manifestado na economia familiar e no voluntariado não remunerado); a segunda evidenciada foi a economia não-mercantil (fundada na redistribuição, definida modernamente como Estado); e, por último, a economia mercantil (princípio da oferta e demanda), que ganha hegemonia por meio do mercado mundial (Polanyi, 2000).

Antes da Primeira Revolução Industrial, o mercado constituía apenas uma parte das relações sociais, um dos mecanismos de organização das sociedades. A vida econômica estava inserida na organização social e política, havendo mais espaço para transações econômicas não monetárias. Com o desenvolvimento industrial, no entanto, o comércio infiltrou-se na vida cotidiana, fazendo emergir uma economia hegemônica de mercados. Novas relações importantes para o sistema do capital foram institucionalizadas, somando-se aos mecanismos de mercado o controle da oferta e da demanda de recursos (Polanyi, 2000).

A economia mercantil criou dois movimentos na sociedade: um movimento das trocas pagar-receber, na produção e reprodução econômica-mercantil, denominado como capitalismo; e outro denominado de contramovimento estabelecido como autoproteção, baseado dar-recebe e formas não-monetárias, emergido de um sistema coletivo, designado na cooperação e na reciprocidade, o qual, mais tarde, foi chamado de Economia Solidária.

Assim também se define a Economia Substantiva, que não é construída com pilares monetários capitalistas, mas, sim, com prática social e valor altamente democrático, conhecido como economia-democrática. Ela compreende um processo de trocas entre indivíduos em procura de sustento e sobrevivência, e sua estrutura econômica se alia à esfera social e às instituições nela contidas, a partir das quais a sociedade possa ser pensada, amparada e conduzida pela coletividade, enraizada num sistema de dar-receber, sem os vícios do sistema desigual capitalista, da exploração do homem pelo homem (Morais *et al.*, 2020).

Os vínculos sociais dos empreendimentos solidários são oriundos do movimento popular, bem como da expertise associativista e comunitária, decorrente de suas experiências de mobilização. Para constituírem protagonismo, sua base se ocupou dos laços de confiança,

que fortaleceram suas competências para lutarem pelos próprios anseios. Nesse âmbito, o interesse individual e coletivo nasce a partir do aprendizado e pelo consentimento entre as partes, como uma espécie de comprometimento recíproco entre os membros da organização, uma espécie de liga do tecido social comunitário. Dessa forma, os Empreendimentos Sociais se comprometem diretamente com a luta e a mobilização social, convertendo confiança em ação coletiva, nutrida de aliança entre os grupos, e estabelecendo um modelo para futuras colaborações, cuja reprodução social age igualmente em benefício de um caso de sucesso, ao intensificar em sua direção os fluxos e os circuitos de ativos econômicos, sociais e políticos (Gaiger, 2008).

Nesse sentido, para demonstrar as práticas do dia a dia da Economia Solidária como cooperação e democracia é preciso compreender como componente engajador a progressão das estruturas morais, as quais se constituem nas relações sociais colaborativas – fator preponderante para a formação cognitiva e moral e para a flexibilização com base nos diálogos e nos acordos. Neste caso, a finalidade humana é ser feliz – noção que não se fundamenta nos prazeres, mas na identidade do viver bem, e do fazer o bem. A felicidade não é uma mera disposição, mas uma atividade que exige dedicação que deságua e se fundamenta na virtude. Sendo assim, a felicidade é a virtude em ação, uma vida (Borges; Souza, 2020).

Para um melhor entendimento sobre a Economia Solidária, será necessário um estudo sobre suas origens e ramificações, bem como compreender conceitos, características, definições e grupos sociais, como faremos a seguir.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: ONDE TUDO COMEÇOU?

Ao longo da trajetória de abordagem da Economia Solidária, ela aparece com frequência definida a partir de correntes distintas de pensamento, tais como a corrente gradualista, a corrente de convergência e a corrente emancipatória. Todas essas vertentes desembocam no imaginário do senso comum, mas muitos questionamentos vão surgindo na hora que o investigador se aprofunda na temática: É um novo modo de produção? Os que praticam a Economia Solidária doam seus produtos? Tais grupos são assistencialistas? Estas e outras indagações serão desvendadas no decorrer deste estudo, com o apoio de extensas literaturas pesquisadas sobre o tema, encontradas nas dissertações, livros e dados oficiais dos órgãos competentes.

Para Singer (2002), a Economia Solidária é definida e conceituada como um modo de produção que prioriza a igualdade, na qual os meios de produção são desenvolvidos de forma

coletiva. Logo, a coletividade é a base da Economia Solidária. Como pode ser demonstrado na autogestão, no interior das associações e cooperativas, são os próprios trabalhadores dos empreendimentos que administram seus negócios. Todos os associados possuem o direito de voto, e todos os membros trabalham na produção, na gestão e na comercialização dos produtos concebidos nesses pequenos negócios. Esses empreendimentos são, em sua maioria, constituídos por vários setores econômicos da sociedade, na sua esfera formal ou informal, e podem ser desenvolvidos na agricultura, no artesanato, no extrativismo, na pesca, no campo e na cidade, bem como nos grupos de mulheres e de mães, todos compostos pelo trabalho coletivo.

Outra definição marcante na Economia Solidária diz respeito sobre o poder de decisão do empreendedor, na gestão de suas organizações sociais – algo impensável no setor privado. Neste setor, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, que tem o poder de decisão da vida do trabalhador em seu estado operacional, ou na mão de seu gerente de departamento (caso seja em uma grande indústria), ou um grande hipermercado. Isso ocorre porque existe uma diferença da heterogestão (Capitalismo) e da autogestão (Economia Solidária), uma vez que a autogestão é uma característica fundamental na Economia Solidária. No empreendimento solidário, o trabalhador é seu próprio patrão, e são os próprios membros que decidem os passos do seu empreendimento, sendo ele individual ou associado (Singer, 2002).

Os Empreendimentos Sociais são a materialização da Economia Solidária na sociedade, tendo a autogestão como a alma desses negócios. A seguir, vamos investigar mais sobre eles.

2.2.1 A origem da Economia Social

A Economia Social (ES) surgiu na Europa no século XIX como uma resposta à grande crise da Revolução Industrial, bem como a fuga do desemprego e da fome. Foi denominada como Economia dos Pobres, Economia Plural e como Economia da Reciprocidade, tendo como uma das principais características a gestão autônoma e democrática, cuja rentabilidade econômica é um meio e não um fim para aspirações financeiras dos membros, orientando-se pelos objetivos sociais destas organizações (Singer, 2002).

O trabalho cooperado e associativista teve sua origem na Inglaterra, através das cooperativas de produção, consumo e crédito. Os praticantes desse novo formato de trabalho se opuseram ao sistema capitalista de produção, como também aos princípios de mercado e à

racionalidade da acumulação primitiva. Estes grupos cresceram em toda Europa e fortaleceram a construção do regime denominado de bem-estar social, em países como Inglaterra, França, Itália, Dinamarca e outros (Veronese *et al.*, 2017).

Dessa maneira, a ES fortaleceu determinados setores socioprodutivos da sociedade, tal como as cooperativas, as associações, as prestadoras de serviços, os empreendimentos de créditos comunitários e o mutualismo. Com isso, deixou um legado na construção de um Estado Social, oriundo de países europeus que se dedicavam exclusivamente no trabalho coletivo. O sucesso dessas organizações deu-se em função dos seus dispositivos de igualdade, reciprocidade, autogestão e solidariedade (Gaiger, 2009).

A Economia Social é denominada como o campo de estudo que abrange vários seguimentos sociais e econômicos da sociedade europeia e parte do princípio do Estado Social. Nesse caso, o Estado providencia e seguridade social, logo, não se trata de uma entidade do setor público ou privado, mas, sim, de entidades de caráter não lucrativo, confundindo-se com o terceiro setor norte americano. A ES tem o seguinte objetivo institucional:

A economia social é um conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregados familiares podem ser apropriados pelos agentes económicos que criam vínculos sociais (Ciriec 2007 *apud* Ramos, 2011, p. 32).

Sobre o conceito de ES existem distintos significados e definições acerca dessa temática. Alguns levam a crer que é uma complementariedade do capitalismo, como assinala Levrebe (1994, p. 107), para quem se trata de “(...) uma forma de organização popular que visa combater a pobreza, garantindo alguns direitos sociais”. Outros declaram que é uma forma de superá-los, conforme apresentado pela ONU (2014, p. 107), que a define como: “Uma abordagem econômica que favorece a descentralização e o desenvolvimento local e é direcionada por valores éticos como a solidariedade, o comércio justo, a simplicidade voluntária e o Bem-viver”. Em ambas as definições é possível perceber a urgência de acelerar

a humanização da sociedade onde o “ser” é mais importante que o “ter” (Collado; Nascimento, 2018).

Todo o desenvolvimento relativo aos estudos sobre economia social e solidária não tem dado conta dos desafios presentes no cotidiano dos grupos sociais, pois a falta de empiria de alguns estudiosos leva a crer que as articulações da sociedade civil e os grupos sociais estão muito distantes das práticas de trabalho coletivo. Alguns grupos focam mais na academia, e deixam de lado os movimentos sociais e grupos focais, que estão diretamente ligados às atividades domésticas. Por isso, é preciso equilibrar a prática (saber local) com a teoria (estudos sobre economia social). Assim, todos estes debates são importantes para um salto futuro de possibilidades ou alternativas ao capitalismo vigente (Gros; Abad, 2019).

Nesta mesma direção, Gaiger (2012) aponta que as práticas solidárias foram identificadas no século passado por grupos de pesquisadores latino-americanos identificados como Roseto (Chile), Coraggio (Colômbia) e Singer (Brasil), que dedicaram seus estudos sobre os Movimentos Populares, Associativismo e Cooperativismo. Seu aparecimento trouxe à baila o debate sobre as lutas das organizações populares em direção às reavaliações dos direitos sociais e políticas públicas, tendo o desemprego como uma das reivindicações existentes naquele período, em que a carência e a fome faziam-se presente na América Latina. Dentre os estudos sobre Economia Solidária, a atividade econômica coletiva é uma das características mais marcantes desse novo movimento, que se instala nos países latino-americanos.

Com esse novo formato de trabalho social-coletivo, pode ser observado o surgimento e a origem da Economia Solidária no Brasil e, com ela, todas as suas manifestações sociais e culturais. Este se deu no interior dos territórios brasileiros em direção à região Norte, passando pelas comunidades ribeirinhas e não-ribeirinhas, que desenvolvem trabalho coletivo em toda cadeia de produção, início, meio e fim. Com isso, o sujeito social perpassa pela produção e comercialização de todos os gêneros produzidos em sua propriedade no campo e na cidade.

2.2.2 A origem da Economia Solidária no país

No Brasil, a ES se manifestou como resposta à grande crise de 1981-1983. Naquele período, muitas indústrias de médio e grande porte alegavam falência, e em virtude disso surgiram as cooperativas de trabalho em São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e em outros estados. Diante disso, esse novo formato de trabalho, no qual os empregados eram seus

próprios padrões, e cuja finalidade não é a obtenção de lucros, mas a qualidade de trabalho, os ganhos da força de trabalho são rateados entre si, tendo a cooperativa um novo ramo de ocupação introduzido no Brasil (Singer, 2002).

A ES se estabeleceu no Brasil no início de 1990, notadamente a partir de suas experiências associativistas, por meio de sua práxis colaborativa de solidariedade entre os cooperados e seu entorno. Após a sua ampliação, a ela congregou diversos grupos sociais e uma variedade de categorias organizacionais em todo o território nacional. Esses empreendimentos se formaram principalmente a partir de grupos informais, entidades associativistas, organismos cooperativistas dedicados à produção de bens e serviços, bancos comunitários, prestadores de serviços, entidades de distribuidores de produtos e entidades sociais que comercializam produtos oriundos do campo e da cidade, com foco na geração de bem-estar e na fuga das carências mais imediatas (Veronese *et al.*, 2017).

Este novo formato de trabalho surgiu no país com o reaparecimento do associativismo entre trabalhadores. Nesse modelo, foram sendo criadas várias organizações sociais, fomentadas na gestão democrática, na produção e na apropriação dos meios de produção, que justamente eliminam a hierarquia empresarial. Desse modo, o trabalho coletivo constitui-se como fator preponderante dentro das organizações sociais, e os empreendimentos solidários, o capital e o trabalho encontram-se vinculados às mesmas pessoas: “trabalhadores associados” e “espaço físico social” (Gaiger, 2008).

Em seus estudos, Boaventura de Souza Santos desenvolveu a “Teoria do Desenvolvimento Alternativo” (TDA), a qual é definida como o desenvolvimento alternativo que corresponde à noção de um todo. Ela nasceu, portanto, para contrapor a ideia de desenvolvimento baseado na racionalidade econômica de crescimento, o qual impõe o sacrifício da população em geral, sem levar em consideração o social (igualdade), a política (participação popular), a cultura (diversidade étnica) e a natureza (meio ambiente) (Santos, 2003, p. 46). Desse modo, a TDA inspira valores como igualdade, cidadania e solidariedade, além da inclusão de setores excluídos e marginalizados dos resultados financeiros gerados pelo desenvolvimento econômico. Nesse caso, o resultado econômico deve ser gerado pelas camadas populares (sociedade civil), não pelo Estado, e tampouco por uma elite econômica. Neste sentido, a teoria sugere que os atores locais do desenvolvimento alternativo são os *sujeitos coletivos*, isto é, as comunidades locais são responsáveis pelo seu próprio território (Santos, 2003).

No Brasil, as críticas ao sistema capitalista mundial por vários movimentos de resistência deram origem a algumas alternativas ao neoliberalismo global. Esses novos grupos

de resistência ao sistema atual foram crescendo paulatinamente nos séculos XX e XXI, mas o “boom” desse movimento foi a criação do Fórum Mundial Social (FMS), em 2003, na cidade de Porto Alegre. Na oportunidade, foram discutidas novas formas emancipatórias de resistência, trabalho coletivo baseado na igualdade, na reciprocidade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. Desta maneira, a ES foi pronunciada e padronizada por alguns teóricos para manter suas bases conceituais atreladas às ideais dos seus fundadores, um esboço híbrido cunhado e denominado como Economia Autônoma e Economia da Reciprocidade, proposto como abordagem única de seus participantes, para não restar dúvidas de como seria sua intitulação (Santos, 2003).

A importância do debate da ES nasce da heterogeneidade de suas entidades organizacionais e na proposição de suas políticas inovadoras, que alcança e assenta componentes provenientes dos sistemas capitalistas e não capitalistas (distribuição) e não-monetárias (reciprocidade), produzindo e distribuindo produtos em suas comunidades e na sua localidade territorial (Morais *et al.*, 2020).

A ES carrega na sua existência um ator coletivo, dotado de identidade, que elabora princípios e programas de ação popular, constituindo grupos de representatividades. Ela remonta desenhos de uma sociedade não institucionalizada, e seus praticantes possuem tarefa dual. Dessa forma, comunica-se tanto com o grupo social do seu meio quanto com os órgãos de Estado, na condição de agente de transformação da sua realidade local, os quais lutam pela sua sobrevivência, lutam cotidianamente contra a pobreza e a precariedade, tendo em mente uma alternativa econômica contra o sistema que os oprime (Gaiger, 2009).

O Plano Nacional de Economia Solidária expõe a concepção da Economia Solidária e resume o conceito mais amplo como uma alternativa de desenvolvimento local, que integra as organizações de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo. Apresenta na sua origem o trabalho coletivo, no prisma da autogestão, e concebe o trabalho individual e coletivo dos meios de produção, na colaboração e reciprocidade (Nunes, 2020).

Complementarmente, a Economia Solidária pode ser uma alternativa ao sistema capitalista vigente, cujo fundamentos estão incorporados no solidarismo de seus membros, que executam trabalho em mutirão de forma coletiva. Tal experiência é intitulada de uma *outra economia*, marcada pela atividade coletiva-participativa de seus grupos sociais, desempenhando o labor na produção, comercialização, trocas e prestação de serviços, pautados pelas reciprocidades de seus iguais (Lima *et al.*, 2011).

Por conseguinte, o desenvolvimento alternativo, que progride em escala local, se desenvolve de baixo para cima, nas camadas populares. Ele cria sinergia para reduzir sua

marginalização perante as carências locais, tanto como objeto de reflexão quanto como ação social. Por isso, tais ações devem contrapor às forças hegemônicas de desenvolvimento tradicional. Neste contexto, as formas não capitalistas (distribuição) apresentam destaque, como força de tração de importância de atividade de trocas, tendo a autogestão como estímulo resultante de uma economia autônoma, com forte característica de reciprocidades dentre seus membros (Morais *et al.*, 2020).

Por esta razão, a Economia Solidária pode florescer no interior do sistema capitalista, manifestado como forma de trabalho coletivo, apoiando suas bases sociais na propriedade coletiva, e estabelecendo a cultura da troca, na qual os grupos possuem plena consciência que o desenvolvimento da geração de riqueza se dá através do trabalho consorciado e individual de cada um dos seus participantes (Araújo; Castro, 2016). A ES abrange uma gama de significados e elementos como sustentabilidade, meio ambiente, diversidade cultural, desenvolvimento local, competitividade, governabilidade e eficiência e, por isso, pode ser definida como uma “nova economia”, na qual se apresentam valores de uma pretensa sociedade mais justa (Ramos, 2011).

Para Nunes (2020), a ES designa-se como um caminho a ser seguido para um desenvolvimento local, via autonomia social com amplo plano de ação. Trata-se de uma alternativa ao capitalismo selvagem, que visa somente ao lucro e à sua ampliação. Como princípios desse modelo, o autor pontua: cooperação, autogestão, equidade, solidariedade, sustentabilidade, valorização do meio ambiente e saber local (Nunes, 2020).

À vista do que pontuam os autores acima elencados, a ES apresenta duas variantes bem acentuadas no interior de suas organizações: uma diz respeito à vida econômica dos Empreendimentos Sociais e a outra dá conta da experiência da sua vida social, e suas relações como grupo. A seguir, iremos demonstrar os conceitos, definições e características da Economia Solidária, como estão presentes no país.

2.2.3 Conceito, definições e características

No que diz respeito ao *conceito* de Economia Solidária, alguns teóricos afirmam que é um conjunto de trabalhos de laços comuns livres, numa forma de gestão democrática com objetivos econômicos e benefícios centrados na qualidade de vida, no comprometimento da adesão e na participação cidadã. Trata-se de um modelo balizado no trabalho cooperado e na reciprocidade econômica, a partir do qual é assegurado o uso dos meios de produção e a

autogestão na condução das organizações socioprodutivas para a efetivação da produção coletiva (Chouparte *et al.*, 2006 *apud* Gaiger, 2009).

De acordo com Tavares (2011), a Economia Solidária pode ser definida como um conjunto de iniciativas socioprodutivas de atividades coletivas por meio de uma gestão democrática e que remunera o trabalho de forma equitativa entre as partes colaborativas, seja no meio urbano e no meio rural. Nesta direção, a ES é indicada como uma forma trabalho participativo e colaborativo resultante de parcerias voluntárias entre trabalhadores, consumidores e usuário, comprometido com o interesse do bem comum, a qual se manifesta a presença de valores de mutualidade, direcionada principalmente à manutenção vínculo social-coletivo (Gaiger, 2012).

Deste modo, a ES é definida como um modo de viver fundamentado na igualdade, na equivalência de direitos, na autogestão e na posse coletiva dos meios de produção. Nesse âmbito, os Empreendimentos Econômicos Solidários são geridos pelos próprios integrantes em uma espécie de gestão democrática, na qual cada sócio tem poder de voto. Neste modelo, não há estruturas hierarquizadas, patrão, gerente e empregados; logo, pode-se afirmar que se trata de uma gestão amplamente coletiva (Oliveira, 2008).

A ES se caracteriza pela igualdade de direitos entre os pares, que se associam em laços comuns para produzir, comercializar, distribuir, consumir, prestar serviços ou trocar suas mercadorias em geral. O cerne dessa proposta é unir alianças dentre os participantes em uma empreitada coletiva, na qual os partícipes possam obter os mesmos direitos e deveres em suas decisões junto ao colegiado. A ES prega a propriedade coletiva, associada ao capital e ao direito à liberdade individual como princípios norteadores. Ademais,

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (Singer, 2002, p. 9).

A ES estabeleceu-se, concentrou-se e espalhou-se em todo o país após os anos de luta e resistência e pelas suas práticas associativas, de caráter cooperativistas, na autogestão de suas organizações. Portanto, ela abrange várias organizações de caráter urbano e rural que se dedicam no trabalho coletivo. Nas análises mais recentes, observou-se que os Empreendimentos Sociais manifestam o solidarismo na execução da socialização dos seus recursos produtivos e uma forte prática de princípios de igualdade. Dessa forma, a ES

estimula um conjunto amplo de mutualidade e uma verdadeira experiência na divisão do bem comum, um novo sentido para justiça social e interesse público (Gaiger, 2013).

Os trabalhos associativos, cooperativos e trabalhos classistas, comuns em localidades que desenvolvem uma Economia Solidária constituem uma característica marcante inserida nos Empreendimentos Sociais, onde eles estão conectados sempre aos movimentos e à mobilização das massas, na base da confiança, do trabalho mútuo, e no fortalecimento das relações econômicas e político-sociais. Embora as organizações sociais estejam sempre ligadas reciprocamente no preenchimento das necessidades dos seus membros, elas carregam o reconhecimento, a inserção social e a autonomia como seu maior êxito (Gaiger, 2009).

2.3 EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

Ainda não existe, no Brasil, um enquadramento jurídico-institucional apropriado para delinear os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A forma conceitual ainda é confusa, pois, no país ainda perduram fortes debates quanto à sua origem. Assim, alguns setores afirmam que tais empreendimentos não estão bem delineados, tanto o seu formato quanto a sua natureza. Desse modo, os empreendimentos não se aproximam do cooperativismo tradicional, e tampouco são próximos do terceiro setor. Entretanto, a Economia Solidária através dos Empreendimentos Econômicos Solidários vem se contrapondo às formas legais do chamado associativismo e do cooperativismo brasileiro. Vale notar que tais organizações sociais buscam reconhecimento institucional, no seu desenho de organismo social, na direção de um espaço de reconhecimentos de suas atividades socioeconômicas (Singer, 2002).

Nesse ínterim, os Empreendimentos Sociais são administrados democraticamente e se dedicam exclusivamente à autogestão. Todas as suas decisões são tomadas por assembleia, quando as deliberações são tomadas coletivamente pelos seus membros. Por isso, a autogestão exige um esforço a mais dos seus sócios, pois, além de preparem das suas tarefas individuais, precisam se preocupar com as rotinas gerais da organização. Desse modo, o trabalho coletivo tem um mérito em si mesmo, tornando as pessoas mais engajadas coletivamente, no desenvolvimento humano e nas suas atribuições sociais (Gaiger, 2008).

Embora os grupos sociais estejam sempre ligados mutuamente no preenchimento das necessidades dos seus membros, do reconhecimento institucional, da inserção social e da autonomia financeira, estas unidades econômicas e solidárias se destacam quando se relacionam positivamente com seu entorno, pois é justamente nos espaços de atuação que

surtem os problemas sociais. Nestes casos, a luta por direitos fundamentais se torna um fator basilar e não um fator secundário para a progressão dos seus esforços por acesso a emprego, saneamento básico, saúde, moradia, educação e bem-estar (Gaiger, 2009).

Desse modo, os Empreendimentos Sociais são organizações individuais, coletivas e familiares desenvolvidas e sustentadas por grupos de pessoas voluntárias, de trabalhadores que trabalham para reduzir suas carências, e de anseios econômicos, sociais e culturais que comungam das mesmas práticas sociais de cooperação, participação e ação. Logo, eles se dedicam no trabalho individual e coletivo na condução de sua viabilidade econômica, e, além disso, carregam sua própria história pautada na cooperação popular, dando conta de viabilizar o sustento de sua família, e ajudando na promoção do bem-estar social, que é o objetivo principal dessas organizações.

2.3.1 Conceito, definições e características dos Empreendimentos Sociais

Existem, no Brasil, algumas experiências de cunho popular de iniciativas locais, tanto no campo como na cidade, nas quais pessoas necessitadas criam grupos informais, empresas sociais, finanças solidárias, empresas representativas, comunidade de crédito e moeda social. Essas experiências têm contribuído no amadurecimento e na criação de um espírito solidário, construindo-se no intuito de se defenderem das crises recorrentes do sistema capitalista, que trazem consigo a marca da pobreza, da precariedade, do desemprego e a carência financeira. Tais experiências empreendedoras sociais não nasceram tão somente pelas mazelas do sistema como um todo, mas, sobretudo, manifestam-se pelas aspirações da progressão de uma vida melhor por parte dos atores sociais, que estão inseridos nas populações autóctones, ribeirinhos, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares, artesãos, grupos de mulheres e povos tradicionais.

Os empreendimentos solidários têm por objetivo, com base nas estratégias de desenvolvimento local, inserir o sujeito urbano e rural na esteira dos princípios de solidariedade, cooperativismo, autogestão, organização sociais, bem como na luta pela distribuição da terra e tudo que ela pode dá, na preservação do meio ambiente, na agroecologia e na preservação dos saberes tradicionais. Dessa forma, existem cinco definições sobre organizações socioprodutivas da Economia Solidária, as quais estão presentes no interior das entidades sociais: i) pluralidade de princípios econômicos; ii) autonomia institucional; iii) democratização dos processos decisórios; iv) sociabilidade comunitária-pública; e v) finalidade multidimensional (Rodrigues; Guimarães, 2020).

Sendo assim, o fator de sucesso das entidades está ligado ao caráter mútuo do grupo, do qual a reciprocidade e a cooperação são as características mais evidentes. Nesse ínterim, os trabalhadores dedicam-se ao trabalho integrado num espírito coletivo dos participantes, na busca de resultado socioeconômico como causa decisiva no sucesso da organização, pautado no resultado social no alcance do bem-estar dos seus componentes (Gaiger *et al.*, 2018).

Os Empreendimentos Sociais se inserem nas atividades econômicas devido às suas dificuldades ocupacionais diretas, como também o espírito empreendedor em melhorar sua condição de vida, bem como, em alguns casos, para fugir do desemprego. Ao compreenderem sua aptidão ao trabalho coletivo, os grupos trabalham individualmente ou criam entidades para os representar dentro da sociedade. Surgem, assim, organizações do movimento social dedicado à prática da Economia Solidária, donde começam a fomentar seus produtos e serviços gerando seus proventos monetários, comercializados e distribuídos suas mercadorias nos mercados locais, nos centros urbanos mais próximos, “(...) como resultado, as comunidades conseguem meios para gerar trabalho e renda, organização social, preservação ambiental, representação social e política, e manutenção da sua cultura” (Gelciomar *et al.*, 2020).

Na última Conferência Nacional de Economia Solidária, que aconteceu no ano de 2014, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária, ficou instituído, conforme aponta Gaiger e seus colaboradores, o que devem ser os Empreendimentos Sociais:

- I. Ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- II. Realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;
- III. Ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;
- IV. Ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas (Gaiger *et al.*, 2018, p.131).

Para além das observações aqui presentes, as Ciências Sociais tiveram um grande destaque nos estudos sobre economia popular, políticas públicas, movimentos sociais e desigualdade. No Brasil, através de estudos sobre Economia Solidária, aparecem vários

pontos em evidência acerca do último levantamento realizado 2009-2013, denominado de Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (Silva *et al.*, 2014).

Conforme apontam Silva e seus colaboradores (2014), nos dados do segundo levantamento foram encontrados vários Empreendimentos Sociais em todo território nacional, *caracterizados e tipificados* de acordo com sua demografia, sua economia e política. Estes Empreendimentos Sociais foram integrados na base de dados do governo federal, em conformidade com sua identidade, sentido e demanda. É o caso das comunidades tradicionais, dos ribeirinhos, dos extrativistas, dos pescadores artesanais e outros que estão fora do primeiro levantamento realizado em 2005-2007 e que, portanto, não são abarcados neste trabalho, que evidencia somente os grupos informais, cooperados e associados.

De ordem mais geral, os dois levantamentos nos permitiram estudar a demografia e quantas pessoas estão ligadas aos ESS. Permitiu, também, observar os vínculos com os movimentos sociais e suas variantes, além das entidades que os apoiam, bem como a sua distribuição espacial. Além disso, permitiu observar quais empreendimentos são mais significativos economicamente, onde estão mais concentrados demograficamente e quais são as principais atividades econômicas em destaque no país (Gaiger; Kuyven, 2020).

Dentre os estudos recentes, existem duas características bem salientes dos empreendimentos solidários, quais sejam: eles estão em áreas rurais, urbanas e mistas (urbanas e rurais), e se manifestam em formas organizacionais como: associação, grupos informais, cooperativas e empresas mercantis. Outro aspecto importante dos empreendimentos solidários brasileiros refere-se à sua atividade econômica principal: considerando que os empreendimentos dedicam suas atividades econômicas de forma coletiva, que é um de seus traços participantes, é possível citar a produção e a comercialização, a prestação de serviços ou trabalho a terceiros, a poupança, o crédito ou finanças solidárias, a troca de produtos e serviços e o consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (Silva *et al.*, 2014).

Para obter um panorama geral da Economia Solidária, o segundo mapeamento de caráter nacional apontou várias organizações sociais de trabalho, como associados e cooperados, que se dedicam exclusivamente do trabalho individual e coletivo. Nesse âmbito, foram encontrados cinco tipos de Empreendimentos Sociais, que serão abordados nos tópicos seguintes.

2.3.2 Tipos de empreendimentos econômicos solidários

Sobre os elementos que existem na Economia Solidária, e como os Empreendimentos Sociais desenvolvem suas atividades coletivas em conjunto com outras atividades paralelas, cumpre identificar sua atividade principal e o seu sentido de existir. Este é um exercício desafiador, dada a complexidade estrutural e funcional no interior dos empreendimentos, em combinarem atividades individuais e coletivas entre os seus membros. Todavia, a tipologia se faz indispensável para positivarmos a natureza e o sentido da Economia Solidária (Gaiger, 2009).

Assim, nesta parte da pesquisa buscamos esclarecer questões como: Quais são os motivos para a adesão dos trabalhadores às iniciativas laborais solidárias, considerando sua finalidade social e econômica? A tipificação dos Empreendimentos Sociais é um passo na direção de entender os arranjos profissionais que cada empreendimento desempenha, assim como suas similitudes e diferenças, a descoberta dos laços de mutualidade, e seus perfis sócio-ocupacionais mais salientes. A seguir, apresentamos os tipos de atividade coletiva presente nos Empreendimentos Sociais.

Empreendimentos Sociais Tipo I – *EES de provimento de serviços e desenvolvimento comunitário*: esta atividade coletiva principal trabalha para conquistar bens, serviços, benefícios e bem-estar para seus entes sociais, tais como, crédito pessoal, repasse de benefícios sociais, utensílios domésticos, serviços socioculturais e educativos. Do mesmo modo, trabalha para estimular e desenvolver o associativismo comunitário local, por meio de infraestrutura, serviços de transporte, manutenção de espaços coletivos, acesso à internet etc.

Estes grupos encontram-se, em sua maioria, no meio rural, formados por agricultores familiares, beneficiários de programas sociais, participantes de povos e comunidades tradicionais – ribeirinhos. Eles relatam que as razões para a sua criação apoiam-se na necessidade de apoio financeiro e técnico de órgãos governamentais e entidades civis, ajuda filantrópica e engajamento comunitários. A maioria de seus integrantes é composta de homens, que integram EES e, para alguns deles, esse trabalho não representa uma ocupação laboral ou uma fonte de renda expressiva.

Empreendimentos Sociais Tipo II - *EES de apoio à atividade produtiva dos sócios*: sua atividade coletiva principal abrange serviços, recursos ou benefícios para as atividades econômicas individuais ou familiares de seus membros. Dentre elas, pode-se citar: troca de produtos, remuneração pelas vendas, comercialização, uso de equipamentos ou infraestrutura produtiva. Também tem predomínio no meio rural. O fator relevante para a instituição é uma

possível formalização desses negócios, correspondente à obtenção de financiamentos e outros apoios econômicos de seus membros.

A participação dos sócios nesses negócios supera a dos trabalhadores do Tipo I, entretanto, para a maioria dos sócios, esta atividade não é uma boa fonte de rendimento. Nessa modalidade, há uma forte presença de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, os quais desenvolvem atividades agropecuárias com apoio de subsídios como máquinas, instalações, implementos e insumos variados. Com isso, fomentam o compartilhamento de terras produtivas, como os fundos de pasto, bem como de equipamentos comunitários, a exemplo das casas de farinha, estabelecidas no interior do país. Ainda, estes grupos fornecem serviços técnicos especializados, especialmente serviços contábeis, agrônômicos e veterinários. Outros grupos se dedicam à comercialização da produção individual dos sócios, incluindo os pescadores artesanais e catadores de material reciclável.

Empreendimentos Sociais Tipo III – *EES de trabalho e geração de rendas primordiais para os sócios*: sua ocupação coletiva principal constitui-se na produção de bens, comercialização e prestação de serviços. Esta atividade laboral representa a principal ocupação e uma fonte de acesso mais importante para os membros do ES. Tal atividade se desenvolve, ao menos parcialmente, com base na coletivização dos meios de produção, na mutualidade dos seus iguais e nos casos de execução ou gestão do trabalho.

Estes empreendimentos são localizados no meio urbano e as causas primordiais para a sua instituição apoiam-se na luta contra o desemprego, assim como no esforço pela formação de uma organização econômica, na qual os trabalhadores sejam seus próprios patrões. Nesse tipo de organização, a maioria dos entes sociais trabalham em atividades ligadas à agricultura e à prestação de serviços, como também na fabricação de gêneros alimentícios e produtos diversos, como comércio varejista. Tais ocupações são formadas por associações, grupos informais, cooperativas, e, em menor proporção, formalizados como empresas mercantis.

Empreendimentos Sociais Tipo IV – *EES de complementação de trabalho e renda*: sua atividade coletiva principal também está voltada para a produção de bens, comercialização e prestação de serviço. A ocupação principal deste tipo trata-se de uma renda complementar, na qual os ganhos financeiros provêm de pensões e aposentadorias. Estes tipos de empreendimentos possuem maior incidência nas áreas urbanas.

O estímulo para a criação destas organizações está ligado diretamente a uma possível complementação da renda. Os seus integrantes estão unidos a setores econômicos do ramo do cooperativismo, associativismo e grupos informais. Todavia, neste tipo de organização, os

sócios ainda não assumem posição de destaque nos empreendimentos por conta dos baixos níveis de retornos financeiros dos pequenos negócios gerados pelos EES.

Empreendimentos Sociais Tipo V – *EES com remuneração insuficiente dos sócios*: esta atividade econômica assemelha-se aos empreendimentos dos tipos I, II, III e IV, mas diferentemente, no seu escopo, os empreendimentos do tipo V são atividades que não geram grandes ganhos. Para a maioria dos seus sócios, estes empreendimentos localizam-se tanto no meio urbano quanto no meio rural. O propósito para sua constituição está ligado ao auxílio de empresas falidas ou em recuperação. Isso porque as dificuldades em remunerar adequadamente os sócios aparecem à medida que vão sendo desenvolvidas as atividades no dia a dia, e, conseqüentemente, os ganhos monetários passam a se constituir insuficientes por estes trabalhadores. Neste contexto, a maioria dos empreendimentos e entidades sociais que produzem produtos e prestam serviços apresenta uma imensa solidariedade de relacionamentos internos, como se verá melhor adiante.

O Plano Nacional de Economia Solidária expõe a concepção da Economia Solidária e resume o conceito mais amplo como uma alternativa de desenvolvimento local, que integra as organizações de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo. Sendo assim, os Empreendimentos Sociais têm sua origem o trabalho coletivo, no prisma da autogestão, e concebem o trabalho individual e coletivo dos meios de produção na colaboração e na reciprocidade. Desse modo, configuram-se entidades cuja atividade econômica transita nas cooperativas, associações, empresas falidas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos informais, redes de empreendimentos produtivos, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos (Nunes, 2020).

Para corroborar estes estudos, vamos detalhar, adiante, algumas entidades que apoiam a economia no país, tais como a igreja católica, entidades sindicais, movimentos sociais e outros seguimentos da organização civil da sociedade. Para esta investigação, foi escolhido somente o apoio das universidades e instituições de Ensino Superior dado que a Universidade Federal do Pará apresenta um imenso histórico de acompanhamento das entidades que praticam a Economia Solidária no estado.

2.3.3 Entidades de apoio: incubadoras universitárias de Economia Solidária (UFPA)

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativismo Popular (ITCPs) são organizações que disponibilizam apoio técnico, logístico e jurídico a fim de viabilizar os empreendimentos autogestionários que se dedicam à prática de Economia Solidária. As ITCPs são entidades

universitárias que disponibilizam profissionais de vários campos de estudos em apoio a esses empreendimentos. Segundo o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), em seu Relatório Final SENAES/MTE (2011), as incubadoras de Economia Solidária tiveram sua origem pela ação realizada por Herbert de Souza, em 1993 como movimento social de combate à fome, e foram fortalecidas pela criação do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), no Rio de Janeiro (IADH, 2011).

Esse movimento eclodiu apoiando diversas instituições, dentre as quais possui ênfase a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com atuação de base tecnológica no fortalecimento desses novos negócios, e, posteriormente, como fundadora da concepção de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, em 1995. Com o auxílio da academia e empenho das universidades, surge, assim, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) para fortalecer o desenvolvimento das incubadoras e o fortalecimento da Economia Solidária nas ações desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior (IADH, 2011). Desse modo, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são consideradas como organizações universitárias que têm por objetivo assessorar empreendimentos econômicos e solidários em busca da autogestão. Para isso, utiliza recursos humanos e capacidade intelectual para produzir conhecimento através da formação, qualificação e assessoria de trabalhadores e acadêmicos (Lussi *et al.*, 2015).

Criado pelo Decreto n.º 7.357, de 2010, o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, como execução em seu Art. 1º, dispõe sobre “(...) os responsáveis pela execução de ações voltadas à geração de trabalho e renda, por meio de ações de Economia Solidária”. Esse artigo traz uma compreensão entre Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), incubação de empreendimentos econômicos solidários e incubadoras de cooperativas populares, conforme apresentamos abaixo:

Quadro 1 - Compreensão de Conceitos PRONINC

ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO
I	Empreendimentos Econômicos Solidários	organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados;
II	Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários	conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários;

III	Incubadoras de Cooperativas Populares	organizações que desenvolvem as ações de incubação de empreendimentos econômicos solidários e atuam como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão.
-----	---------------------------------------	--

Fonte: Adaptado de Brasil (2010).

Do mesmo modo, no ano de 2000 foi implantada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com apoio da UNITRABALHO, objetivando realizar a incubação de empreendimentos comunitários na região através do acompanhamento e da assessoria técnica aos empreendimentos econômicos e solidários, bem como a formação e qualificação de trabalhadores e estudantes (Souza *et al.*, 2014).

A metodologia adotada pela ITCPE/UFPA junto aos empreendimentos tem duas características: a primeira de assessoria e consultoria (viabilidade e estrutura) e a segunda com foco na formação e na qualificação (continuidade e crescimento), que podem acontecer concomitantemente de acordo com a necessidade. Elas têm como objetivo promover a condição de autogestão a partir de condições econômicas, pedagógicas e sociopolíticas (Freitas *et al.*, 2009).

Assim, de acordo com Souza e Oliveira (2017), o processo de incubação envolve três fases, pré-incubação, incubação e pós-incubação, divididas em sete etapas: Política de Formação de Formadores; Sensibilização, Mobilização e Seleção dos EES; Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Formação em Economia Solidária para Autogestão; Assessoria Técnica para Autogestão; Consolidação do Empreendimento Econômico Solidário (EES); e Produção e Disseminação de Conhecimento e Tecnologia Social.

Desse modo, esse processo obedece a quatro dimensões, consideradas essenciais no processo de incubação dos empreendimentos: 1) Tecnológica; 2) Desenvolvimento; 3) Aprendizados; 4) Real-ideal, as quais são combinadas a partir de variadas técnicas de gestão, a exemplo: Árvore de Problemas, Calendário Agrícola, Diagrama de *Venn*, Dinâmica de Grupo, Entrevista semiestruturada, Fluxo de Comercialização, Fluxo de Produção, Mapa Logístico, Matriz de Comercialização, Matriz de Organização do EES, Matriz de Priorização de Desejos, Painel Socioeconômico, Plano de Sustentabilidade e Plano Administrativo-financeiro.

Assim, o processo de incubação envolve recursos humanos (acadêmicos e trabalhadores) por meio das capacidades sociotécnicas e intelectuais para promover empreendimento econômicos e solidários por meio da formação, da capacitação e da

assessoria. Para tanto, utilizam processos combinados e ferramentas variadas na perspectiva econômica, pedagógica, sociopolítica e ambiental para torná-los autogestionários.

Tais esforços combinam conhecimentos academicista e saber popular para melhor desenvolverem os territórios na alocação de recursos humanos e não humanos, que possam advim de organismos externos, ou do poder estatal, ou como no caso de apoio direto de algumas organizações não governamentais, como a UFPA. Neste caso, o trabalho da Universidade é acompanhar e apoiar vários empreendimentos no estado do Pará, a fim de promover renda, comercialização e produção para as entidades que fazem parte desse grande “guarda-chuva”.

Toma-se, como exemplo, o acompanhamento do Grupo de Mulheres do Tapanã (GMT), o qual visa concretizar etapas e objetivos que envolvem o projeto “Economia Solidária na cidade de Belém: Capacitação e Gestão do Grupo de Mulheres do Tapanã – GMT”. Este projeto foi executado pelo Diretório de Estudo, Pesquisa e Desenvolvimento, Dinâmica do Trabalho, Gestão Territorial na Amazônia Oriental/Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos solidários – PITCPES, coordenado pelo professor Armando Lírio e financiado pela FADESP. Nele são utilizadas equipes multidisciplinares das faculdades de Contabilidade, Administração e Arte, as quais promoveram trabalhos de acompanhamento e ações participativas de formação/capacitação e assessoria baseadas nos princípios da Economia Solidária e de políticas públicas para participantes da Economia Solidária, na promoção de ações voltadas para constituição de ferramentais de tecnologia social.

Todavia, hoje há demandas nos empreendimentos econômicos solidários por cursos de formação, como gestão financeira, arte e costura e construção de cadeias e redes de comercialização solidária. Assim, as ações e articulações de arranjos institucionais para o fortalecimento do GMT são desenvolvidas por intermédio da elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), assessoria técnica na área de gestão, articulação com instituições municipais e de movimentos sociais, como associações e cooperativas.

Neste contexto, as realizações de ações de incubação serão exclusivamente voltadas para o fortalecimento e consolidação do empreendimento social e de outros empreendimentos solidários que formam as outras ilhas de produção. Nos empreendimentos solidários, as metodologias que sempre serão utilizadas são a pesquisa-ação, a educação popular, dentre outras, com a certeza de produção de conhecimento acadêmico, guiado pelo empirismo dos empreendimentos instalados, cujo saber popular advém de longas datas passadas.

O acompanhamento das unidades produtivas possibilita a construção coletiva de tecnologia social na promoção do bem comum. Para avançar sobre a temática do mapeamento da Economia Solidária, é importante sabermos mais a respeito do marco legal desta matéria, quais os caminhos que foram percorridos até o momento da sua institucionalização e quais os meios necessários para este movimento ter permanecido tão coeso com dimensões nacionais.

2.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária se notabilizou pelos arranjos sociais que faziam frente em variados campos da sociedade. Ao longo de anos de luta popular, estes movimentos foram ganhando força com pautas sociais e campanhas permanentes de direitos sociais e políticas públicas, então, no recém inaugurado governo popular de Lula. Nessa ocasião, tudo mudou para os participantes deste novo grupo social. Uma das primeiras medidas do novo governo foi considerar que a Economia Solidária fazia parte de um novo formato de trabalho, e, com isso, houve espaço para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, pelo novo governo. Desta maneira, oficializou-se a expressão *Economia Solidária* no país, que passou a ter caráter institucional, e fazem parte desse marco legal os trabalhadores familiares de toda ordem, tanto no meio urbano quanto no meio rural (Farias, 2017).

A institucionalização da Economia Solidária teve início com a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, no inciso XIII do art. 30, que instituiu o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES, um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, que integra o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no qual foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES naquele mesmo ano. Esta Secretaria também foi vinculada ao MTE, em 2006, com denúncia de fraudes por parte de algumas cooperativas, e, por isso, o conselho foi reestruturado através do Decreto n.º 5.811, de 21, de junho de 2006, para: “I estimular a participação da sociedade civil e do Governo no âmbito da política de Economia Solidária; II - propor diretrizes e prioridades para a política de Economia Solidária”. A SENAES e o CNES tiveram grande destaque na valorização das atividades solidárias de cooperativismo, empreendedorismo social, inclusão produtiva e emancipação financeira para diversos grupos excluídos (Rodrigues; Guimarães, 2020).

A Economia Solidária foi se desenvolvendo institucionalmente no país a partir das parcerias do poder público e das Organizações Civil da Sociedade (OCS). Desde 2003 tem dado guarida aos movimentos sociais que praticam a Economia Solidária, os quais, até naquele momento, nunca haviam tido uma situação institucionalizada. Nesse âmbito, o

SENAES e os conjuntos de entidades, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FOBES), decidiram em comum acordo realizar um mapeamento da ES entre os anos de 2007 e 2010, no qual foram catalogados e encontrados 22 mil EES. Deste mapeamento nasceu o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES). Em meados de 2009 e 2013, foi elaborado um segundo mapeamento da ES, conforme as diretrizes do Conselho Nacional, com as devidas resoluções da comissão gestora do SIES (Gaiger; Kuyven, 2019).

A Economia Solidária vem debatendo a natureza da sua institucionalização com outros órgãos e instituições públicas e privadas na busca de seu fortalecimento em todas as regiões brasileiras, através da criação de secretarias e conselhos. Esse movimento tem por intuito gerar informações acerca de Economia Solidária, uma vez que todos esses órgãos são gestados no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (Souza, 2012).

Conforme Rodrigues e Guimaraes (2020), com o fim do governo Dilma, em 2016, conhecido como “*impeachment* sem regime de responsividade”, Temer assumiu o governo e extinguiu a SENAES, rebaixando-a como a uma subsecretaria de governo. Nesse propósito, exonerou o grande idealizador da Economia Solidária brasileira, o Professor Paul Singer, de suas funções em junho de 2016. E, com o início do governo Bolsonaro, foi extinto o MTE, através da Lei n.º 13.844/2019, que estabelecia a organização básica dos órgãos de Presidência da República e dos Ministérios. Com a promulgação da nova Lei, a Economia Solidária passou a ser gerida pelo Ministério das Cidades, e com o fim da SENAES, sua abrangência ficou relegada apenas ao cooperativismo e ao associativismo urbano, perdendo sua função de alcance do cooperativismo e associativismo rural.

Assim ficou a nova normativa: Art. 23. I - Foram Constituídas as áreas de competência do Ministério da Cidadania: II - política nacional de segurança alimentar e nutricional; III - política nacional de assistência social; VI - assistência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos; V - cooperativismo e associativismo urbanos.

No Brasil, a história da ES se desenvolveu, como já pontuado, no final dos anos 80, com características de um movimento social com traços de gestão democrática, com forte influência de grupos religiosos, como o Cáritas e o movimento da Teologia da Libertação, passando por sua institucionalização do campo de política pública a partir de 2003. Desse ano até meados de 2016, a Economia Solidária ganhou *status* de Secretaria dentro de Ministérios no governo Temer, tendo significativa relevância nas políticas de geração de trabalho e renda.

Já a partir de 2018, no governo Bolsonaro, as mudanças no cenário político nacional acabaram por promover alterações nas políticas e estratégias de fomento à ES.

Após essas movimentações, a Economia Solidária ficou abandonada, pois nem o governo Temer e tampouco o governo Bolsonaro deram a atenção que os Empreendimentos Solidários merecem. Com as lutas populares e de resistência para fazer frente ao desmantelamento da Economia Solidária no Brasil, o senador Jaques Wagner criou a Proposta de Emenda à Constituição n.º 69, de 2019, que visava incluir a Economia Solidária entre os princípios da Ordem Econômica, cuja finalidade é: “Há a necessidade de políticas públicas para estimular a Economia Solidária. A inclusão de Economia Solidária entre os princípios da ordem econômica possibilitará que políticas baseadas nesse princípio jurídico moldem a realidade, a ordem econômica real”. Assim, a Economia Solidária constituía-se provedora de renda e emprego para seus postulantes, através dos empreendimentos urbanos e rurais (Rodrigues; Guimarães, 2020).

Conseqüentemente, devido à sua origem conceitual, pode-se dizer que o movimento impulsionado pela Economia Solidária se tornou símbolo de resistência na luta pelo trabalho digno e consumo justo, tanto em pequenos negócios urbanos quanto em empreendimentos solidários rurais. Desde a sua atuação, a ES promove o surgimento de organizações mais diversas, democráticas e plurais, em que o poder estatal e a governança podem ser reavaliados. Esta conectividade é determinada pela mediação estabelecida entre os diferentes sistemas que lhe são compatíveis, como a interação das ações com demais organizações que realizam o mesmo trabalho ou que lhe podem dar suporte, numa perspectiva de conectividade externa. Da mesma forma, engloba a maneira como os recursos ou atores sociais se dispersam, migram, interagem e se comunicam dentro do mesmo projeto, ou seja, uma conectiva interna do sistema socioecológico.

À vista desse cenário, esta pesquisa passa a se lançar em averiguar como a Economia Solidária está estabelecida no Pará, com seus anseios, origem e seus desdobramentos, mensurados no último levantamento realizado no país. Cumpre, assim, realizar um afunilamento da pesquisa sobre Economia Solidária e Empreendimento Social, na busca por mapear as unidades produtivas paraenses, uma vez que o poder público ainda carece de olhar com profundidade os dados desses grupos sociais.

2.5 FORMAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PARÁ

No Brasil, bem como na Amazônia, existem várias experiências sendo desenvolvidas no que tange à Economia Solidária. No Pará, precisamente no ano de 2002, foi criada uma incubadora tecnológica na Universidade Federal do Pará, sob o domínio do grupo de pesquisa do diretório de trabalho e dinâmica na Amazônia oriental, coordenado por pesquisadores que desenvolveram importantes trabalhos na condução e no acompanhamento de algumas entidades da agricultura familiar, sob a liderança do professor Amando Lírio (Oliveira; Souza, 2017).

A Economia Solidária na Amazônia se fundamentou pela ação do homem do campo e do trabalho informal urbano, bem como pelas formações comunitárias, nascendo paralelamente ao desenvolvimento nacional. Nesses lugares já havia certas experiências de mutirão e trabalho consorciado em alguns lugares, como nos municípios de Cameté e Igarapé Mirim. Nesse sentido, os territórios pensados no trabalho coletivo e na reciprocidade, através das organizações livres, fortaleceram a prática da Economia Solidária (Souza, 2012).

A ampliação da reprodução da vida social pode ter convergência com a tese de políticas públicas da Economia Solidária ao acesso de toda comunidade que toca a vida no trabalho coletivo, bem como aos beneficiários de ações do estado, através de políticas de inclusão sociais.

i) em preceitos constitucionais de garantia aos cidadãos e cidadãs do direito a uma vida digna; ii) objetiva a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia; iii) defende a promoção e ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda; iv) reconhece e fomenta as diferentes formas organizativas da economia popular solidária, assim como, orienta para a criação de mecanismos legais que viabilizem o acesso ao crédito e ao fundo público; v) orienta para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental; vi) sustenta a promoção da integração e da intersectorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária no e entre os entes federados do Estado; vii) e finalmente, visa o fortalecimento e o estímulo à organização e à participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária (Coraggio, 2007 *apud* Souza, 2012, p. 133).

Neste ínterim, a Economia Solidária precisaria ser conhecida e entendida por gestores públicos, pelos movimentos sociais, pelas lideranças urbanas e rurais, sindicatos, instituições de ensino e por toda sociedade. Conforme dados nacionais, a Economia Solidária, ao longo dos anos se espalhou por todo país, criando raízes também na região Norte e no estado do

Pará, onde teve grande impacto na região como um todo. Suas atividades iniciaram pelas comunidades eclesial de bases da igreja católica, sindicatos rurais e outros organismos da sociedade civil, e contribuíram decisivamente para fortalecer as atividades socioprodutivas no estado. Sua luta por terras fez diferença na inserção do trabalho coletivo no território do baixo Tocantins, bem como nas cidades de Moju, Abaetetuba, Cametá e Barcarena (Souza, 2011).

Conforme progrediram as caminhadas no debate da Economia Solidária nos anos 80 e 90, o poder público e a sociedade civil criaram a Lei Estadual n.º 7.309, de 2009, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no estado do Pará (SEMUTE, 2022):

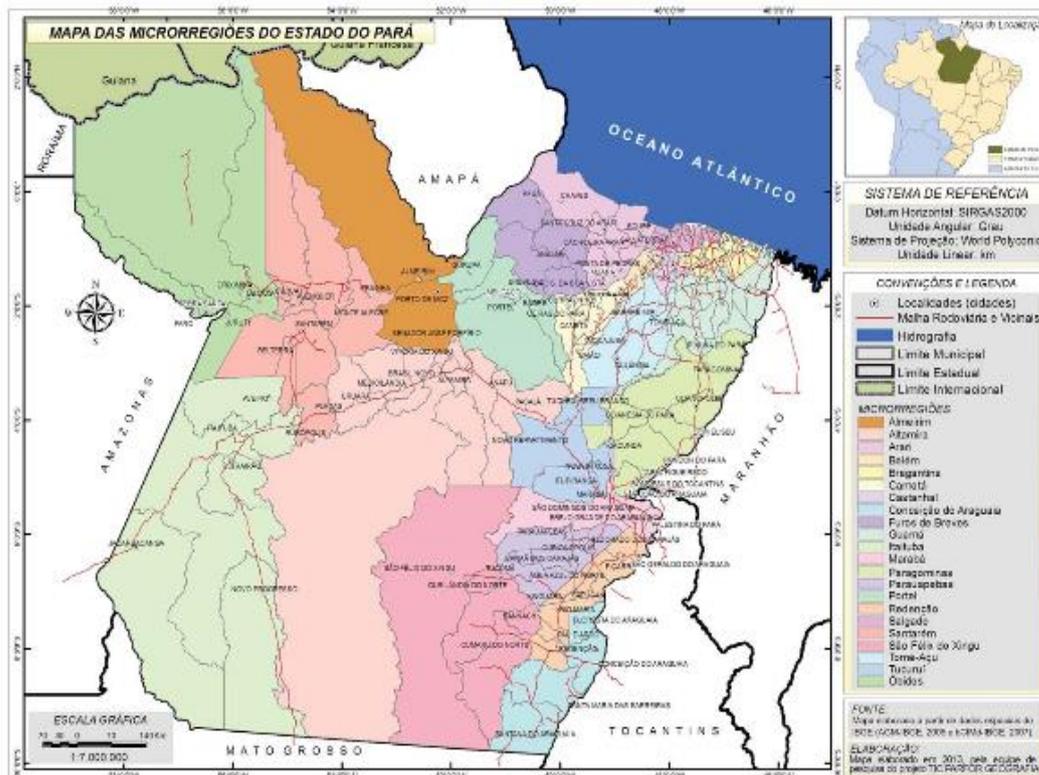
Art. 1º (...) promoção da Economia Popular e Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados auto gerenciários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei.

Art. 2º (...) considera-se Economia Popular Solidária as iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária institui também os seguintes objetivos: I - Gerar trabalho e renda; II - Apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária; III - Apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado, considerando a potencialidade local.

Art. 3º A Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária tem os seguintes objetivos: I - gerar trabalho e renda; II - apoiar a organização e o registro de empreendimentos da Economia Popular Solidária; III - apoiar a introdução de novos produtos, processos e serviços no mercado, considerando a potencialidade local; IV - promover a agregação de conhecimento e a incorporação de tecnologias nos empreendimentos da Economia Popular Solidária. Para além do debate sobre a Economia Solidária, que vai desde sua formação e da consolidação, bem como das ideias do trabalho coletivo dos participantes, vinculado a reciprocidade, igualdade, desenvolvimento territorial e autogestão, a discussão sobre empreendimento social se estenderá em todo território paraense.

Figura 3 - Mapa do estado do Pará



Fonte: Atlas Geográfico do Estado do Pará (2015).

O Pará é o estado do Brasil onde se encontra o Parque Nacional da Amazônia, o qual protege uma extensa faixa da exuberante e densa floresta amazônica, sendo o lar de milhares de espécies da vida selvagem. Boa parte dele é alagada todos os anos, tornando o acesso a áreas distantes somente por barco. Próxima da desembocadura do Rio Amazonas está Belém, sua capital, com uma área territorial de 1.248.000 km².

O território paraense é formado por 144 municípios (contando com o recém-formado município de Mojuí dos Campos, que foi desconectado do município de Santarém), distribuídos por toda região de integração. O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro e está integralmente situado na Região Norte e na Amazônia Legal. Sua população é de 7.581.051 habitantes (IBGE, 2010).

O referido estado faz fronteira com Suriname e o Amapá, ao Norte; com o oceano Atlântico a Nordeste; com o Maranhão a Leste; com o Tocantins, a Sudeste; e com o Mato Grosso, a Sul. Sua capital é a cidade de Belém, que reúne em sua região metropolitana cerca de 2,1 milhões habitantes, sendo a segunda maior população metropolitana da região Norte. O estado do Pará é reconhecido pela sua imensa riqueza mineral, recursos hídricos e vasta extensão de áreas de protegidas (Luz *et al.*, 2013).

O Pará apresenta uma extensa malha viária imensamente concentrada na parte leste do estado, a qual interliga as regiões de integrações norte, nordeste, sudeste e sul do estado. As principais linhas rodoviárias correspondem a BR-316, que deságua na capital de Belém, a BR-010, conhecida como Belém-Brasília, interligando outras regiões brasileiras. Na porção sudoeste paraense, destaca-se a BR 230, ou rodovia Transamazônica, que interliga os municípios de Pacajá, Anapú, Medicilândia, Placas e Itaituba. Na parte noroeste do estado ou região do Baixo Amazonas, a interligação entre os municípios é realizada através da rede hidrográfica dos grandes rios, furos, baías e igarapés (Luz *et al.*, 2013).

A partir de 2008, o território paraense ganhou uma nova configuração regional, na qual órgãos estatais criaram as regiões de integrações para fácil localização dos municípios, bem como para a uniformização de informações relacionando questões sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, a Região de Integração paraense é formada pela região de Araguaína, Baixo Amazonas; Carajás; Guamá; Guajará, Lago de Tucuruí; Marajó; Rio Caeté; Rio Capim; Tocantina, Tapajós e Xingu. Ela apresenta cultura e desenvolvimento baseado na agricultura, indústria e comércio, e configura-se por algumas regiões mais desenvolvidas e outras mais atrasadas (Sepof, 2019)

Figura 4 - Região de Integração paraense



Fonte: Decreto nº 1.066/08 e Decreto nº 1.346/15.

Mas, como se encontra a Economia Solidária no território paraense após o último levantamento produzido no país, no ano 2009-2013? Essa indagação pode ser respondida de forma parcial, pois os Empreendimentos Sociais no estado encontram-se em movimento nos seus territórios. Toma-se como exemplo da comunidade Santo Ezequiel Moreno, na cidade de Portel-PA, que mantém projetos comunitários de iniciativa popular com ajuda governamental e de agentes externos como a ONU, no período de 2018 a 2020. Como também, apoio da prefeitura local e sua Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI

Esses apoios vão incentivar projetos como: Fundo Solidário Açaí, a Cozinha Agroextrativista Iaçá, a Miniagroindústria e, mais recentemente, o Projeto Manejai, os quais servem com indutores conectivos para a intensividade e extensividade da rede de colaboração. Tais iniciativas têm como objetivo incentivar a produção de produtos locais como açaí, farinha de mandioca, peixe camarão, milho, abóbora e outros, bem como, transformar o açaí *in natura* em poupa de fruta para serem vendidos em Belém. A cozinha tem o papel de fornecer alimentos dentro e fora da comunidade, como também atende o mercado institucional como PAA e PNAE. O projeto Manejai tem como finalidade promover cursos de capacitação para os produtores familiares, com trocas de experiências dos próprios produtores (Nunes, 2020).

Outra experiência recente está presente no município de Barcarena. O movimento da Economia Solidária no município de Barcarena ganhou força institucional com a criação da Lei Municipal n.º 2163/ 2015, datada de 1 de junho de 2015, que veio instituir a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária (PMFES), o Selo de Economia Solidária, o Conselho Municipal de Economia Solidária, o Fundo Municipal de Economia Solidária e dar outras providências (SEMUTE, 2021).

2.6 MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS

Para conhecer a realidade da Economia Solidária no Brasil, a SENAES criou, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), que de 2005 até 2007 estabeleceu em todo território nacional o primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Os primeiros resultados foram importantes para formatar, de forma oficial, e descrever como, onde viviam e como estavam organizados esses sujeitos em todo território nacional. Com o acelerado desenvolvimento das práticas solidárias no país, tornou-se fundamental a organização do segundo Mapeamento, executado entre 2009 e 2013. Ambos os levantamentos amostrais apresentaram, de forma

abrangente, alguns novos sujeitos que o primeiro levantamento não conseguiu alcançar que compõem esse novo extrato de nossa economia (Silva *et al.*, 2014).

O primeiro mapeamento aglutinou 200 entidades, no seu nascimento, planejamento e execução. O segundo mapeamento, por sua vez, usou um sistema semelhante, distribuindo o planejamento e a execução para os gestores estaduais. Em ambos, o propósito não era realizar um censo demográfico exaustivo, mas um levantamento amplo e representativo, alargando-se ao máximo para viabilizar a coleta de dados a partir de diversas listas prévias e, também, por meio da identificação de novos empreendimentos econômicos solidários (EES), ao longo do próprio mapeamento (Gaiger; Kuyven, 2020).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou que, em 2013, a população brasileira já havia ultrapassado a casa dos 200 milhões de habitantes. O segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária no Brasil informou que existia 1,4 milhão de pessoas que estariam engajadas nos trabalhos dos empreendimentos econômicos solidários (EES), na categoria de trabalhadores, consumidores ou usuários de seus bens e serviços. Estas comparações são importantes para desmontar a participação demográfica, social e econômica dessas unidades produtivas, que não era possível até anos atrás por conta da inexistência de dados estatísticos abrangentes a essa temática (Gaiger; Kuyven, 2019).

Antes do mapeamento da Economia Solidária em nosso país, não existiam dados estatísticos abrangentes e sistematizados sobre essa matéria. A maior parte das pesquisas era de cunho eminentemente qualitativo. O que havia eram apenas alguns estudos comparativos sobre a qualificação dos tipos de organização ou sobre questões mais gerais, que deram maior qualidade teórica e analítica à produção. Entretanto, na medida em que a Economia Solidária integrou a um sistema nacional, foi possível a criação de uma agenda de pesquisa nos centros acadêmicos, que passou a incorporar apoio financeiro das agências de fomento no intuito de caracterizar o perfil das iniciativas desse campo e dimensionar as suas tendências mais evidentes (Silva *et al.*, 2014).

O nó crucial para o debate acerca da Economia Solidária se deu pela falta estatística nacional anterior aos levantamentos de 2007 e 2013, promovido pela SENAES, cujo objetivo alcançado seria a elaboração de um levantamento de caráter nacional da Economia Solidária que abrangesse todos os grupos sociais existentes no país, mas alguns elementos da pesquisa ficaram aquém do desejado, pois muitos estudos anteriores aos mapeamentos estavam relacionados a dados qualitativos. Logo, existiam poucos estudos de caráter quantitativo, e, quando realizados com profundidade, faltavam dimensionar seus aspectos mais relevantes,

suas tendências e seus aspectos propulsores mais levantes. Dessa maneira, quase não eram realizadas análises de base empírica abrangentes no Brasil (GAIGER, 2013).

A carência estatística retardou os estudos sobre a Economia Solidária no país por longos anos. Para delinear e localizar num amplo debate da economia, como um todo, era preciso englobar o poder governamental e a sociedade civil, bem como as organizações em um amplo debate acerca dos diferentes ramos de atividade econômica, como a esfera do mercado de trabalho e as estratégias dos trabalhadores rurais e urbanos entorno de sua eficiência de produção e obtenção de rendimento monetário. Assim, como não havia dados estatísticos anteriores aos dois mapeamentos de 2007 e 2013, era difícil dimensionar os empreendimentos econômicos com maior riqueza de detalhes, como tipos e características desse novo movimento.

Logo, pode-se afirmar muito pouco sobre as organizações socioprodutivas da Economia Solidária. Com isso, as incertezas de dados estatísticos prejudicam até mesmo a análise daqueles ramos que apresentam um marco regulatório estável e de razoável grau de institucionalização, como as cooperativas. Outro ponto das análises refere-se às formas gerais da Economia Solidária: como há poucos estudos estatísticos sobre o tema, fica difícil delinear os formatos institucionais disponíveis – basicamente a associação ou a cooperativa – que aparece nos dados anteriores do último mapeamento, da qual faltam alternativas mais adequadas a seus objetivos e à sua dinâmica (Gaiger, 2013).

O segundo mapeamento trouxe contribuições valiosas acerca do tema da Economia Solidária. Sua contribuição foi em direção da sistematização de informações acerca dos quase 20 mil Empreendimentos Sociais que estavam estabelecidos no país, pois o mapeamento da Economia Solidária foi importante para os estudiosos, movimentos sociais e governo, uma vez que elaborou um diagnóstico de como viviam as organizações sociais mapeadas, tanto pelo primeiro levantamento (2005-2007) quanto para o segundo mapeamento (2009-2013). O estudo colocou em evidência as deficiências no debate da Economia Solidárias. A primeira falha diz respeito à inexistência de informações estatísticas acerca da Economia Solidária no Brasil, mas os dados existentes são inapropriados e apresentam pouca sistematização, impossibilitando comparações entre dados (Gaiger, 2013).

O mapeamento cobriu iniciativas que tivessem cinco características mais gerais: i) constituírem organizações supra familiares; ii) sob a propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; iii) emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não associados; iv) gestão coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados; v) natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo. O mapeamento congregou um

número significativo de Empreendimentos Sociais, constituindo-se um levantamento expressivo e representativo da Economia Solidária (Gaiger, 2012).

Os estudos são importantes para futuras pesquisas empíricas que busquem se debruçar sobre o papel da cooperação entre as organizações sociais, os movimentos populares e o corpo acadêmico, no desenvolvimento nacional da Economia Solidária. O mapeamento dos empreendimentos solidários procurou identificar e caracterizar os meios sociais desses negócios, bem como as zonas rurais e urbanas em que atuam, o que motivou o envolvimento de mais de 230 entidades que iam a campo para entrevistar desses atores.

2.7 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE UNIDADES PRODUTIVAS EFICIENTES

No que diz respeito às eficiências dos Empreendimentos Sociais, observam-se alguns casos no país: todos usaram metodologia de análise de eficiência para esclarecer os debates das eficiências de pequenos negócios. O estudo dos empreendimentos eficientes nos municípios paraenses tomará o caminho dos trabalhos de Cristina *et al.* (2020), que analisam as unidades produtivas produtoras de açaí no norte do Brasil no período de 2008-2020, da qual vai medir a eficiência locativa da produção de açaí naqueles dos municípios.

Brianez e Sabbag (2021) também empreenderam uma pesquisa sobre produção leiteira no interior de São Paulo, assim como Martins *et al.* (2021), a respeito das cooperativas elétricas do Sul do Brasil. Estes autores contribuíram para a dinâmica produtiva no interior das cooperativas e pequenos negócios que produzem bens e serviços utilizando as análises de eficiências.

Os estudos elaborados por Cristina *et al.* (2020), intitulado “Custo da Produção do Açaí: Um estudo em Municípios da Região Norte do Brasil”, trazem a produção do açaí como fruto de destaque no cenário nacional e internacional, uma vez que existem formas industriais de produção para atender o mercado interno e externo. Essas indústrias adquirem os frutos dos pequenos agricultores familiares, que extraem o açaí de duas formas de manejo: a primeira é a via extrativista, quando os açaizais são nativos de florestas e várzeas. E a segunda é o cultivo, isto é, quando passam por plantio e manejo em terra firme, geralmente passando pelo um processo de ganho de escala e produtividade. No Brasil, o maior produto de açaí é o estado do Pará, seguido pelo Amazonas, onde predominam frutos das espécies *Euterpe oleracea Mart* e *Euterpe precatória Mart*. Em 2019, o Pará produziu 1.320.150 toneladas, totalizando 94,41% da produção nacional, ao passo que o Amazonas produziu 67.757 toneladas, correspondente à 4,85% (SEDAP, 2016; IBGE, 2019).

Segundo Cristina *et al.* (2020), o governo do Pará criou, em 2016, programas de apoio de fortalecimento e crescimento da produção de açaí no estado, como o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró-Açaí) e o Pará 2030, tendo como objetivo aumentar a produção e melhorar a produtividade da cadeia produtiva do açaí através de ações como a incorporação de tecnologia ao processo produtivo (SEDAP, 2016, Cristina *et al.*, 2020). Essas ações governamentais ajudaram a melhorar a eficiência da cadeia produtiva, tendo ação direta os pequenos produtores de açaí locais, tendo como objetivo a geração de empregos e o fortalecimento da agricultura familiar, bem como manter a floresta em pé. Desse modo, a produção de açaí é uma alternativa para a redução da pobreza e da desigualdade social, bem como para a geração de novos postos de trabalho.

Este estudo define os custos do açaí em custo fixo e custo variável. Os custos variáveis modificam o valor conforme o volume da produção, contabilizando também o uso de máquinas no processo produtivo, assim como a mão de obra temporária e permanente, sementes, fertilizantes, agrotóxicos, realização de tratamentos culturais e colheita. Os custos fixos são aqueles que existem mesmo que a produção de açaí esteja parada, tais como: custos operacionais, depreciações, exaustão do cultivo em culturas permanentes, encargos sociais e seguro do capital fixo. Os itens de custos mais relevantes para a produção de açaí e outras culturas são a mão de obra, a energia elétrica e a água (irrigação), assim como os fertilizantes, o adubo orgânico e o desgaste de equipamentos (Homma *et al.*, 2009; Barbosa *et al.*, 2020; Cristina *et al.*, 2020).

A redução dos custos de produção está ligada ao aperfeiçoamento da mão de obra. Logo, alguns agricultores estão aumentando investimentos em tecnologias na colheita para diminuir o uso de trabalhadores. Hoje, alguns ribeirinhos adotam práticas na aplicação de herbicida glifosato, extinguindo a necessidade de roçagem manual, apesar de ser uma prática condenável. Assim, existem outras práticas de impacto direto na produção de açaí, tais como: os investimentos em infraestrutura, construção de portos, pavimentação de rodovias e implantação de estruturas de irrigação, que resultam em redução de custos e impulsionamento da produtividade em nível micro e macroeconômico. A redução de custos é uma maneira rápida de se alcançar a produtividade, pois, normalmente, investimentos em tecnologias exigem custos iniciais, porém, oferecem melhora na produtividade no longo prazo (Cristina *et al.*, 2020).

O estudo de Cristina *et al.* (2020) foi classificado como de método descritivo, que tem como objetivo descrever características de uma população-alvo e encontrar associação entre as diferentes variáveis e dados. A abordagem é quantitativa, pois analisa os dados através de

métodos estatísticos, diferentemente dos estudos qualitativos que visam compreender os significados dos fenômenos. A amostra utilizada neste estudo foi cedida pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no ano de 2020. Os dados apontam os custos de produção e a quantidade produzida (kg/ha) de Açaí nos Municípios de Codajás (MA), Abaetetuba (PA), Belém (PA), Igarapé-Miri (PA) e Ponta de Pedras (PA), entre anos de 2008 e 2020, somando 5 municípios.

Para se chegar ao objetivo da pesquisa, a autora analisou a eficiência da alocação de custos na produção do açaí nos municípios da Região Norte do Brasil, no período de 2008-2020, a partir do modelo matemático de Análise Envoltória de dados (DEA), sob a abordagem do Índice de Malmquist (Malmquist index). A DEA tem como objetivo a aferição da eficiência das Unidades produtivas, ou seja, os municípios eficientes na produção de açaí. A mesma também utilizou o Índice de Malmquist, que é uma abordagem do DEA usada para analisar dados ao longo do tempo (dados em painel) e é usado em diversos estudos na agricultura para medir a eficiência e a produtividade da produção advinda do campo. Neste caso, são utilizados *inputs*, que são os custos de produção, e os *outputs*, que são a produção por hectare (Cristina *et al.*, 2020).

Quanto à orientação dos insumos, a autora adotou a orientação para *inputs*, na procura de reduzir custos de produção do açaí, como trabalho humano e transportes terrestre e fluvial. Essa escolha ocorreu visando ao papel do gestor do negócio na redução dos custos e na melhoria da produtividade. Na literatura existem dois modelos de DEA: o CCR, desenvolvido por Charnes, Cooper e Rhodes (1978), que atende ao pressuposto de retorno constante em escala, ou seja, os *outputs* crescem na mesma medida os *inputs*; e modelo BCC, desenvolvido por Banker, Charnes e Cooper (1984), que, ao contrário, compara apenas as DMU que apresentam escalas idênticas. Este estudo optou por retornos variáveis de escala, pois existem DMUs com diferentes níveis de produção (Oliveira, 2014 *apud* Cristina *et al.*, 2020).

Os resultados apresentados pelos autores demonstraram que a maioria dos municípios obtiveram gastos com mão de obra, utensílios e despesas pós-colheita, indicando que os custos com transportes externos são pagos pelo produtor de açaí, com valor R\$150,00 mínimo por safra e valor máximo de R\$ 2.926,26, com gasto médio de R\$ 679,18. Quando se obtém valores altos deste indicador, é provável que o estudo contenha observações distantes da média. Os autores também encontraram que, a partir de 2016, foi observado um crescimento na produção de açaí, e, com isso, o aumento da mão de obra empregada. Esses últimos anos tiveram produção e custos mais elevados, comparado com a série histórica pesquisada. O aumento da produção dos últimos anos das propriedades produtoras de açaí se deu em

decorrência do aumento das áreas cultivadas e pelo aperfeiçoamento de técnicas de manejo. Além disso, este fator não significou ganhos nos valores absolutos da produção dos açaiçais.

Através da análise das eficiências pelos dados pesquisados por Cristina *et al.* (2020), foi verificado que Abaetetuba (PA) é o município que apresenta o melhor desempenho em sua Produtividade Total dos Fatores (PTF), índice acima de 1, sendo explicada pela evolução na mudança tecnológica, que obteve índice 1,38. Por outro lado, Belém obteve desempenho negativo, com índice de 0,73 na sua Mudança na técnica de Eficiência – apesar de também evoluir quanto à mudança tecnológica, com índice de 1,25. Essa combinação (aumento da mudança tecnológica e ineficiência técnica) pode ser justificada pelo uso inadequado de tecnologias, capaz de ser amenizada através de cursos e treinamentos para os produtores. Já os resultados dos Municípios de Ponta de Pedra (PA), Codajás (AM) e Igarapé-Miri (PA) mostraram produtividade constante para o período analisado.

Outros fatores de eficiência nos resultados da pesquisa dizem respeito à evolução na Produtividade Total dos Fatores (PTF) que, a partir de 2016, em Abaetetuba (PA), Ponta de Pedra (PA), Codajás (AM), Belém (PA) e Igarapé-Miri (PA), impulsionada pela mudança tecnológica, apresentou índice de 1,66 e 1,99 em 2017 e 2019. Este resultado pode ser uma resposta dos investimentos na cadeia produtiva do açaí, como a criação do Pró-Açaí e o Pará 2030, criados em 2016 para aumentar a produção e produtividade do fruto, através de agregação de tecnologia ao processo produtivo e concessão de crédito aos agricultores. Os autores apontam que a PTF média geral tem índice de 1,06 e está próxima de 1 nos últimos anos. Os resultados vêm indicando que a produtividade se manteve e a mudança na eficiência técnica esteve em declínio, ou seja, valores menores que 1 nos últimos anos e média 0,97 – assim demonstrando que a PTF poderia ter sido melhor (SEDAP, 2016 *apud* Cristina *et al.*, 2020).

Cristina *et al.* terminam afirmando que houve aumento da produção do açaí nos últimos anos em todos os municípios pesquisados, tendo o município Abaetetuba (PA), com o Índice Malmquist de 1,38, alcançado o maior desempenho quanto à produtividade das variáveis pesquisadas. Isso ocorreu devido à evolução nas mudanças tecnológicas, possivelmente provocadas por investimentos governamentais em infraestrutura, tecnologia e crédito aos produtores rurais a partir de 2016. Este fato também beneficiou Belém (PA), que teve o segundo índice mais alto de mudança tecnológica (1,25), porém, ficou em último lugar no *ranking* de eficiência (0,91), devido à sua ineficiência técnica (0,73).

De modo geral, para os dias atuais, os municípios do Norte que produzem açaí são eficientes quanto à utilização de recursos financeiros, pois, com seus esforços na produção,

suas organizações obtiveram média acima de 1. Apesar disso, a eficiência técnica está abaixo de 1, evidenciando que esta pode ser otimizada. Este fato expressa que é possível implementar ações de correções com os atores envolvidos na produção para melhorar a eficiência da cadeia produtiva do fruto do açaí (Cristina *et al.*, 2020).

Portanto, este estudo mostra-se relevante, pois indica oportunidades de aperfeiçoamento produtivo que são capazes de gerar valor econômico e social, permitindo também que municípios absorvam tecnologias e processos de outros mais eficientes. Além disso, sugere que outros pesquisadores investiguem como ocorre a inclusão de novas tecnologias agrícolas e de que forma os agricultores do Norte podem melhorar a eficiência técnica da produção de açaí.

Seguindo com a pesquisa, tomando como exemplo os estudos de Brianez e Sabbag (2021), o agronegócio brasileiro tem apresentado alta na produção de alimentos. O país ocupa uma posição de destaque pela sua capacidade produtiva de exportação de produtos primários, na sua pauta de exportação, que mantém positiva a balança comercial, levando em conta sua experiência na exploração de recursos naturais, tecnologia e conhecimento científico. Isso faz com que o Brasil seja um dos principais produtores e exportadores de produtos do campo para o mercado internacional. Em 2018, a cadeia brasileira de alimentos, atingiu um crescimento de 2,08% na sua produção, comparado com ano anterior, da qual somou uma receita de R\$ 656 bilhões. Neste cenário, a pecuária leiteira apresenta uma importante atividade econômica na produção de alimento e geração de emprego e renda em todo país.

Na cadeia produtiva do leite, o produtor rural é o principal gestor da propriedade, e mantém a sua produção em sintonia com a indústria, uma vez que toda a sua produção e matéria-prima vão diretamente para industrialização e para a comercialização local. Toda sua atividade coletiva, a mão de obra e os recursos humanos advêm da agricultura familiar, que vem mantendo a população no campo e contribui para a diminuição do êxodo rural (Eurich *et al.*, 2016 *apud* Brianez; Sabbag, 2021).

A cadeia produtiva do leite se caracteriza pelos sistemas de produção intensiva, extensiva e mista, contudo, a alternativa pela utilização de um sistema depende muito de alguns fatores, tais como aparatos disponíveis de recursos financeiros, conhecimento técnico e mão de obra especializada. Já nos países desenvolvidos, a utilização do sistema intensivo é mais corriqueira; em compensação, nos países em subdesenvolvimento, o sistema extensivo é mais utilizado. De acordo com a Embrapa (2018), no Brasil, 90% dos produtores de leite adotam o sistema extensivo, com produção de até 1.200 L/animal ano, o que corresponde à 33% da produção nacional.

Além disso, uma cadeia de leite moderna demanda especialização da mão de obra como alternativa para manter sua continuidade, com inovação em processos e organização da cadeia produtiva para a melhoria da competitividade, visto que, quanto maior a escolaridade dos gestores, maior o potencial para adoção de inovação tecnológica (Dantas *et al.*, 2016 *apud* Brianez; Sabbag, 2021).

Os autores apontam que alguns incentivos governamentais são importantes para fomentar a cadeia leiteira. Conforme apontam, a Embrapa Pecuária Sudeste desenvolveu o Projeto Balde Cheio, que estabeleceu na transferência de tecnologia e capacitação aos produtores um grande apoio no aumento da produção leiteira. Outro programa de cunho estatal é o Educampo, uma parceria entre a Universidade Federal de Viçosa e o SEBRAE de Minas Gerais, e que fornece assistência técnica e gerencial para produtores de leite (Nascimento *et al.*, 2012 *apud* Brianez; Sabbag, 2021).

Brianez e Sabbag (2021) apresentam uma observação refinada acerca do conceito de eficiência e eficácia, na qual assinalam que a eficiência é a relação entre produção e potencial de produção, com base nos recursos disponibilizados. Segundo os autores, a eficiência refere-se às atividades “meio”, ou seja, à execução de dados para obtenção de resultado, enquanto que a eficácia refere-se aos resultados finalísticos alcançados e/ou pretendidos dentro de uma ação ou projeto.

Já a Análise Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis – DEA*), para Brianez e Sabbag (2021), se estabelece numa programação matemática não paramétrica e mensura a eficiência de unidades produtivas, denominada por DMU (*Decision Making Units*), na relação de produção e na utilização de *inputs* e *outputs*. A DEA tem sido utilizada com mais frequência por pesquisadores nos últimos anos por ser uma modelagem mais flexível e versátil em relação aos dados utilizados para aferição de resultados, pois se aplica em diversos setores e segmentos com múltiplas variáveis.

Os autores ora citados também explicam que, para a Análise de eficiência, deve-se ocorrer o máximo de produção (*output/saídas*) para certo conjunto de insumos (*input/entradas*) com foco para *output/saídas*; ou o mínimo de insumos (*input/entradas*) para dado *output/saídas* com o objetivo de *input/entradas*. No modelo DEA existe a abordagem denominada de CRS (*Constant Returns to Scale*), criada por Charnes, Cooper e Rhodes, que publicaram seu primeiro artigo em 1978, pela *European Journal of Operations Research*. Em 1984 foi criado o modelo VRS (*Variable Returns to Scale*), desenvolvido por Banker, Charnes e Cooper, que é empregado para determinar a eficiência técnica e de escala, o qual

permite identificar ganhos de escala constantes, crescentes e decrescentes (Kassi, 2002 *apud* Brianez; Sabbag, 2021).

Brianez e Sabbag (2021) tiveram como objetivo avaliar a eficiência de inovação de 12 produtores de leite do estado de São Paulo por meio da DEA em ações de gestão, acesso ao mercado e inovações tecnológicas e não tecnológicas. Na oportunidade, buscaram demonstrar a eficiência da cadeia leiteira dos pequenos produtores do interior de São Paulo, que produzem leite em suas propriedades. Para tanto, foram analisadas 12 DMUs de vários municípios paulistanos, tais como: Barretos, Bebedouro, Cajobi, Colina, Guaíra, Ipuã, Sabino, São José do Rio Preto e Viradouro, localizados nas regiões da Alta Mogiana, Centro Norte e Centro Oeste.

O resultado do estudo de Brianez e Sabbag (2021) foi o seguinte: inicialmente, a eficiência média obtida pelos produtores de leite foi de 72,1%. O resultado reforça a tendência para baixa eficiência operacional na produção leiteira brasileira. Assim, 33% das DMUs possuem 100% de eficiência, o que significa a otimização de recursos envolvidos no sistema de produção utilizado. As DMUs 1, 2, 3 e 9 apontaram com máxima eficiência, destacando-se algumas considerações importantes, dentre as quais: a) 10 DMUs são gerenciadas por homens (83%) e 2 por mulheres (17%); b) a idade é representada da seguinte forma: até 30 anos (1 propriedade); de 30 a 50 anos (5 propriedades) e acima de 50 anos (6 propriedades), atestando que 50% das DMUs são gerenciadas por produtores de leite com mais experiência na atividade; c) o nível de escolaridade dos produtores de leite são: ensino fundamental (1 produtor); ensino médio (5 produtores); graduação (3 produtores) e pós-graduação (3 produtores); d) o tempo de atuação na atividade leiteira dos produtores é: até 10 anos (4); de 10 a 20 anos (2); de 20 a 30 anos (4) e acima de 30 anos (2).

Esse cenário traz as variáveis analisadas do estudo do total de DMU: área em ha (186,72/Input); número de animais lactantes produzindo (469/Input); número de funcionários envolvidos na atividade (40/Input); e produção média de L/dia (7220Output). Em relação às 12 DMUs avaliadas, a produção média de leite é de 38,66 L/dia ha.

Brianez e Sabbag (2021) ponderam que as DMUs 2 e 9 possuem melhor produção média diária, com resultados na sua produção com média de 20L por animal lactantes, acompanhadas pelas DMUs 1 e 6, com média de 19,12L e 18L, por animal. Além disso, as DMUs 1, 2 e 9 estiveram entre as quatro DMUs, com 100% de eficiência em relação ao grupo pesquisado (escore E=1). As DMUs 7 e 8 apresentaram baixa produção 8,6L/animal dia e 6L/animal dia, e ratificam as propriedades com maior necessidade de desenvolvimento e

melhoria neste quesito. As DMUs 1, 2 e 9 apresentam 50% mais produção em litros de leite por animal de todas as propriedades pesquisadas.

No que se refere à estatística descritiva das variáveis em doze propriedades leiteiras variáveis, os autores destacam que a DMU com menor área possui 2,42 ha, ao passo que, na maior 60 ha, a média em ha do espaço amostral é de 15,56 ha. Para as vacas lactantes, a DMU com menor número possui 5 e a maior com 110 cabeças, perfazendo média de 39 animais/propriedade. A DMU com menor número de funcionários corresponde a uma pessoa e a maior possui dez envolvidos, inferindo-se que, quanto maior o número de trabalhadores, mais elevadas são as ações, os serviços e a produtividade. Nesse âmbito, a produção de leite diária menor é de 30 L, e a maior de 2.000 L, com média de 60 L/dia espaço amostral.

Brianez e Sabbag (2021) finalizam seus estudos considerando que os produtores de leite são comprometidos pela profissão. Como o objetivo é obter retorno financeiro nas suas atividades, muitas vezes eles não analisam adequadamente seus resultados produtivos e financeiros. O acompanhamento dos números para análise de desempenho e tomada de decisão é importante, portanto, para reduzir riscos, mostrando-se essencial para o sucesso ou o fracasso da atividade leiteira.

Nesse sentido, as ações de desenvolvimento e capacitação em parceria com entidades públicas e privadas devem ser contínuas, pois há estímulo para a introdução de tecnologias, inovações e boas práticas de produção e gestão. Outrossim, a formação de grupos para comprar e vender contribui para a redução dos gastos operacionais e melhoria da receita. Ademais, a aproximação junto a entidades envolvidas na cadeia produtiva também promove e dissemina boas práticas de produção, técnica, inovações que conseqüentemente incrementa sua renda (Brianez; Sabbag, 2021).

Também a respeito de análises de eficiências das unidades produtivas de pequenos negócios, Martins *et al.* (2021) verificaram que as organizações estão estabelecidas num ambiente globalizado, com forte concorrência e crescimento tecnológico acelerado. Nesse cenário de estudos, a avaliação periódica do desempenho organizacional tem se mostrado importante para a continuidade dos negócios. Toda a ação gerencial deve ter um acompanhamento, no intuito de verificar se o que foi executado está em conformidade com o que foi planejado (Martins *et al.*, 2021).

Diante disso, o estudo de Martins *et al.* (2021) questiona: qual a eficiência financeira das cooperativas de eletrificação localizadas na região Sul do Brasil, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), no período entre os anos de 2012 a 2016? Nesse sentido, os autores iniciam seu estudo pela teoria de avaliação de desempenho, um processo que permite

realizar a comparação entre resultados planejados e ocorridos. Esse processo utiliza indicadores de avaliação financeira e não financeira de acordo com as necessidades do contexto organizacional. Os indicadores financeiros têm sua origem principalmente na contabilidade e fornecem informações calculadas com dados históricos. Por sua vez, os indicadores não financeiros estão relacionados a clientes, funcionários, participação no mercado, qualidade de produtos e entre outros. Os indicadores de desempenho focam nos objetivos estratégicos, tanto do menor até o maior nível organizacional.

Martins *et al.* (2021) também destacam que a Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm necessidades e interesses comuns, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações ou serviços.

As Cooperativas de Eletrificação (CEs) se desenvolveram no Brasil por conta da necessidade de levar energia elétrica para as áreas rurais de algumas regiões do país, tendo as Organizações de Cooperativas do Brasil – OCB, seu órgão máximo. Nesse sentido, investir nessas áreas para fornecer a distribuição de energia elétrica não era algo viável e atrativo para outras concessionárias de energia elétrica que operavam e ainda operam no Brasil, tendo em vista a necessidade da construção das redes elétricas com custo de instalação elevado. Por meio de cooperativas de eletrificação, os próprios usuários/cooperados investiram recursos próprios para a construção de redes elétricas. Assim, a cooperação das pessoas para a criação da CEs foi a forma encontrada para atender à necessidade social e gerar melhor qualidade de vida no meio rural (Martins *et al.*, 2021).

Dentre as empresas do setor elétrico observadas pelos autores supracitados, destacam-se as empresas de distribuição que fornecem energia elétrica aos consumidores. Segundo eles, as empresas de distribuição de energia são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos em relação ao fornecimento de energia elétrica, como, por exemplo: qualidade dos serviços prestados e os produtos oferecidos. Para essa avaliação, são utilizados indicadores como: qualidade comercial, inadimplência e atraso, continuidade de fornecimento de energia, teletendimento e satisfação do consumidor.

As CEs, assim como as demais empresas de distribuição de energia elétrica não cooperativas, podem ter desempenho diferente uma das outras devido às especificidades comerciais, de infraestrutura e de localização do negócio. Portanto, é relevante realizar uma análise comparativa de desempenho para que seja possível conhecer os padrões de desempenho desejáveis em relação às outras empresas similares. A existência de um instrumento gerencial de avaliação de desempenho para CEs auxilia na gestão dos negócios e

possibilita verificar padrões de desempenho e de desenvolvimento de ações gerenciais para o alcance da eficiência nas operações. Além disso, pode influenciar o comportamento dos colaboradores ao facilitar a aprendizagem organizacional (Munaretto; Corrêa, 2017 apud Martins *et al.*, 2021).

As amostras deste estudo são 26 permissionárias e 1 concessionária (cooperativa), as quais atendem municípios dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As cooperativas de eletrificação pesquisadas, de modo geral, surgiram da necessidade do fornecimento de energia elétrica para pequenos grupos de famílias e regiões. Essas cooperativas tiveram o objetivo de suprir as lacunas deixadas por outras concessionárias de energia na zona rural, principalmente entre as décadas passadas.

Para avaliar a eficiência financeira das cooperativas, aplicou-se a técnica de análise DEA, a fim de comparar determinado número de unidades organizacionais (*Decision Making Unit* - DMU) que realizam processos similares, mas que se diferenciam nas quantidades de insumos consumidos e produtos gerados. A comparação entre as unidades organizacionais (DMUs) gera indicadores de eficiência, resultantes da relação produtos/insumos. Os níveis de eficiência variam entre 0,00 e 1,00 (0% a 100%). Uma unidade organizacional (DMU) é eficiente quando o indicador for igual a 1 (100%), indicando que está posicionada na Fronteira de Eficiência (máxima produtividade). Por outro lado, quanto mais distante de 1 (100%) mostra que a unidade organizacional (DMU) é mais ineficiente (Martins *et al.*, 2021).

A avaliação de desempenho tem se tornado uma ferramenta indispensável nas organizações para o processo de tomada de decisão. A utilização de indicadores é uma importante medida de natureza tanto financeira quanto não financeira, capaz de produzir informações úteis, no sentido de comparar e verificar a situação da empresa em relação aos objetivos estabelecidos. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a eficiência financeira das cooperativas de eletrificação localizadas na região sul do Brasil, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). A escolha dessas cooperativas tem respaldo na importância das mesmas para atender às necessidades por energia elétrica em regiões rurais, já que as empresas distribuidoras de energia elétrica apresentam características estruturais que aderem ao monopólio (Altoé *et al.*, 2017 apud Martins *et al.*, 2021).

Os resultados da pesquisa mostraram que, em média, as variáveis de insumos e produtos obtiveram aumento gradativo ao longo dos anos investigados, sendo que o maior aumento foi no ano de 2016. As médias do nível de eficiência ficaram acima de 0,94, ficando próximo ao nível máximo de eficiência (1). As cooperativas classificadas como eficientes foram: Cermissões, Certel, Certaja, Ceprag, Coopermila, Cergal, Cergal, Cerpalo, Cerej,

Ceral, Certrel, Cermoful e Cooperaliança. Por outro lado, as ineficientes foram: Ceriluz, Cerbranorte, Ceraça, Coopercocal. As cooperativas Certel, Cooperaliança, Cergral e Ceral, as mais citadas como padrão de comparação (Benchmark) para as cooperativas ineficientes (Martins *et al.*, 2021).

De acordo com os autores do estudo, para as cooperativas ineficientes conseguirem aumento da eficiência financeira, a técnica DEA apresentou a necessidade de redução dos insumos como: despesas operacionais, ativo não circulante, consumo de energia elétrica, quantidade adquirida de energia elétrica, quantidade de colaboradores; e a necessidade de aumentar os produtos como: faturamento e a quantidade de consumidos. A cooperativa Ceriluz se destaca como a que possui maior necessidade de ações gerenciais para insumos e produtos (Martins *et al.*, 2021).

Martins *et al.* (2021) concluíram que, das 27 cooperativas investigadas, 13 (48%) apresentaram níveis máximo de eficiência financeira (1), enquanto 14 cooperativas (52%) foram classificadas como ineficientes. A partir desses resultados, pode-se inferir que são necessárias ações gerenciais para que se alcance a eficiência financeira nas cooperativas ineficientes, pois a sustentabilidade financeira é um dos pilares importantes para continuidade da prestação de serviço público de distribuição de energia, sustentabilidade organizacional e desenvolvimento socioeconômico regional.

3 DADOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ

O presente capítulo busca realizar o tratamento e análises dos dados referentes à Economia Solidária no território paraense e sua região de integração, bem como uma discussão de como estão distribuídos os empreendimentos nos 144 municípios. Além disso, esta parte da pesquisa almeja realizar uma análise da base de dados referente à área de atuação, setores econômicos, parcelas de membros praticantes da Economia Solidária, grupos sociais, setor de maior destaque econômico, bem como observar como as entidades sociais estão subdividas com características associativas, trabalhadores, formais, informais e cooperativistas, que desenvolvem atividades colaborativas nas suas comunidades, e identificar se recebem apoio de órgãos governamentais, como ajuda de universidades públicas e privadas que fomentam os Empreendimentos Sociais no espaço paraense.

Antes da realização do mapeamento houve um acordo prévio entre as entidades promotoras da Economia Solidária para conceituar e definir os Empreendimentos Sociais, a fim de operacionalizar os trabalhos. Assim foi definido que os Empreendimentos Sociais são dotados das seguintes características coletivas e supra familiares: ter ao menos dois sócios/as de atuação econômica permanente, que adotem na sua estrutura organizacional a forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc. Seus participantes precisam realizar coletivamente a gestão das atividades econômicas e da alocação dos seus resultados financeiros e monetários; precisam atuar em seus respectivos ramos com ou sem registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização. Além disso, é necessário desenvolver e realizar atividades econômicas no formato de produção de produtos acabados, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, sendo organizações simples ou complexas. Desse modo, na busca por alcançar os objetivos desta dissertação, foram analisados os dados da eficiência dos empreendimentos solidários paraenses, para que, posteriormente, os resultados sejam explorados por governos e grupos interessados nesta matéria.

O segundo levantamento sobre a Economia Solidária no Brasil identificou vários pontos que seguiram esta matéria. Foram identificadas ocorrências como: números de participantes que exercem trabalho coletivo e individual, apoio de entidades de Ensino Superior, ramo de negócio, empreendimentos eficientes, área de atuação, endereço, número de participantes, grupos sociais e outros.

3.1 ANÁLISE DE DADOS DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS QUANTO AOS MUNICÍPIOS COM MAIOR ABRANGÊNCIA, SUA ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL SOCIAL

A Tabela 1, a seguir, apresenta que, no Brasil, existem cerca de 19.708 Empreendimentos Sociais no território brasileiro. A base de dados possui informações referentes ao mapeamento gerado pelo SENAES. Destes números analisados, existem, no país, 12 estados que apresentaram maior incidência de Empreendimentos Sociais, tais como: RS (1696), PE (1503), BA (1452), CE (1449), PA (1358), MG (1188), SP (11697), RN (1158), GO (843), MA (838), PR (832) e (PI) 800. Vale observar que o resultado analisado denota cinco estados que possuem acima de 1300 empreendimentos, tais como: RS (1696), PE (1503), BA (1452), CE (1449), PA (1358)

Tabela 1 – Números de Empreendimentos Sociais por UF

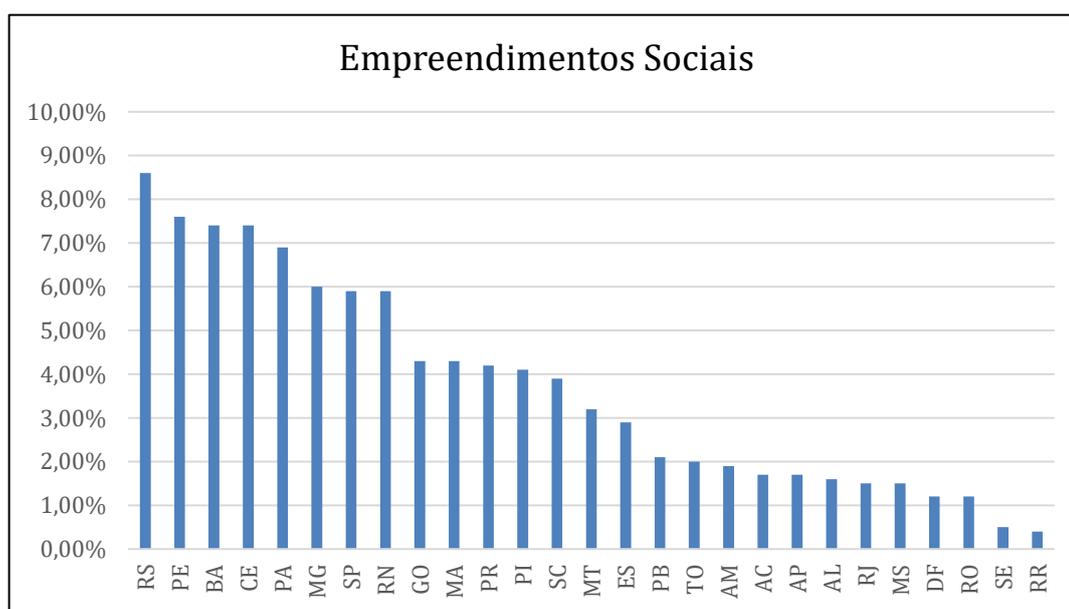
UF	EMPREENDIMENTO	%
RS	1696	8,6%
PE	1503	7,6%
BA	1452	7,4%
CE	1449	7,4%
PA	1358	6,9%
MG	1188	6,0%
SP	1167	5,9%
RN	1158	5,9%
GO	843	4,3%
MA	838	4,3%
PR	832	4,2%
PI	800	4,1%
SC	764	3,9%
MT	638	3,2%
ES	572	2,9%
PB	416	2,1%
TO	404	2,0%
AM	378	1,9%
AC	341	1,7%
AP	328	1,7%
AL	323	1,6%
RJ	301	1,5%
MS	294	1,5%
DF	246	1,2%
RO	238	1,2%
SE	101	0,5%

RR	80	0,4%
TOTAL	19708	100,0%

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

A Figura 5, a seguir, evidencia cinco unidades produtivas no Estados brasileiro com maior sondagem, representando 37,79% dos Empreendimentos Sociais brasileiros, mais de 1/3 dos empreendimentos pesquisados. O Rio Grande do Sul ocupa o 1º lugar, com 8,6% de organizações sociais, seguido por Pernambuco, com 7,6% Empreendimentos Sociais mapeados. Em 3º lugar desponta a Bahia, com 7,4% desses negócios, e na 4ª posição aparece o Ceará, que apresenta 7,4% de unidades produtivas. Na 5ª posição vem o estado do Pará, que responde por cerca de 6,90% de Empreendimentos Sociais, o único estado da região Norte que aparece bem posicionado dentre os grandes da Economia Solidária brasileira.

Figura 5 - Percentual de Empreendimentos Sociais por UF



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

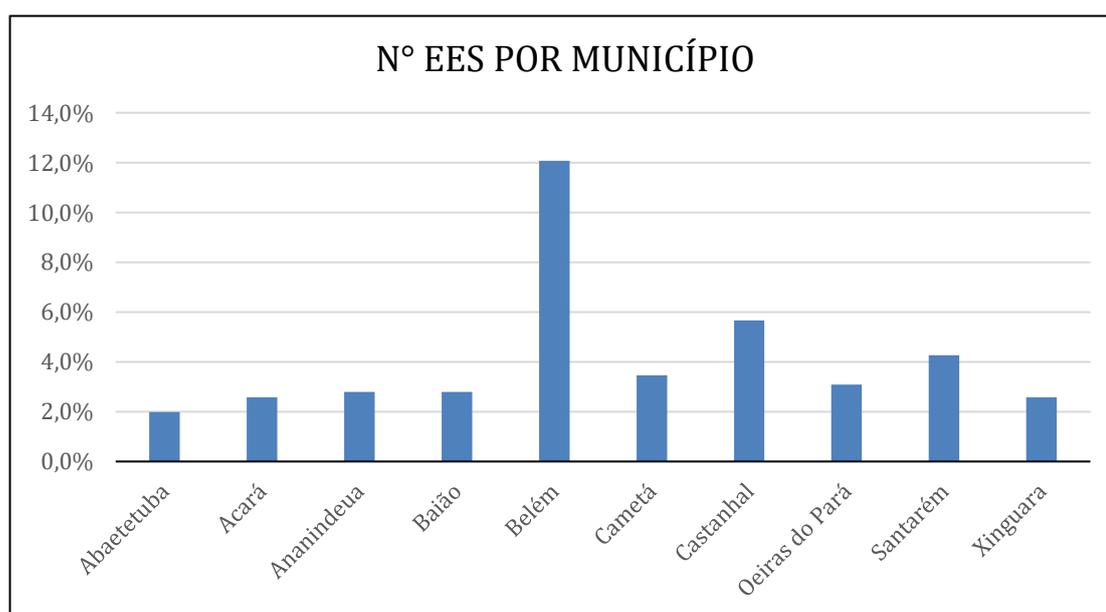
Pode-se observar que o Pará é um dos gigantes no desenvolvimento da Economia Solidária. Outro estado que se destaca dentre os grandes estados mapeados é Minas Gerais, que se encontra na 6ª posição, com 6% de unidades produtivas, sendo o único representante da região Sudeste. Dos cinco primeiros colocados em termos de organizações sociais analisadas, existe um estado que representa a região Sul; três empreendimentos da região Nordeste e um da região Norte. Ficando na última posição está Roraima, com 0,4% de

Empreendimentos Sociais mapeados, e logo atrás vem Sergipe, com 0,5% de Empreendimentos Sociais mapeados.

Como o objeto da nossa pesquisa refere-se aos mapeamentos dos empreendimentos paraenses e suas respectivas eficiências, os resultados apresentam a quantidade de empreendimentos por município. Após o recorte na base de dados, somando somente os municípios paraenses, foram encontrados dez com maior incidência de empreendimentos solidários. O destaque vai para a capital, Belém, que representa 12,1% desses negócios, seguida pelo município de Castanhal, que representa 5,7% das organizações sociais, o qual está integrado na região de Caetés.

Na terceira posição aparece o município de Santarém, que pertence à região de integração do Oeste do Pará, apresentando 4,2%. Outro município bem posicionado é a cidade de Ananindeua, que, de acordo com o diagnóstico da Economia Solidária, apresenta 2,80% de unidades produtivas. Os demais municípios dentre os 10 com maiores números apresentam valores iguais ou abaixo de 2,8%. Todos os municípios observados no levantamento paraense representam 41,5% de todos os empreendimentos, tendo a cidade de Belém com maior quantidade desses negócios. Em último lugar ficou a cidade de Abaetetuba, que ficou abaixo de 2% dessas organizações e está localizada na região de Integração do Baixo Tocantins, conforme Figura 6.

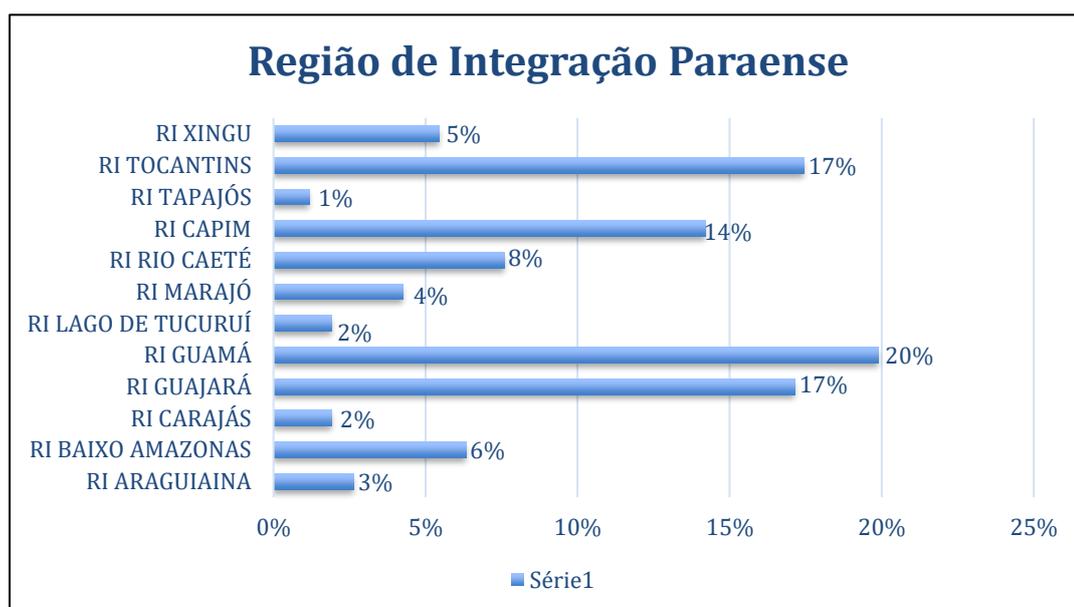
Figura 6 – Os dez municípios com maior participação de empreendimento Econômico Solidário paraense



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

No que tange a espaço e território, o estado do Pará possui 12 regiões de integração (RI) muito bem definidas, com fronteiras e espaço de contiguidade. Das regiões observadas, três despontam como as maiores em números de Empreendimentos sociais. É o caso da RI Guamá, que apresenta 20% das organizações sociais do Pará; seguida pela RI Tocantina, com 17% das organizações observadas; a terceira posição vem a região do Guajará, que representa 17% dos empreendimentos solidários. Nesse âmbito, vale destacar que somente essas três regiões possuem mais da metade dos empreendimentos observados, cerca 54% das propriedades entrevistadas. Outra RI que se desponta com números de Empreendimentos Sociais é Capim, com 14%; seguida de Caeté, que soma 8% dos entrevistados; e a região do Baixo Amazonas, que representa 6% dos empreendimentos observados. Na última posição aparece a RI de Tapajós, com apenas 1%, conforme a Figura 7, adiante.

Figura 7 – Empreendimentos Sociais por Região de Integração



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Para fins de análise sobre a área de atuação dos empreendimentos solidários paraenses, a Tabela 2, a seguir, apresenta um diagnóstico sobre onde as organizações estão situadas. A base de dados apresenta uma variável importantíssima para ser analisada, pois seus idealizadores dividiram em área urbana, meio rural e área mista (urbano e rural). Já se sabe que existem mais de 19 mil empreendimentos sociais espalhados pelo Brasil, e, conforme o diagnóstico apresentado até aqui, existem 10.799 empreendimentos que estão situados na

zona rural, seguidos de 6.858 que estão presentes no meio urbano e de 2.059 empreendimentos existentes na área mista (urbano – rural).

No Pará, entre os números de empreendimentos solidários estabelecidos nas suas respectivas áreas de atuação, 720 organizações sociais vivem na área rural, 505 empreendimentos estão localizados em áreas urbanas e 132 unidades produtivas em área mistas. A capital, Belém, aparece em primeiro lugar em números de organizações, e suas 164 organizações sociais estão presentes maciçamente nas áreas urbanas, das quais 8 estão no meio rural, 151 presentes na área urbana e 5 unidades em áreas mistas.

Tabela 2 - Área de atuação dos Empreendimentos Sociais

Descrição	Local	N.º EES	Área Rural	Área Urbana	Mista (Rural e Urbana)
Área de atuação do empreendimento	Brasil	19.708	10.799	6.858	2.059
	Pará	1.358	720	505	133
	Belém	164	8	151	5

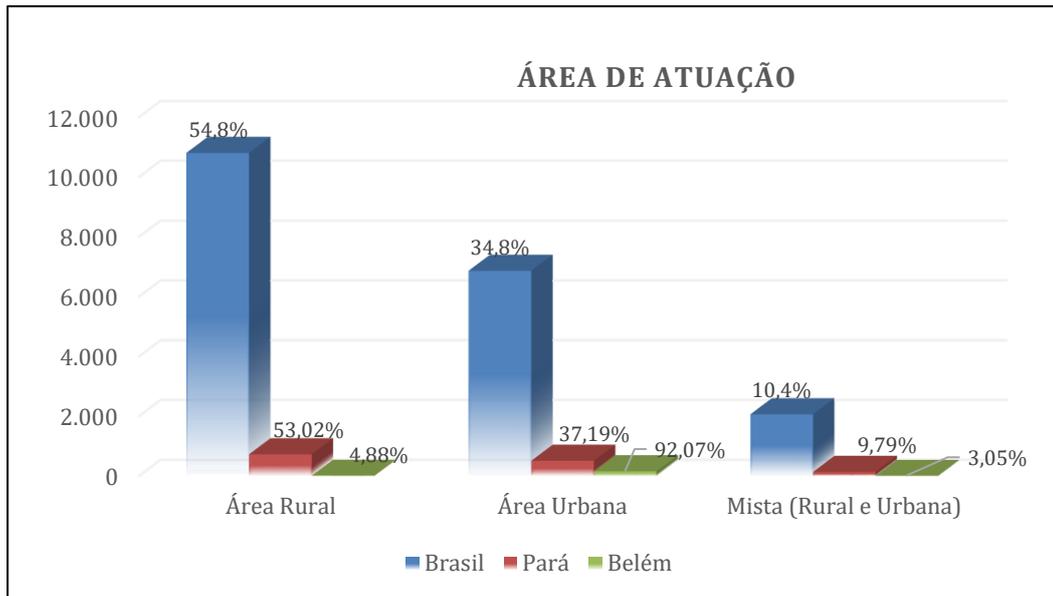
Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Neste contexto, a Figura 8 demonstra que a maioria das organizações sociais brasileiras está presente no meio rural, somando cerca de 54,80% dos empreendimentos nacionais, seguida por empreendimento urbanos que somam 34,80% e, por fim, as áreas mistas, que representam apenas 10,40% desses negócios.

Vale observar que os Empreendimentos Sociais estabelecidos no estado do Pará respondem por 6,9% dos empreendimentos nacionais. Desse total, cerca de 53,02% desses negócios estão concentrados na zona rural, quase o mesmo valor a nível nacional. Nesse cenário específico, os empreendimentos urbanos somam 37,19% das unidades produtivas, e aqueles lotados em área mista somam apenas 9,79% do total dessas organizações socioprodutivas.

Avaliando somente os números da capital, os presentes em área urbana correspondem a 92,07% dos Empreendimentos Sociais estabelecidos em solo paraense. Sua área rural representa somente 4,88% de organizações sociais e apenas 3,05% de empreendimentos estão em áreas mistas. Comparando as áreas de atuação nota-se que Belém detém a maioria dos negócios na área urbana e representa 11,12% dos empreendimentos paraenses.

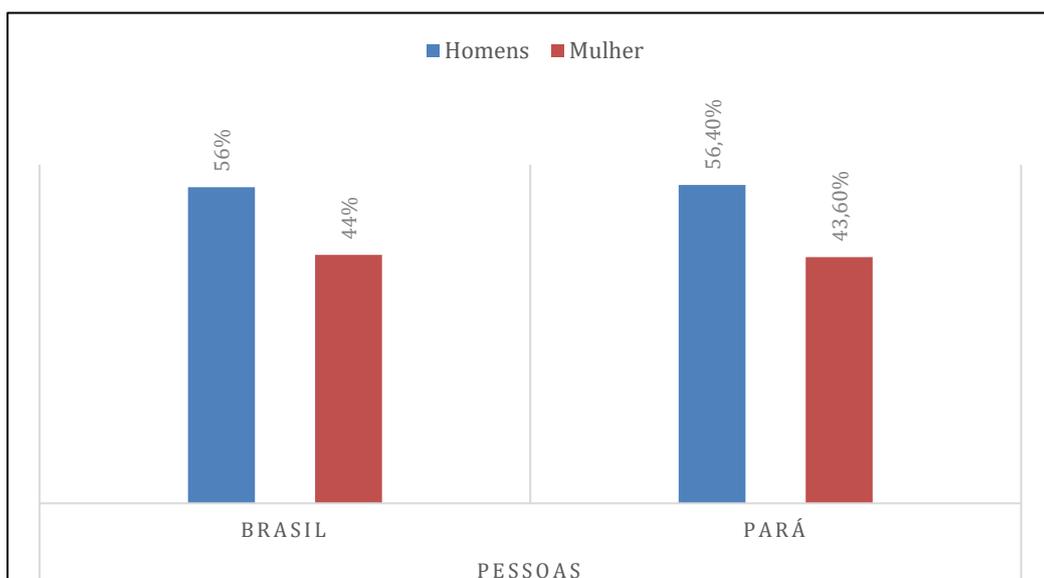
Figura 8 –Área de atuação dos Empreendimentos Sociais



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Conforme observado na Figura 9, a seguir, no que tange à concentração populacional dos membros da Economia Solidária, o estudo aponta a existência e prevalência de 1,4 milhões de pessoas de ambos os sexos que se dedicam às atividades econômicas solidárias. Deste total, 56% são homens e 44% são mulheres.

Figura 9 – Números de participantes da Economia Solidária no Brasil e no Pará

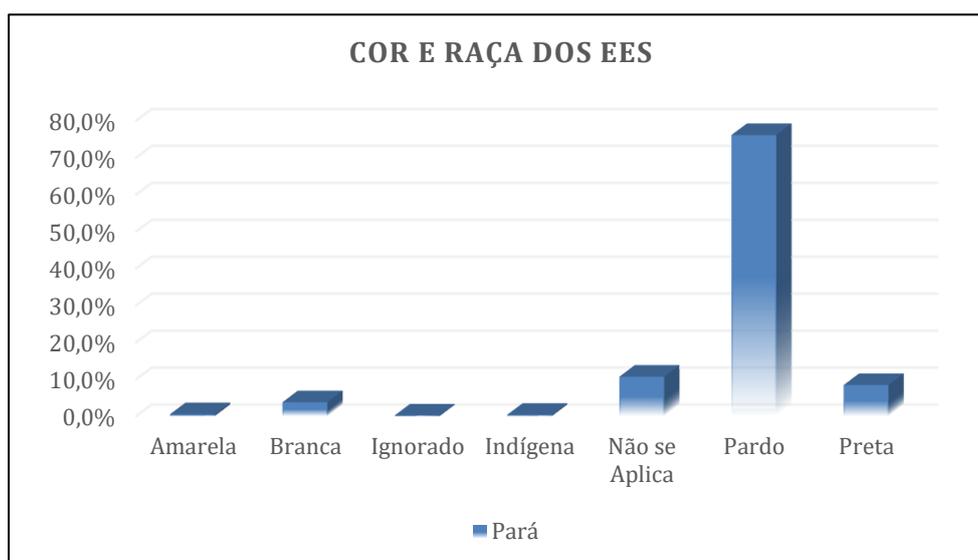


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Assim, podemos observar que os empreendedores sociais são predominantemente do sexo masculino. No que refere aos resultados paraenses, os números assemelham-se aos dados nacionais, pois existem, no Pará, 139.149 pessoas que estão exercendo o trabalho coletivo. Destes, 78.482 são homens e 60.997 são mulheres. Em termos percentuais, existe uma ligeira vantagem do gênero masculino, logo 56,40% são homens e 43,60% são mulheres – o que está muito próximo dos resultados nacionais.

Para corroborar a pesquisa a nível estadual foi perguntado aos responsáveis pelos Empreendimentos Sociais qual era a sua cor ou raça, com base no censo 2010: 78% dos entrevistados se declararam pardos, cerca de 3,8% se declararam brancos e 8,4% dos líderes se declaram pretos. Outros 10,8% não conseguiram definir sua cor. Para finalizar, 0,4% são indígenas, 0,2% são ignorados (conforme a padronização dos pesquisadores) e 0,5% são amarelos, conforme a Figura 10, adiante.

Figura 10 - Quanto a cor ou raça entre os(as) sócios(as) dos Empreendimentos Sociais

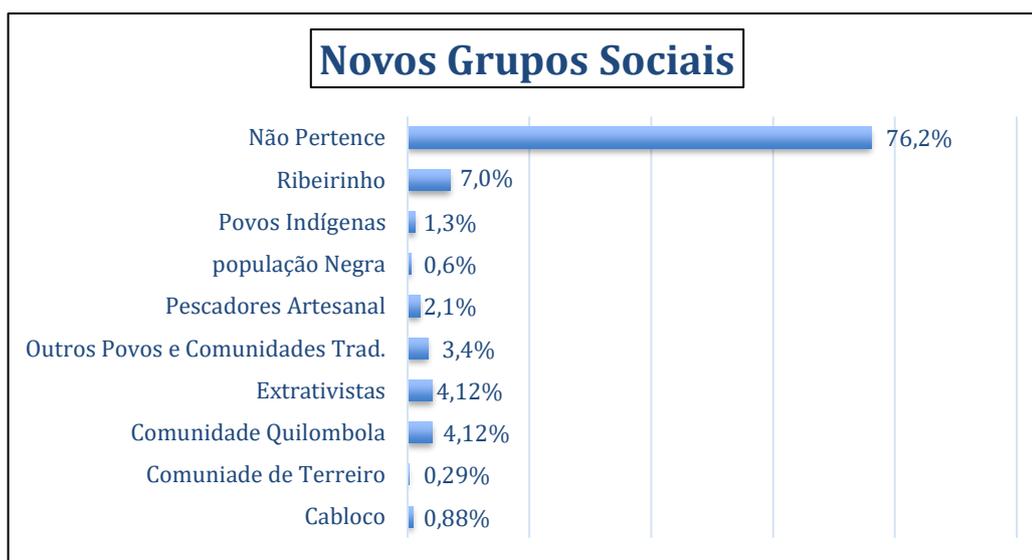


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Quando falamos da origem da Economia Solidária, estamos nos referindo aos grupos sociais aos quais eles fazem parte e em qual mercado atuam. Atualmente, algumas organizações sociais foram incluídas no levantamento em questão. São participantes que desenvolvem suas atividades econômicas em territórios de povos e comunidades tradicionais. Estas entidades sociais se tornaram novidades para alguns pesquisadores, conforme o resultado da pesquisa, pois tais grupos não apareceram no diagnóstico realizado em 2005-2007.

O levantamento produzido em 2009-2013 teve maior abrangência em termos territoriais. Assim, os pesquisadores identificaram o novo perfil populacional, do qual fazem parte: grupos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais e outros. No país houve um novo grupo de atores sociais que foi incorporado na base de dados. De acordo com o resultado, as pessoas que não se identificam com povos e comunidades tradicionais totalizam 85% dos entrevistados. Os grupos que se reconhecem como comunidades tradicionais se consideram como ribeirinhos, equivalendo a 7% dos entrevistados; como comunidade quilombola, com 4,12% dos entrevistados; e 4,12% se consideram extrativistas. Para finalizar, 2,1% dos entrevistados se consideram pescadores artesanais, e, apenas 0,29% dos entrevistados se consideram como comunidades de terreiros, conforme a Figura 11, a seguir.

Figura 11 - Números participantes que pertencem a povos e comunidades tradicionais



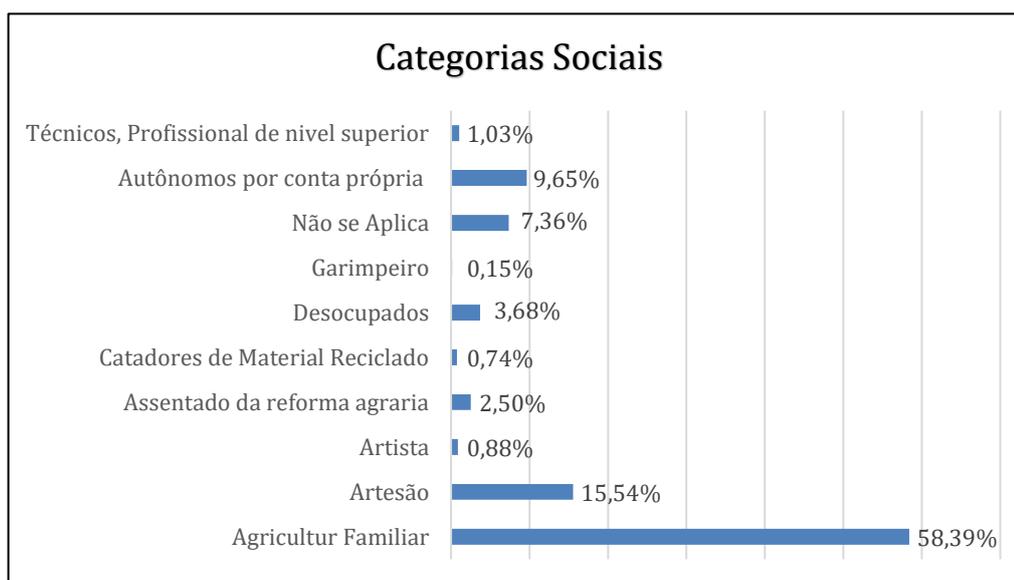
Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Uma das características marcantes da Economia Solidária são as categorias sociais que seus adeptos representam, pois elas estão conectadas com sua identidade local, seu pertencimento e sua origem social. Dentro dos grupos assumidamente praticantes da Economia Solidária existem várias categorias sociais que desenvolvem suas atividades coletivas, como agricultores familiares, artesões, artistas, catadores de material reciclado, assentados da reforma agrária, profissionais de nível superior, autônomos por conta própria e desempregados.

Dentro da pesquisa observou-se que os entrevistados que trabalham no campo declaram exercer como atividade econômica a Agricultura Familiar (AF). A categoria social da AF corresponde a 58,39% dos empreendimentos espalhados pelo território paraense, seguida pela categoria de artesão, com 15,54% desses negócios, e, por fim, a categoria de trabalhadores por conta própria, que responde por 9,65% dos empreendimentos pesquisados.

As demais categorias sociais que apareceram na pesquisa são artistas, catadores de material reciclado, assentados da reforma agrária e garimpeiros. Estes grupos apresentaram números inferiores a 1% dos empreendimentos. Já os profissionais de nível superior respondem por apenas 1,05% de empreendimentos, como também a categoria de desocupados, que soma 3,68% de organizações que exercem atividade coletiva, conforme a Figura 12, adiante.

Figura 12 - Categorias sociais às quais pertencem os sócios e as sócias dos Empreendimentos Sociais

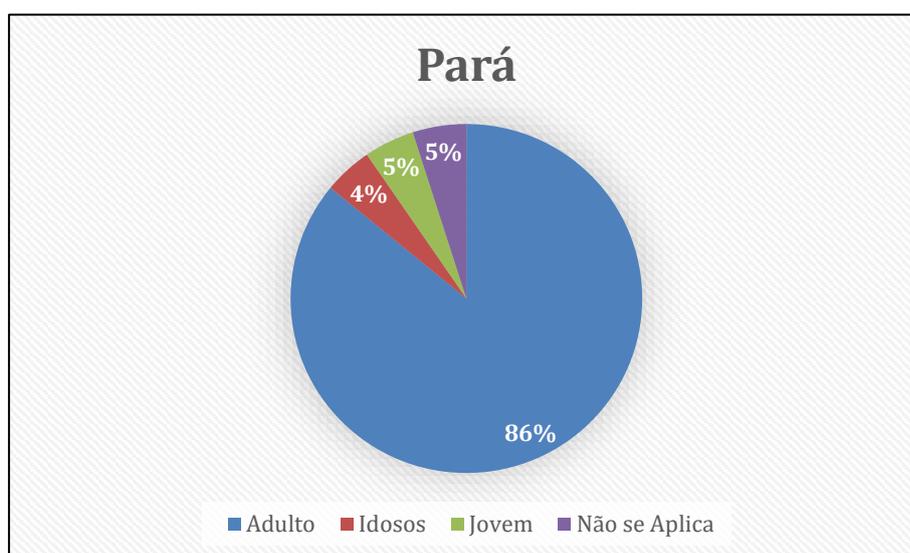


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

A população etária no país é pouco explorada pelos pesquisadores nas academias, mas o mapeamento da Economia Solidária publicado no ano de 2014 demonstrou dados importantes sobre os entrevistados de 1.358 entidades sociais no território paraense. Conforme dados IBGE (2020), a população adulta no país continua majoritariamente maior, com 56,1%; os jovens apresentam perfil etário de 43,5% da população e a população idosa permanece a mesma, com seus 10,20% .

Ao longo da pesquisa extraída do SIES/2013, informações sobre a faixa etária dos praticantes da Economia Solidária paraense se concentrou nas pessoas, adultas, idosos, jovens e na categoria “não se aplica”. A maioria dos entrevistados se declarou com perfil etário adulto, como 86% de entrevistados, ao passo que 4% se declarou idoso e apenas 5% se declarou jovem. Por fim, os entrevistados que responderam “não se aplica” somam 5%. Vale ressaltar que a maioria dos empreendedores sociais paraenses têm idade entre 31 e 55 anos, de acordo com o resultado da pesquisa, conforme Figura 13, adiante.

Figura 13 - Quanto ao perfil etário predominante atribuído aos (às) sócios (as)



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

As informações observadas nos empreendimentos de cunho social foram importantes para conhecermos as características das organizações sociais que se dedicam no trabalho coletivo. Assim, suas propriedades mais evidentes foram importantes para saber como vivem seus membros, como estes negócios interagem na sociedade e como estão situados.

O próximo tópico será analisar os dados quanto às formas de organização, atividade principal, tipo de mercado, local de comercialização, grupos que apoiam a Economia Solidária no estado e participação no movimento social. Compreender essas características é importante para identificar como os Empreendimento Sociais desenvolvem suas atividades econômicas dentro do território onde atuam, delimitado seu espaço local-local junto ao seu mercado consumidor.

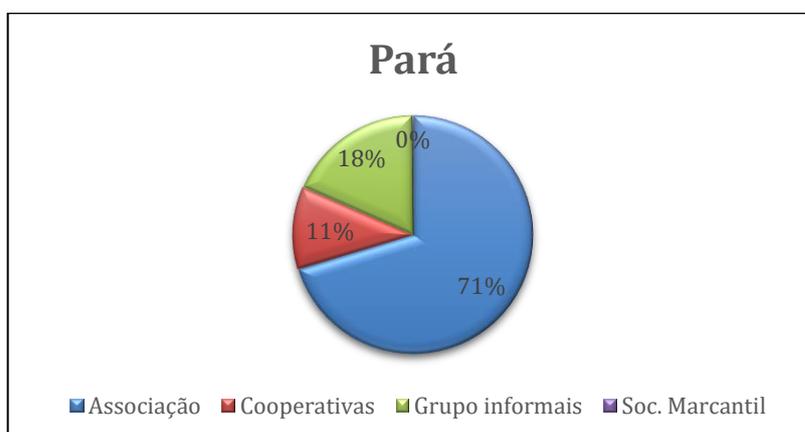
3.2 ANÁLISE DE DADOS QUANTO À FORMA DE ORGANIZAÇÃO, ATIVIDADE PRINCIPAL E SEUS MERCADOS

As formas de organização constituem um dado importante na pesquisa porque medem o setor da Economia Solidária onde os Empreendimentos estão inseridos. Foi observado que tais setores estão alocados numa variedade de empreendimentos solidários, e que esses grupos estão presentes nas suas diferentes áreas de atuação e estão estabelecidos em vários cantos paraenses.

Uma das características mais marcantes da Economia Solidária observada na pesquisa refere-se à *forma organizacional* das organizações sociais. Os Empreendimentos Sociais apresentam formatos bem definidas pelos seus participantes, em que seus membros se declaram como grupos informais, cooperados, associativistas e sociedade mercantil. Desses números presentes no mapeamento do no estado do Pará, 71% dos Empreendimentos Sociais são representados e se declaram como associação, e 11% são representados pelas cooperativas.

Já os grupos informais representam 18%, ao passo que as sociedades mercantis, que têm baixa predominância no mapeamento, representam apenas 0,15% de entidades entrevistadas. No Pará, as associações produzem maior incidência de empreendimento em toda região. Vale ressaltar que, em se tratando da formalização dos empreendimentos, o estudo não deixa claro se todos os empreendimentos possuem CNPJ. Nesse sentido, pode-se concluir que existem 82% de empreendimentos que são formalizados entre associações, cooperativas e sociedades mercantis e, como foi dito acima, uma pequena parte dessas organizações sociais vivem na informalidade, conforme a Figura 14.

Figura 14 - Formas de organizações

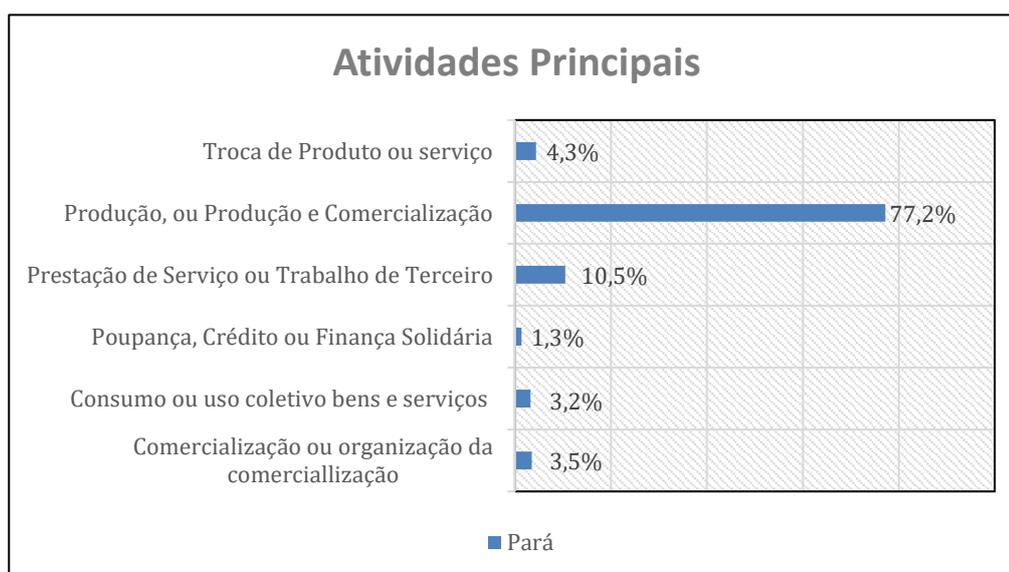


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

As atividades principais da Economia Solidária demonstram os aspectos do dinamismo dos Empreendimentos Sociais. Quanto aos números de atividades principais das organizações socioprodutivas, a atividade principal, a produção e comercialização, representa mais de 70% dos empreendimentos entrevistados e corresponde a 77,20% desses negócios. Em segundo lugar estão as organizações sociais que só prestam serviços ou trabalho para terceiros, com 10,5% organizações das entrevistadas. Sua atividade principal atende somente mercado de prestação de serviços, como assistência técnica, manutenção e consertos. É importante observar que a atividade principal de serviços está bem posicionada dentre todas as atividades pesquisadas, ficando atrás somente da atividade principal de produção.

Outas atividades importantes são as de troca de produtos e serviços, que contam com 4,3% dos entrevistados, como também as atividades principais que só comercializam seus produtos que somam somente 3,25% desses negócios. Há, também, a atividade de consumo, que vem atrás das demais e representa apenas 3,2% dos entrevistados. A atividade principal de poupança, crédito ou finança solidária ficou em último lugar. Esta atividade representa apenas 1,3% dos 1.358 empreendimentos entrevistados. A Figura 15 apresenta as principais atividades econômicas identificadas.

Figura 15 - Principais Atividades Econômicas



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Discorrendo sobre produtos e serviços dos Empreendimentos Sociais paraenses, os dados da pesquisa são bastantes animadores para os membros da Economia Solidária. Na pesquisa surgiram infinidades de produtos que compõem a cesta de vendas dos entrevistados, tais como: farinha, açaí, camarão, frutas, abacaxi, peixe, frango caipira, cupuaçu, feijão, polpa de fruta, maracujá, tucupi, legume, milho, hortaliça, pimenta do reino, castanhal do caju, acessório, confecção, bolsa, bijuteria, sandálias, vasos, vestuário e artesanato. Estes são produzidos diretamente nas propriedades dos empreendedores sociais.

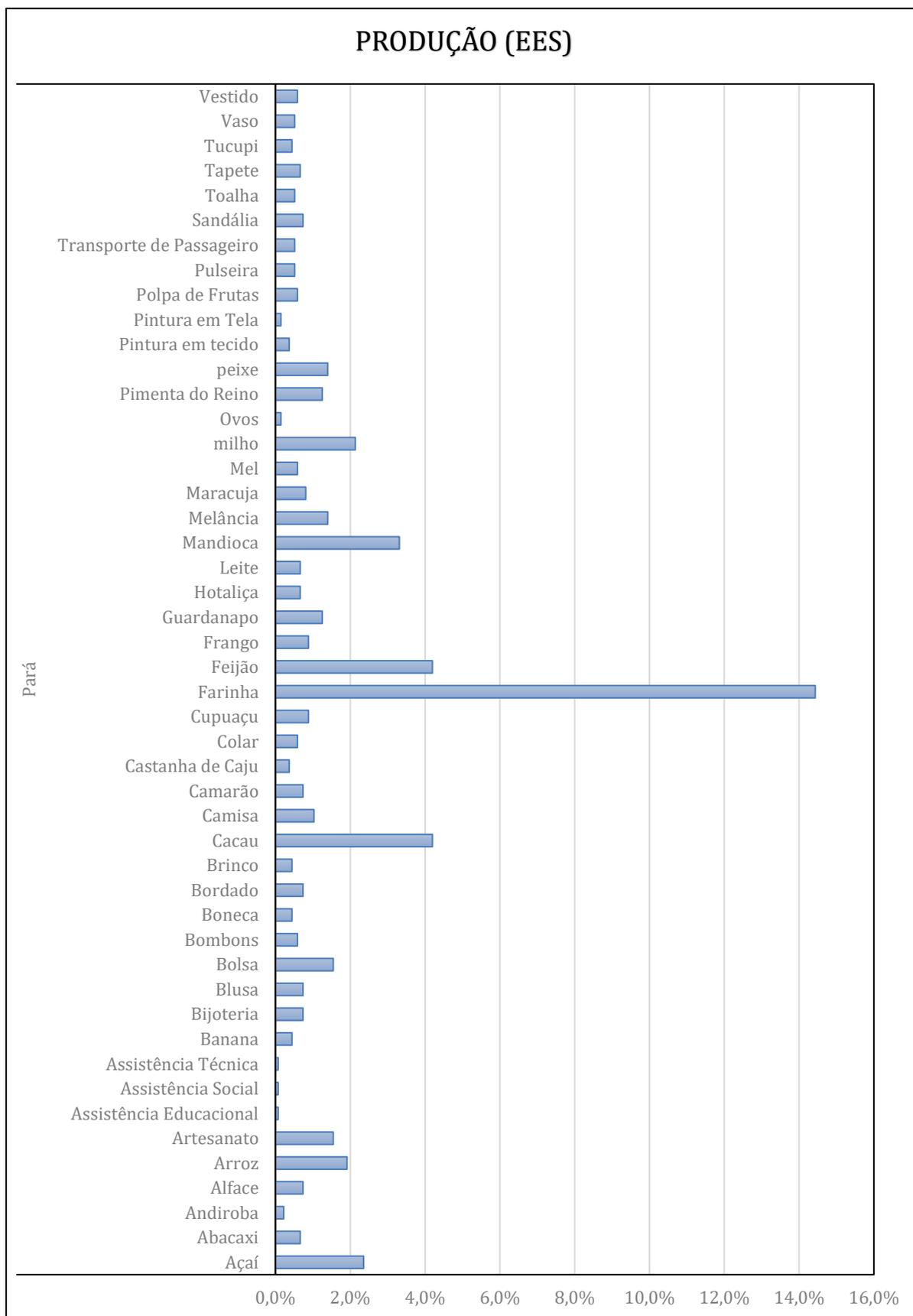
Todos estes produtos são produzidos localmente, por trabalhadores que desenvolvem trabalho coletivo e gestão democrática em suas propriedades. Tais atividades são ancoradas na produção de bens, que são extraídas da terra, como hortaliças, mandioca para produção de fadinhas, e demais produtos extraídos da natureza. Podemos elencar a produção de açaí, e outras atividades pesqueiras, como a pesca do camarão e a pesca artesanal. Pode-se mencionar, também, a criação de animais de pequeno porte, como aves popularmente denominadas de caipirão e galinha caipira, além da produção de suínos.

Todas essas atividades são presentes no cotidiano dos empreendedores do Pará. No que se refere à produção coletiva nesse estado, conforme o sistema de informação da Economia Solidária, foram observados sete principais produtos da propriedade da Economia Solidária, conforme os dados coletados da produção dos empreendimentos solidários, com maior destaque para a produção de farinha de mandioca, 14,4%. A farinha de mandioca é a base alimentar dos amazônicos em especial aos paraenses (Alves e Modesto Junior, 2022).

Na esteira da produção da Economia Solidária, com a produção estimada de mais de 4% dos entrevistados, o cacau aparece na segunda posição. Na terceira vem o feijão, com 4,2% dos entrevistados, se assemelhando à produção de cacau. Em quarto lugar vem produção da raiz da mandioca, que é a matéria-prima na produção de farinha, e representa 3,8% dos produtos produzidos nas propriedades paraenses.

Em quinto lugar está a produção de açaí, com somas de 2,4% dos Empreendimentos Sociais. Vale lembrar que os frutos do açaí após o processamento também constituem uma das bases alimentares da população paraense (RIBEIRO, 2014). Outro produto que está bem posicionado na produção paraense da Economia Solidária é o milho em espiga, que soma 2,10% dos entrevistados. Por fim, aparece o arroz, com 1,9% da produção da Economia Solidária. Não houve critério de separação por setores; apenas foram observadas as quantidades de bens produzidos nas propriedades, conforme a Figura 16.

Figura 16 - Os principais produtos produzidos coletivamente nos empreendimentos

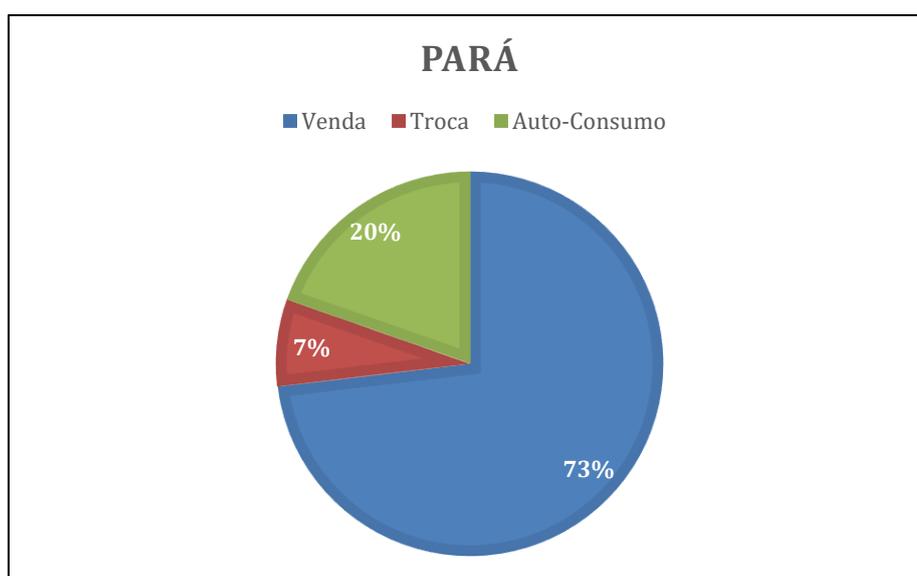


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

A Figura 17, por sua vez, traz o gráfico do destino final da produção dos empreendimentos econômicos solidários. Os produtos produzidos no interior das organizações sociais são vendidos e escoados diretamente para venda, ou seja, tudo que é produzido vai para o mercado consumidor e, principalmente, para os mercados de circuitos curtos. Cabe, assim, observar que a produção dos Empreendimentos Sociais tem um caráter comercial e de alto consumo, e que o caminho final destas mercadorias destina-se para a venda e não para a troca e autoconsumo.

Observando os dados da pesquisa, nota-se que 73% de tudo que é produzido destina-se para venda e que 20% vai para autoconsumo. Isso quer dizer que estes grupos de empreendimentos consomem sua produção inteira, vivem da subsistência e, por isso, não sobra nada para a realização de vendas. Por fim, os Empreendimentos Sociais que destinaram sua produção somente para troca corresponderam a 7% dos pesquisados. Nestes casos, sua produção inteira vai diretamente para troca, e trocas podem ser via produtos por produtos, ou produtos por prestação de serviços. A Figura 17 indica a porcentagem do que é trocado em serviços ou trocado em produtos. Vale observar que toda a produção vai para o mercado consumidor e que os produtos da Economia Solidária são altamente vendáveis, logo, a comercialização é presente no cotidiano dos empreendedores paraenses. Os mercados de atuação são os mercados institucionais, mercados locais, feiras livres, pontos de venda próprios, eventos e feiras destinadas para a Economia Solidária.

Figura 17 - Destino final dos produtos dos empreendimentos solidários



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

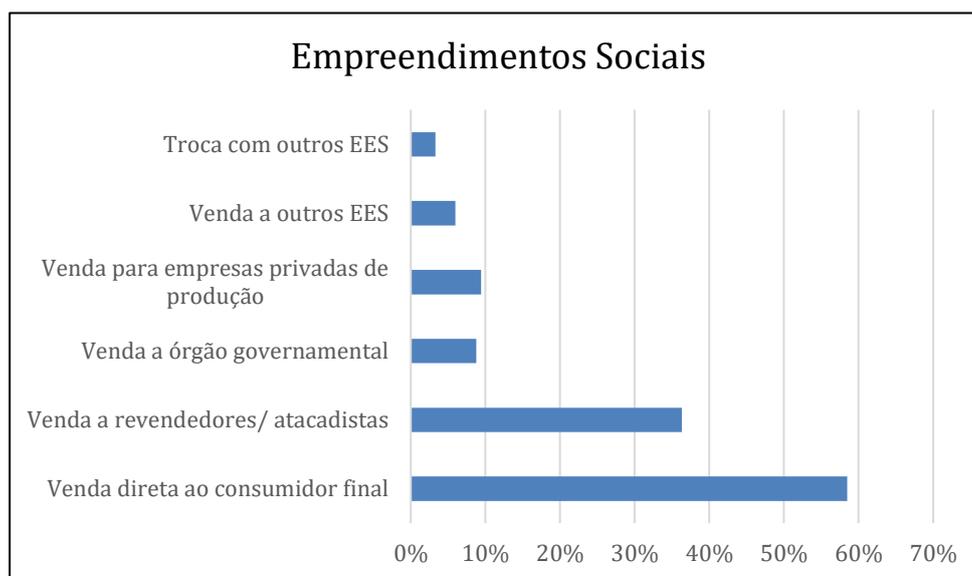
A respeito dos circuitos curtos comerciais, um dado chama a atenção: conforme dados do SIES 2013, entre as mercadorias vendidas há venda direta ao consumidor final; venda a revendedores/atacadistas; venda a órgãos governamentais; venda para empresas privadas de produção; venda a outros EES; e troca com outros EES.

Dos 1.358 empreendimentos mapeados no estado do Pará que responderam à pesquisa, a venda direta ao consumidor final apresenta sua maior participação desses canais. Dos 58% dos empreendimentos entrevistados, 36% responderam que atendem aos revendedores e atacadistas.

Em terceira posição, com 9% aparecem os empreendimentos que vendem para empresas privadas de produção, cujo formato é o de pequenas cooperativas e média e grandes empresas de processamentos instaladas em todo Pará, principalmente em Castanhal e baixo Tocantins. 8,9% dos Empreendimentos Sociais declararam que atendem ao mercado governamental, e que estão ligados a programas de caráter nacional, o PAA e PNAE.

Por fim, 6% dos empreendimentos declaram que vendem para outros empreendimentos solidários e 3% informaram que trocam suas produções com outros Empreendimentos Sociais. De acordo com exposto na Figura 18, a maioria dos produtos da Economia Solidária atende diretamente ao mercado de consumo e à produção final.

Figura 18 - Principais canais de comercialização dos Empreendimentos Sociais

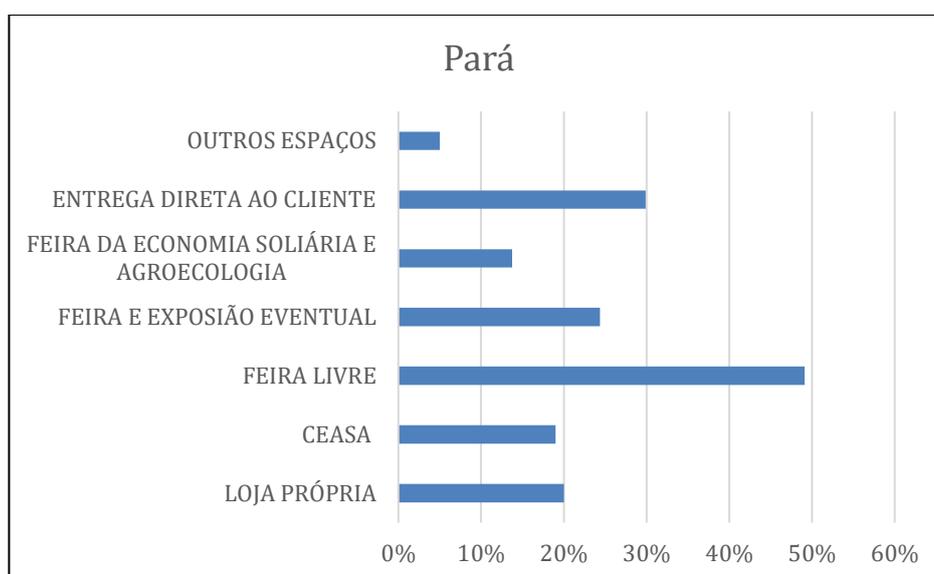


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Os itens produzidos nas entidades sociais são vitais para vida dos empreendimentos, pois, sem eles, os praticantes desses negócios não terão como comer, beber e se vestir. As organizações têm seus próprios espaços de comercialização no momento da realização da vendas e das sobras, pois é aí que reside a manutenção da vida do mesmo. Tudo o que é produzido nos Empreendimentos Sociais paraenses é levado a vários espaços de comercialização, como: lojas ou espaços próprios; espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, Ceasa); feiras livres; feiras e exposições eventuais/ especiais; feiras de economia solidária e/ou agroecologia; entrega direta a clientes e outros espaços. Sendo assim, houve resposta de múltiplas escolhas, com mais de uma resposta.

Vale notar que o espaço de comercialização dos Empreendimentos Sociais de maior envergadura está ligado a feiras livres, que obteve 59% de suas vendas nesses locais, seguido pela entrega direta ao cliente, com 36%. Já a feiras e exposições eventuais correspondem a 24% de seus negócios direcionados para esses eventos. Tomando a terceira posição, está o espaço conhecido como Feiras de Economia Solidária e/ou Agroecologia, que congrega 14% de sua comercialização. Também há as lojas próprias, com 20% por espaços próprios de comercialização. Outros empreendimentos apontaram que têm estabelecimentos na CEASA, com 19% de seus negócios, conforme pode ser visto na Figura 19.

Figura 19 - Principais espaços de comercialização dos Empreendimentos Sociais



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Dentro do contexto brasileiro, os movimentos sociais tiveram um papel importante na formação da consciência popular. Nos anos 80, foram decisivos para a redemocratização brasileira, e nas periferias de todo Brasil encontraram guaridas nas igrejas, centros comunitários, nas comunidades eclesiais de bases do campo e da cidade, nos sindicatos rurais e também nos centros urbanos. Atualmente, dentro do cenário da Economia Solidária existem, no município de Barcarena, vários grupos do movimento social e populares.

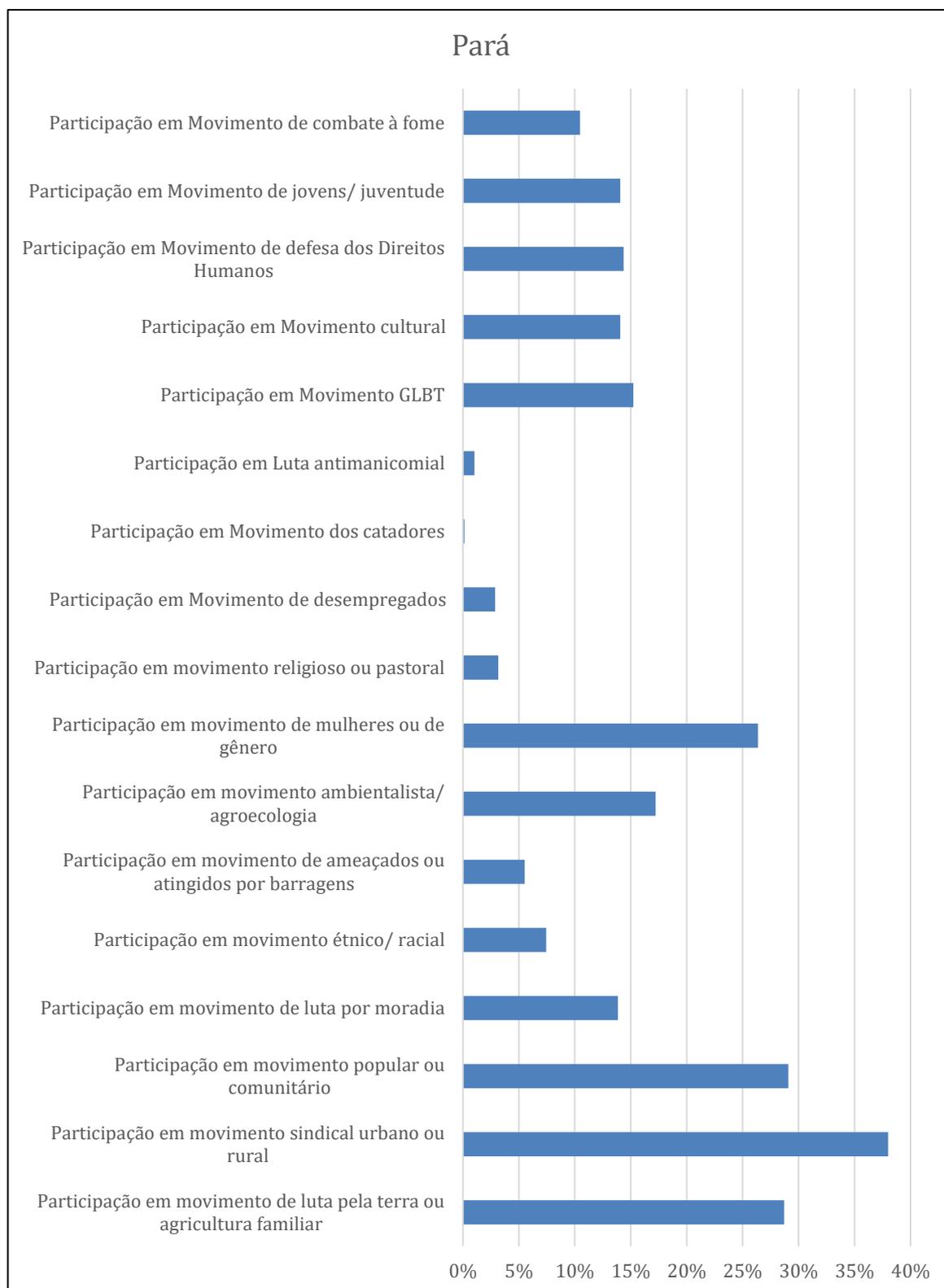
O segundo levantamento da Economia Solidária nessa região, conforme dados extraídos do Sistema de Informação da Economia Solidária apontam: o movimento de luta pela terra e agricultura familiar; o movimento sindical urbano ou rural; o movimento popular ou comunitário; o movimento de luta por moradia; o movimento étnico/ racial; o movimento de ameaçados ou atingidos por barragens; o movimento ambientalista/agroecologia; o movimento de mulheres / gênero; o movimento religioso ou pastoral; o movimento de desempregados; o movimento dos catadores; a participação em luta antimanicomial; a participação em movimento de jovens/ juventude; e a participação em movimento de combate à fome.

Conforme as respostas fornecidas pelos entrevistados, houve resposta de múltiplas escolhas, ou seja, os entrevistados poderiam escolher mais de uma resposta. Assim sendo, os empreendimentos informaram que participam conjuntamente de outros movimentos sociais no Pará. Conforme os dados da pesquisa, 34% dos entrevistados informaram que participam do Movimento Sindical Urbano e Rural - MSUR.

Nesse sentido, 29% dos entrevistados participam do movimento de luta pela terra e agricultura familiar, como também, movimento de participação popular ou comunitário, seguido pela participação em movimento de mulheres ou de gênero, com 26% dos entrevistados. Assumindo a quarta posição, 17% dos entrevistados informaram que participam do movimento ambientalista/agroecologia.

Finalizando a observação, houve uma participação pequena de algumas categorias do movimento sociais, como no movimento LGBT, com efetividade de 15% dos entrevistados. Os demais empreendimentos ficaram abaixo da marca dos 15%, dentre os quais estão o movimento dos catadores; participação em luta antimanicomial; participação em movimento de jovens/ juventude e participação em movimento de combate à fome, conforme a Figura 20.

Figura 20 - Os Empreendimentos Sociais que participam de outros movimentos sociais ou de luta

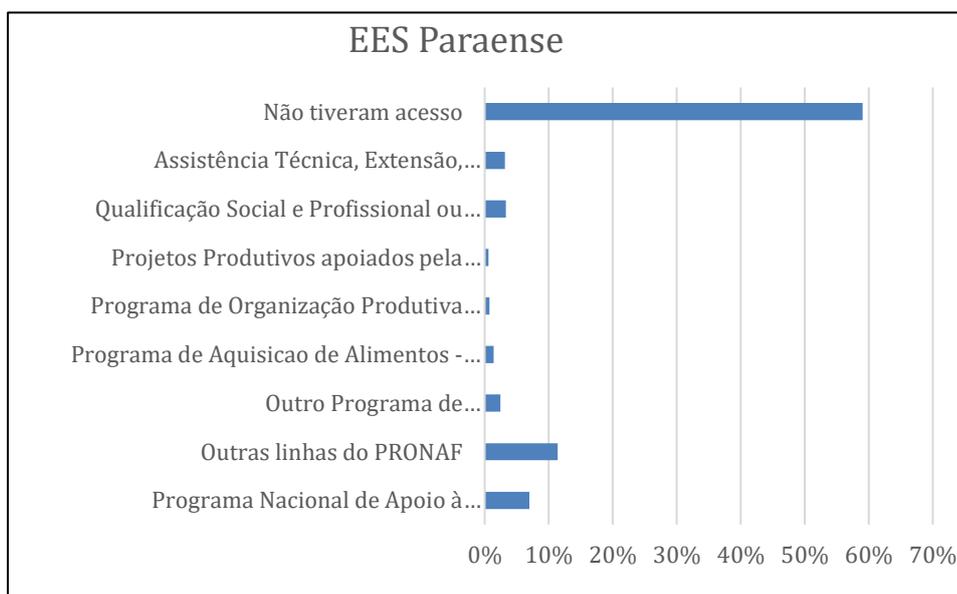


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Por sua vez, a Figura 21, a seguir, evidencia sobre o acesso dos Empreendimentos Sociais nas políticas públicas governamentais para mulheres membros da Economia Solidária. Foi perguntado se as mulheres tiveram acesso, em algum momento, a programas e políticas públicas de apoio à produção e/ou comercialização. Das 1.358 entidades entrevistadas, 59% declararam não conseguirem acesso a essas ferramentas.

Os dados da pesquisa deixaram claro que as políticas públicas existem, tais como Programa de aquisição de alimentos – PPA, Amazonia Florescer e PRONAF, mas não têm chegado a esse público. Das linhas de créditos voltados somente para o grupo feminino, 11% acessaram outras linhas do PRONAF, voltado para a agricultura familiar e 7% das mulheres responderam que acessam o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar Mulher – (PRONAF-MULHER). O Programa de Qualificação Social e Profissional e Assistência técnica rural foi acessado por 3% das entrevistadas e apenas 1% das mulheres acessam o Programa Nacional de Aquisição de Alimento - PPA.

Figura 21 - Políticas de apoio à produção/comercialização acessadas pelas mulheres dos EES



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Sobre essa baixa participação, vale ressaltar que o movimento da Economia Solidária é constituído de entidades políticas de mobilização da arena pública, com características coletivas de trabalho. Logo, podemos observar que ainda são insuficientes recursos e programas de apoio, especialmente aqueles voltados para as mulheres.

3.3 DADOS DA EFICIÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESTADO DO PARÁ

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados da eficiência da Economia Solidária no estado do Pará. A base de dados é proveniente do SIES, produzida entre 2009-2013, conforme apontado na metodologia desta pesquisa. O tratamento da base de dados contempla somente os empreendimentos presentes no Pará, e, conforme os números encontrados, o estado possui 1.358 Empreendimentos Sociais em todo o seu território. Para a obtenção dos números sobre faturamento e gasto com a produção de bens e serviços foram extraídos dados da base conforme, aponta a planilha Excel: usou-se o termo Fat37 para designar o faturamento e Gast39 para nomear os gastos da produção na confecção de produtos, e ainda o valor absoluto de R\$ 500.000,00 (reais), em que $Fat37 > 0$ e $GAst39 > 0$.

Na Tabela 3, a seguir, podemos observar os resultados da relação entre gastos e faturamentos. Foi possível observar que existem situações de empreendimentos solidários inconsistentes, como os que apresentam gastos muito baixos e faturamentos altos, o que indica uma incoerência na informação, visto que empreendimentos que possuem elevado faturamento também terão certo nível de custo. Portanto, todos os empreendimentos solidários que obtiveram uma relação entre gasto e faturamento abaixo de 0,1 foram excluídos da amostra de dados.

Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis antes dos cortes

Mínimo	q1	Mediana	Média	q3	Máximo
0,005	0,133	0,300	0,455	0,542552	15,43

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Diante de tais evidências e após a limpeza da base de dados, o trabalho passou a contar com 751 empreendimentos, o que representa 55,30% dos empreendimentos solidários mapeados na pesquisa. Após essa limpeza, os dados ficaram mais consistentes e observa-se que as relações passaram a representar de forma mais fidedigna a realidade, conforme pode ser observado na Tabela 3. Em média, os empreendimentos solidários analisados tiveram uma relação entre gasto e faturamento de 0,5562, ou seja, 55,62% do seu faturamento era alocado para seus gastos. A unidade produtiva solidária que após o corte apresentou maior relação indicava que 10,34% de seu faturamento era destinado para os seus gastos.

Dentre os empreendimentos solidários analisados, aquele que se encontrava em pior situação possuía uma relação de gastos muito elevada, gastando 7,6 vezes mais que seu faturamento. Isso demonstra que seus negócios tomam prejuízos.

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis depois dos cortes

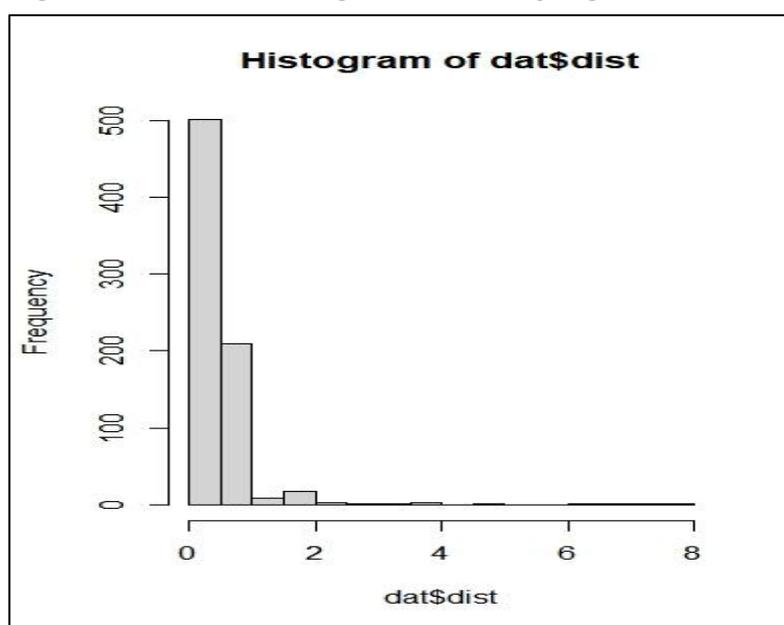
Mínima	q1	Mediana	Média	q3	Máxima
0,1034	0,2222	0,4000	0,5562	0,6000	7,6

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

O gráfico da Figura 22, a seguir, apresenta uma visão dos gastos e da reação ao faturamento, pois a maioria dos empreendimentos opera com o seu faturamento maior que os seus gastos. Foram observados 500 empreendimentos nestas situações, o que configura que 66,58% dos empreendimentos vivem nessa condição.

Ao longo do histograma, na relação dos gastos/faturamento foi observado que 200 unidades produtivas gastam mais que seu faturamento, apresentando uma relação de gastos elevada, representando 26,63% das unidades produtivas sondadas. Nesta condição, pode-se notar, por meio da Figura 22, que os demais Empreendimentos Sociais gastam duas vezes mais que seus faturamentos, ou seja, representam 3,33% da soma dos empreendimentos pesquisados.

Figura 22 - Histograma do faturamento, gastos e da relação gasto faturamento



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

E, por fim, apenas parte reduzida de empreendimentos opera com gastos maiores que seu faturamento. Neste caso, dez empreendimentos gastam quatro vezes a mais que seus faturamentos, como também três Empreendimentos Sociais que gastam entre seis e oito vezes mais que seus faturamentos.

Pode-se observar que os Empreendimentos Sociais que apresentam inconsistência no seu faturamento estão longe de serem eficientes, pois os gastos com insumos são superiores a quase oito vezes o seu faturamento. Esta situação demonstra a incapacidade da unidade produtiva de gerar lucros em dados absolutos. Observa-se, a partir da Tabela 5, a seguir, que grande parte dos empreendimentos solidários possui uma relação de faturamento superior a seus gastos.

Como pode ser observado na Tabela 4, 25% dos empreendimentos analisados possuíam uma relação entre gasto e faturamento de 0,22. Nesse sentido, foi observado que, em média, os empreendimentos na faixa inferior a 0,23 da relação entre gasto e faturamento faturaram R\$16.975,00, ao passo que gastaram, em média, R\$ 2.652,00. Ainda analisando esta faixa, verificou-se que o empreendimento que obteve o maior faturamento foi de R\$ 400 mil, com um gasto de R\$ 50 mil

Tabela 5 – Valores em R\$ dos gastos e faturamentos dos empreendimentos solidários a partir da relação gasto/faturamento

Descritiva	Relação gast/fat $\leq 0,23$		Relação gast/fat $> 0,23 \leq \text{média}$		Relação gast/fat $> \text{média}$	
	Faturamento	Gasto	Faturamento	Gasto	Faturamento	Gasto
Mínimo	100	20	100	25	100	70
1q (25%)	1342	200	1000	361,2	1000	857
Mediana	3700	500	2850	1000	5000	4020
Média	16975	2652	11241	4039,7	22380	16381
3q (75%)	14425	2112	10000	3000	23040	15720
Máximo	400000	50000	298000	145000	349800	488000

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Já considerando a faixa de empreendimentos que estão entre 0,23 e a média da relação gasto e faturamento, em média, estes tiveram um desempenho inferior à primeira faixa analisada: tais empreendimentos gastaram, em média, R\$ 4.039,70 com faturamento médio de R\$ 11.24,00.

A faixa compreendida da relação dos gastos com seu faturamento maior que a média, observada é: os Empreendimentos Sociais gastaram, em média, R\$ 16.381,00, com um

resultado no faturamento médio de 22.380,00. O faturamento médio foi superior à faixa $\text{gast}/\text{fat} > 0,23 \leq \text{média}$, ao passo que o seu ponto de máxima os gastos superou o faturamento dentro da sua capacidade produtiva, ou seja, os empreendimentos gastam cerca de R\$ 488.000,00 em insumos para obterem um faturamento na sua produção de R\$ 349.800,00. Isso significa que gastam aproximadamente 1,4 vezes a mais que seu faturamento, logo, estas unidades produtivas operam de forma negativa, tomando prejuízo no momento da produção de suas mercadorias ou serviços.

3.4 RESULTADOS DAS ANÁLISES DE EFICIÊNCIA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS, MODELO DE EFICIÊNCIA COM RETORNOS VARIÁVEIS À ESCALA, ORIENTAÇÃO AO INSUMO

Na Tabela 6, a seguir, as faixas de eficiências foram observadas de acordo com os resultados das eficiências dos Empreendimentos Sociais expostos através da Análise de Dados da Eficiência (DEA). Segundo as informações analisados na base de dados, existem Empreendimentos Sociais ineficientes e poucos empreendimentos eficientes: 38 empreendimentos ineficientes dentro da escala que varia entre $0 \leq E < 0,1$. Quanto mais afastado de $E=1$ tanto mais é ineficiente. Isso quer dizer que os gastos com insumos superam ou são iguais ao seu faturamento, e que a maioria dos seus insumos com baixo retorno de escala. Estes empreendimentos totalizam 4,79% desses negócios.

Seguindo para a próxima faixa de eficiência, compreendida entre $0,1 \leq E < 0,4$, estes representam a maioria dos Empreendimentos Sociais ineficientes, e todos eles somam 469 unidades produtivas. Este grupo alcança 62,45% dos negócios pesquisados, somando mais da metade dos empreendimentos pesquisados. Sendo assim, a faixa compreendida entre $0,4 \leq E < 0,5$, na Tabela 6, a seguir, obteve 65 empreendimentos ineficientes, ou seja, cerca de 8,63% de unidades, levando em consideração somente a escala compreendida entre $0 \leq E < 0,5$, observa-se que a maioria dos empreendimentos é ineficiente e contempla cerca de 75,90% unidades ineficientes. Vale lembrar que a maioria das entidades apresenta eficiência abaixo do exigido pela teoria, que é eficiência igual a 1.

Tabela 6 - Modelo de Eficiência com retornos variáveis à escala, orientação ao insumo

Eficiência	Nº Empreendimentos	%
$0 \leq E < 0,1$	36	4,79%
$0,1 \leq E < 0,2$	191	25,43%

$0,2 \leq E < 0,3$	174	23,17%
$0,3 \leq E < 0,4$	104	13,85%
$0,4 \leq E < 0,5$	65	8,66%
$0,5 \leq E < 0,6$	51	6,79%
$0,6 \leq E < 0,7$	46	6,13%
$0,7 \leq E < 0,8$	38	5,06%
$0,8 \leq E < 0,9$	25	3,33%
$0,9 \leq E < 1$	14	1,86%
$E = 1$	7	0,93%
Total	751	100,0%

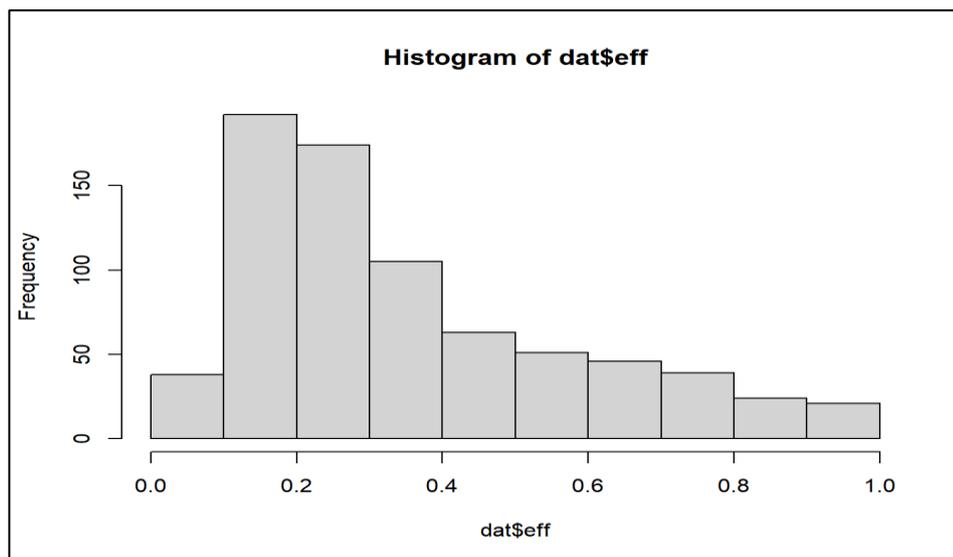
Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

A faixa que vai de $0,5 \leq E < 0,8$ representa 17,71% de empreendimentos ineficientes, somando 133 organizações sociais que apresentam eficiência intermediária e estão próximos de $E=1$. Já os empreendimentos que possuem intervalos $0,8 \leq E < 1$ correspondem a 39 empreendimentos ineficientes, totalizando 5,19% unidades produtivas. Neste caso, pode-se observar que este intervalo está próximo da eficiência exigida pela modelagem DEA. Para finalizar, foram encontrados 7 empreendimentos eficientes, os quais estão operando na faixa eficiência $E=1$. Estes empreendimentos somam apenas 0,93% de unidades, conforme a modelagem teórica, logo, a maioria de unidades produtivas é ineficiente (cerca 99,07%), que somam 744 Empreendimentos Sociais.

Pelo Histograma dos Escores de Eficiência do gráfico da Figura 23, pode-se verificar que, na barra 0,2 e 0,3 é apresentada a maioria dos empreendimentos ineficientes, que são maiores 150 Empreendimentos Sociais. Ambos somam cerca 365 Empreendimentos Sociais, que correspondem a 48,60% de unidades produtivas. Assim, cumpre observar que esses grupos estão bem distantes do escore de eficiência, que é $E=1$,

Nos resultados escores de escala, identificados na primeira barra no gráfico que segue, que vai de 0,0 e 0,1, estes negócios são totalmente ineficientes, somando 38 unidades com escore de eficiência entre $0,0 > E \Rightarrow 0,1$. Estão abaixo de escore de eficiência da barra 0,2 e 0,3. A barra 0,4 apresentam unidades produtivas maiores que 100 unidades de produção, e correspondem 13,84% desses negócios. Estes empreendimentos estão mais próximos do escores de insciência que mais perto da escala de eficiência $E=1$

Figura 23 - Histograma dos escores de eficiência

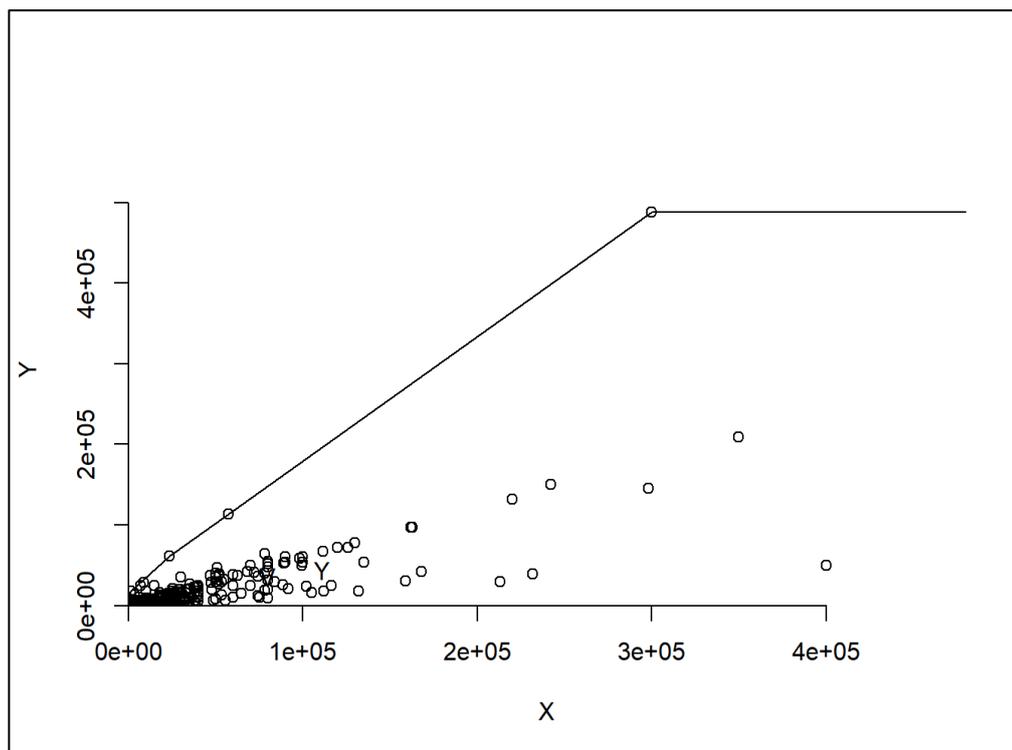


Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

As barras 0,5 e 0,6 representam Empreendimentos Sociais maiores que 50 unidades no eixo frequências do escore de eficiência. Esses dois conjuntos de barras representam 13,84% de negócios pesquisados. Os empreendimentos que estão abaixo de 50 unidades no gráfico de escore eficiência são as barras 0,7, 0,8 e 0,9. Estes negócios que estão situados nessas barras estão próximos da eficiência exigida pela teoria, somando 14,51% de empreendimentos solidários. Para finalizar as análises dos escores de eficiência dos empreendimentos solidários surgem os gráficos com apenas a barra 1,0 com eficiência $E=1$ exigida pela modelagem do DEA.

De acordo com a Figura 24, uma unidade produtiva só será eficiente quando sua eficiência seja igual a um ($E=1$). Nestes casos, são tomados como exemplo os casos em que os empreendimentos ineficientes abaixo da fronteira de eficiência possam se tornar unidades eficientes, conforme os incrementos tanto no insumo quanto o produto. Segundo a conceituação teórica, para que as unidades produtivas se tornem eficientes, será necessário que tais empreendimentos possam se mover em direção dos empreendimentos de 1 a 7. Eles podem aumentar seus insumos ou sua produção conforme o incremento produzido por cada negócio, bem como podem realizar incentivos ao produto ou incentivos ao insumo, de acordo com exposto abaixo.

Figura 24 - Fronteira de eficiência com retornos variáveis à escala, orientação ao insumo



Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Na fronteira de eficiência estão presentes 4 empreendimentos eficientes, tendo início no ponto zero (0) do eixo (x) produto e no eixo (y) insumo. Os empreendimentos ineficientes abaixo da fronteira de eficiência só se tornaram eficientes quando a eles for acrescentado maior incentivo no produto de sua produção, e menos incentivo ao insumo, usando menos matéria-prima na sua produção para que o mesmo se torne um empreendimento eficiente e aumente o nível de produção dos negócios ineficientes.

Na mesma medida, os empreendimentos situados na reta de produção (x), acima do ponto (ES) 5, na fronteira de eficiência, só serão eficientes quando tais processos elevarem seus produtos e reduzirem seus insumos para se tornar uma unidade produtiva eficiente. Vale notar que a maioria dos empreendimentos está situada mais próximo dos (ES) 1, 2, 3, 4 e 5, movendo-se para a esquerda para alcançarem um nível de eficiência igual a 1.

O (ES) 6 será eficiente quando a sua produtividade alcançar a produção máxima, mas, nessas condições, o faturamento será afetado pelos gastos superiores ao faturamento. E, por fim, negócios ineficientes abaixo do (ES) 7 nunca alcançarão sua eficiência, pois o gasto com insumo é superior ao seu faturamento. Estes empreendimentos sempre operarão no vermelho, pois seus gastos em insumos sempre serão maiores que seus produtos.

A Tabela 7, a seguir, apresenta a quantidade de Empreendimentos Sociais que recebem apoio, ou não, das universidades estabelecidas no território paraense. Conforme os dados que ainda serão analisados aqui, a maioria dos Empreendimentos Sociais não recebe qualquer tipo de apoio das instituições de Ensino Superior, sejam elas instituições de nível federal, estadual e universidades particulares. De acordo com os dados observados no Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), o total de empreendimentos que não recebe apoio é de 711 organizações sociais, 94,67% de unidades produtivas pesquisadas, contra 5,33% empreendimentos que apresentaram apoio das universidades pesquisadas.

Tabela 7 - Quantidade de empreendimentos apoiados pelas universidades

Entidade de Apoio	Nº Empreendimentos	%
Sem Universidades	711	94,67%
Com Universidades	40	5,33%
Total	751	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Segundo informações geradas pelo SENAES, datada pela sua institucionalização no ano de 2006, todos os Empreendimentos Sociais deveriam receber apoio de qualquer natureza das universidades que possuem projetos destinados às práticas da Economia Solidária, sejam eles de apoio técnico, de acompanhamento, de incubação ou de formação e elaboração de projetos. De acordo com as informações coletadas no SENAES, foram analisados apenas 40 Empreendimentos Sociais que recebem apoio das Universidades de qualquer natureza, sejam eles apoio técnico, sejam de incubação ou de projetos, de instituições de nível federal, estadual e privadas.

Infelizmente, não foi possível identificar os tipos de apoio recebidos pelos empreendimentos solidários, pois o *software R Studio* sondou somente os empreendimentos que possuem apoio ou não. Pode-se observar que tal apoio é importante para o desenvolvimento das entidades que passam por dificuldades de toda ordem, e que a ajuda das instituições de ensino pode fortalecer seus negócios.

Observando os números de empreendimentos que não têm apoio e os empreendimentos com apoio das universidades, na Tabela 8, adiante, os resultados apresentados demonstram que a média dos empreendimentos sem apoio é quase igual à dos empreendimentos que receberam apoio de qualquer natureza. Além disso, suas eficiências são quase semelhantes, e os empreendimentos que não tiveram apoio nenhum das instituições de

Ensino Superior têm média de eficiência de 0,358, maior que os Empreendimentos Sociais sem apoio das universidades, com média eficiência 0,334.

Outro ponto que chama a atenção são as eficiências q3, pois, tanto os empreendimentos sem apoio quanto os empreendimentos com apoio apresentam suas eficiências maiores que as médias de eficiências. Os resultados apresentados são: os empreendimentos sem apoio correspondem a 0,494 de eficiência, enquanto que os empreendimentos com apoio das universidades representam 0,407 de eficiência.

Tabela 8 - Análise da eficiência sem ou com apoio das universidades

Mínimo	q1	Mediana	Média	q3	Máxima
0,014	0,182	0,287	0,359	0,494	1,00
0,057	0,178	0,296	0,334	0,407	0,910

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Pelas análises de eficiências dos empreendimentos sem e com apoio das universidades, tiveram resultados aproximados os empreendimentos sem apoio de qualquer natureza, obtendo resultados eficientes de sua máxima de $E=1$. Já os empreendimentos com apoio tiveram números de eficiência de 0,910, o que está muito próximo da eficiência exigida pela modelagem matemática.

Nesse cenário, como podemos analisar esses resultados? Pode-se supor que a eficiência dos empreendimentos sem apoio das universidades está ligada diretamente a como os atores sociais conduzem seus empreendimentos, bem como desenvolvem suas atividades produtivas, de forma autônoma. Na mesma direção, estão os empreendimentos solidários com a poio das universidades: eles estão próximos das eficiências dos Empreendimentos Sociais sem apoio das instituições de Ensino Superior, evidenciando que a diferença tem impacto quase sem efeito na eficiência. Isso significa que, mesmo com apoio das universidades, os empreendimentos não despontaram na sua eficiência, na prática os empreendimentos que receberam apoio seriam tão eficientes, logo, a ajuda das universidades não tem impacto na eficiência de cada entidade.

Quando são apresentadas as análises dos Empreendimentos Sociais por tempo de adição no cadastro, pode-se destacar que apenas 63 empreendimentos são novos, isto é, entraram recentemente no SIES e estão há pouco tempo no sistema do SENAES, no período compreendido da pesquisa 2009-2013. Destes empreendimentos novos, cerca de 8,39% dos

entrevistados pela pesquisa do SIES foram adicionados de modo mais recente na pesquisa, cujo ano é 2013.

Vale ressaltar que os empreendimentos mais antigos representam 688 unidades com tempo de inclusão abaixo do ano de 2013, e estão no intervalo de tempo de inclusão entre 2007-2012 data do primeiro mapeamento. Estes empreendimentos mais antigos representam 91,61% do total de unidades pesquisadas. Isso demonstra que os empreendimentos mais antigos representam a maioria dos empreendimentos paraenses pesquisados, e que eles estão há mais tempo no cadastro do SIES, conforme a Tabela 9.

Tabela 9 - Empreendimentos por tempo de adição no cadastro

Tempo de adição sistema	Empreendimentos	%
<=2012	688	91,61%
>2013	63	8,39%
Total	751	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Como pode ser observado na Tabela 10, a seguir, a eficiência dos empreendimentos por tempo de cadastro tem média de eficiências semelhantes tanto dos empreendimentos antigos quanto dos empreendimentos novos. Os empreendimentos com cadastrados antigos apresentam 0,358 de eficiência, ao passo que os mais recentes respondem por 0,353 de média eficiente. Ambos os empreendimentos trabalham com ganho de produção semelhante e suas mínimas estão próximas uma da outra.

Já os empreendimentos mais antigos possuem níveis de eficiência mínima de 0,017, ao passo que, nos mais recentes 0,014, essas diferenças correspondem a 3% de suas eficiências. Na observação de suas máximas, os empreendimentos com maior tempo de cadastro apresentam máxima de eficiência 1,00, conforme a teoria do DEA, enquanto todos os empreendimentos mais recentes têm sua máxima próxima de 1, com valor de 0,892. É fácil notar que tantos os empreendimentos recentes quanto os antigos operam quase o mesmo nível de eficiência.

Tabela 10 - Eficiência dos empreendimentos por tempo de cadastro

Período da Informação	Mínimo	q1	Mediana	Média	q3	Máximo
<=2012	0,014	0,179	0,285	0,358	0,495	1,00
>2013	0,017	0,208	0,302	0,353	0,485	0,892

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

No que tange ao primeiro quartil (q1), os mais novos apresentam eficiência inferior aos mais antigos, cerca de 0,179 empreendimentos, enquanto que os mais recentes possuem eficiência de 0,208. As medianas dos mais antigos responde por 0,285, ao passo que a mediana dos mais recentes em termos de cadastro possui eficiência de 0,302.

Por seu turno, o terceiro quartil (q3) está bem próximo um do outro: as eficiências dos mais antigos correspondem por 0,495, ao tempo em que nos índices dos mais recentes, somam 0,485. Vale ressaltar que os empreendimentos mais novos apresentam eficiências mais elevadas em todos seus quesitos mínima, q1, mediana, média e no q3.

Exceto no quesito máxima, no qual todos os negócios mais antigos superam a eficiência dos mais novos, o que ficou demonstrado aqui é que o tempo de cadastro dos Empreendimentos Sociais mais antigos opera de acordo com a teoria no estado de eficiência $E=1$. Logo, estes negócios produzem seus produtos e contemplam a conceituação teórica da modelagem matemática.

Ambos os casos, tanto os empreendimentos mais novos quanto os mais antigos, apresentam eficiência na sua produção e gastam seus insumos conforme suas metas de produção, sem terem gastos excessivos na sua matéria prima, assim mantendo seus faturamentos positivos.

3.5 ANÁLISE POR REGIÃO DE INTEGRAÇÃO E SEUS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

A Tabela 11, a seguir, traz como a região de integração paraense foi abordada pelo governo do estado do Pará no ano de 2008, pelo Decreto n.º 1.066, de 2008, para melhor dimensionar as regiões do Pará, reduzir as desigualdades e melhorar a ação governamental. Apenas uma região abordada até aquele momento era a região Metropolitana de Belém, composta pelos municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel.

Assim, a gestão estatal iniciou uma nova empreitada na elaboração do georreferenciamento nos municípios impactados pelas iniciativas do Estado. De toda sorte, as Regiões de Integração paraenses estão estabelecidas assim: Região Araguaína, Região Baixo Amazonas, Região do Carajás, Região Guajará, Região Guamá, Região de integração do Marajó, Rio Caetés, Rio Capim, Volta do lago e Xingu. O município de Vigia aparece na pesquisa somente por uma questão metodológica, categorizada pelo orientador Prof. Ricardo Bruno.

Tabela 11 – Quantidade de empreendimentos por Região de Integração do Pará

Região de Integração	Empreendimentos	%
Araguaia	29	3,96%
Baixo Amazonas	36	4,79%
Carajás	15	2,00%
Guajará	151	20,11%
Guamá	128	17,04%
Marajó	42	5,59%
Rio Caeté	52	6,92%
Rio Capim	117	15,58%
Tapajós	10	1,33%
Tocantins	102	13,58%
Vigia	19	2,53%
Xingu	50	6,66%
Total	751	100%

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Conforme dados analisados da base de dados do SIES-2013, a RI de integração com maiores números de Empreendimentos Sociais é a região Guajará, com 151 empreendimentos estabelecimentos, respondendo por 20,01% dos negócios em todo o território; seguida pela região de integração do Guamá, com parcela de 128 entidades, que representa 17,04% dos estabelecimentos da região. Outra região de destaque é a região Rio Capim, com 117 Empreendimentos Sociais, correspondentes a 15,58% desses negócios. Ainda na mesma base de dados aparece a região de Tocantins, com seus 102 empreendimentos, obtendo índices de 13,58% de estabelecimentos sociais.

Dentre os demais dados encontrados na pesquisa aparecem as regiões com número maior ou igual a 50 Empreendimentos Sociais, como é o caso da região conhecida como Rio Caeté, com 52 (6,92%) de estabelecimentos. Na mesma medida surge a região do Xingu, que contém 50 unidades produtivas, despontando com 6,66% de negócios. Logo atrás vem a região do Marajó, com 42 unidades, equivalendo a 5,59% dos empreendimentos solidários.

Outras com mais de 20 empreendimentos são as regiões do Baixo Amazonas, com 36 Empreendimentos Sociais, representando 4,79% de negócios, e a região do Araguaia, com 29, isto é 3,86% de negócios. Na mesma direção está o município de Vigia, que contém apenas 19 empreendimentos, contemplando 2,53% de unidades produtivas. Para finalizar os dados das RI está a região de integração de Carajás, que apresenta 15 estabelecimentos, cerca de 2%

unidades produtivas, e, na última posição, a região do Tapajós, com menor densidade de Empreendimentos Sociais, somando 10 unidades produtivas, isto é, 1,33% deles.

Conforme informações dos dados observados da Tabela 12, a RI do Araguaia foi a região que apresentou o maior nível de média de eficiência entre os empreendimentos solidários analisados, com 0,436, seguida pela região do Xingu (0,425) e Marajó (0,415). Vale ressaltar que todas as médias de eficiência analisadas ficaram abaixo da média de eficiência de 0,500, ou seja, abaixo de 50%. Tais elementos são importantes para analisar sobre as regiões com as melhores médias pesquisadas, isto é, aquelas que apresentaram sua máxima igual a 1, ou próximo 1: Araguaia (1,00), Xingu (1,00) e Marajó (0,981).

Prosseguindo com a pesquisa, os números de empreendimentos encontrados com máxima eficiência de acordo com a pesquisa são as regiões que apresentam máxima de eficiências igual a 1,00. Logo, são regiões que alcançam sua eficiência, como: Araguaína (1,00), Guamá (1,00), Rio Caeté (1,00), Rio Capim (1,00), Vigia (1,00) e Região Xingu (1,00). Todos esses locais apresentam variados números de empreendimentos, mas algo que chamou a atenção é caso do município de Vigia, com 19 empreendimentos. O município tem sua média de 0,226 e máxima de 1,00. Por fim, para este quesito vale ressaltar que em nenhum momento deste estudo esse fator se repetiu com outra região.

Quanto ao terceiro quartil (q3), algumas regiões tiveram seus resultados acima da média, como é caso das regiões de: Araguaia, com eficiência 0,528, Baixo Amazonas (0,537), Marajó (0,528), Rio Capim (0,509), Tapajós (0,693) e Xingu (0,586). Estes resultados são importantes para percebermos que tais índices são maiores que a média geral dos empreendimentos pesquisados.

Tabela 12 - Nível de eficiência por região de integração

RI	Mínimo	q1	Mediana	Média	q3	Máxima
Araguaia	0,043	0,297	0,421	0,436	0,528	1,00
B. Amazona	0,061	0,178	0,263	0,362	0,537	0,891
Carajás	0,072	0,174	0,232	0,293	0,342	0,671
Guajará	0,042	0,196	0,298	0,352	0,460	0,960
Guamá	0,014	0,204	0,273	0,359	0,480	1,00
Marajó	0,017	0,269	0,358	0,415	0,528	0,981
Rio Caeté	0,009	0,175	0,260	0,338	0,414	1,00
Rio Capim	0,014	0,172	0,238	0,333	0,509	1,00
Tapajós	0,142	0,162	0,201	0,282	0,692	0,693
Tocantins	0,007	0,175	0,351	0,351	0,459	0,970
Vigia	0,029	0,174	0,226	0,266	0,297	1,00

Xingu	0,173	0,198	0,342	0,425	0,586	1,00
-------	-------	-------	-------	-------	-------	------

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

As informações observadas nos 144 municípios paraenses contribuem para esclarecer os dados fornecidos na Tabela 13, a seguir. Foram analisados sete municípios, que tiveram seus pontos de máximas de eficiência ($E=1$), de acordo com a teoria do DEA. Dentre os municípios eficientes destacam-se Bujaru (1,00), Cachoeira do Piriá (1,00), Igarapé-Açu (1,00), Tucuruí (1,00), Ulianópolis (1,00), Vitoria do Xingú (1,00) e Xinguara (1,00).

Das análises de eficiências dos municípios pesquisados, oito municípios apresentaram média maior que (0,500) de eficiências nos seus empreendimentos econômicos solidários, dentre os quais estão: Belterra (0,516), Cachoeira do Piriá (0,518), Capanema (0,768), (Inhangapi) (0,563), Medicilândia (0,594), Pacajá (0,601), São Miguel do Guamá (0,527) e Vitoria do Xingú (0,629).

Ainda nesta análise de eficiência dos empreendimentos uma outra questão observada diz respeito ao município de Bragança, onde foi encontrada a mínima de 0,144, a qual está abaixo de outras organizações sociais: tem média de eficiência de 0,379, abaixo do que é aceitável, 0,500. O ponto de máxima está bem-posicionado junto aos demais municípios paraenses, pois sua máxima contempla 0,978, muito próximo de eficiência. Isso quer dizer pelo menos esta organização social está próxima da eficiência conceitual do DEA.

Um dado que chamou a atenção está relacionado com a capital paraense: seu ponto de máxima é de 0,911, sua média representa 0,341 e sua mínima é de 0,057. A média de Belém ficou abaixo da média das eficiências do estado do Pará, que é de 0,367. Isso mostra que a média das eficiências em todo o estado do Pará está abaixo de 50%, igualmente baixa como a média de Belém. A média das eficiências paraenses foram extraídas com a ajuda do Excel, e foi calculada as médias das médias presentes no banco de dados do SIES.

Para explicar a eficiências dos empreendimentos do estado do Pará foi importante evidenciar dois municípios eficientes, como Cachoeira do Piriá e Bujaru. A cidade de Cachoeira do Piriá chama a atenção pelo montante do seu faturamento: o município possui 28 empreendimentos solidários, dos quais oito não possuem faturamento e gastos com insumo. Esta é uma anomalia, se compararmos com os 20 empreendimentos sociais observados a seguir, que apresentam faturamentos eficientes na sua produção por conta dos resultados apresentados na pesquisa.

Tabela 13 - Dados da eficiência por municípios do PA

Municípios	Mínima	q1	Mediana	Média	q3	Máxima
Abaetetuba	0,007	0,175	0,277	0,241	0,326	0,418
Acará	0,172	0,174	0,241	0,335	0,432	0,872
Afuá	0,528	0,528	0,528	0,528	0,528	0,528
Almeirim	0,203	0,203	0,223	0,223	0,244	0,264
Altamira	0,178	0,189	0,249	0,256	0,316	0,348
Ananindeua	0,042	0,208	0,294	0,340	0,462	0,178
Augusto. Corrêa	0,261	0,332	0,403	0,403	0,474	0,545
Aurora do Pará	0,154	0,211	0,528	0,444	0,583	0,876
Aveiro	0,692	0,692	0,692	0,692	0,692	0,692
Baião	0,017	0,171	0,247	0,308	0,394	0,877
Barcarena	0,200	0,213	0,352	0,472	0,681	0,903
Belém	0,058	0,187	0,289	0,341	0,422	0,911
Belterra	0,564	0,564	0,593	0,516	0,500	0,650
Benevides	0,211	0,315	0,418	0,383	0,468	0,519
Bragança	0,190	0,190	0,346	0,435	0,435	0,978
Brasil Novo	0,172	0,262	0,276	0,278	0,335	0,355
Breu Branco	0,226	0,226	0,226	0,226	0,226	0,226
Bujaru	0,086	0,184	0,406	0,441	0,629	1,00
Cachoeira do Piriá	0,029	0,207	0,346	0,518	0,518	1,00
Cametá	0,182	0,271	0,339	0,410	0,509	0,971
Canaã dos Carajás	0,072	0,105	0,244	0,308	0,181	0,182
Capanema	0,192	0,277	0,294	0,768	0,768	0,768
Capitão Poço	0,125	0,203	0,259	0,336	0,336	0,725
Castanhal	0,135	0,204	0,259	0,480	0,480	0,728
Concordia do Pará	0,172	0,174	0,204	0,350	0,400	0,892
Curionópolis	0,218	0,375	0,531	0,458	0,578	0,624
Curralinho	0,040	0,040	0,040	0,040	0,040	0,040
Curuçá	0,028	0,193	0,237	0,329	0,400	0,994
Dom Eliseu	0,778	0,778	0,778	0,778	0,778	0,778
Eldorado dos Carajás	0,276	0,276	0,276	0,276	0,276	0,276
Garrafão. Norte	0,155	0,155	0,163	0,170	0,178	0,197
Goianésia do Pará	0,190	0,190	0,190	0,190	0,190	0,190
Gurupá	0,387	0,387	0,387	0,387	0,387	0,387
Igarapé-Açu	0,014	0,174	0,390	0,390	0,563	1,00
Igarapé-Miri	0,105	0,158	0,178	0,331	0,392	0,937
Inhangapi	0,325	0,402	0,503	0,563	0,664	0,921
Ipixuna do Pará	0,117	0,144	0,172	0,174	0,196	0,255
Irituia	0,120	0,150	0,198	0,229	0,281	0,441

Itaituba	0,522	0,522	0,522	0,522	0,522	0,522
Jacundá	0,029	0,110	0,240	0,215	0,298	0,396
Juruti	0,891	0,891	0,891	0,891	0,891	0,891
Mãe do Rio	0,193	0,252	0,497	0,491	0,735	0,777
Marabá	0,146	0,154	0,162	0,162	0,170	0,178
Maracanã	0,090	0,151	0,211	0,228	0,297	0,388
Marapanim	0,054	0,287	0,413	0,418	0,566	0,090
Marituba	0,154	0,297	0,316	0,418	0,577	0,787
Medicilândia	0,468	0,468	0,594	0,594	0,805	0,846
Mocajuba	0,184	0,184	0,340	0,363	0,491	0,696
Moju	0,123	0,277	0,403	0,405	0,452	0,910
Monte Alegre	0,061	0,061	0,061	0,061	0,061	0,061
Muaná	0,348	0,348	0,348	0,348	0,348	0,348
Nova Ipixuna	0,158	0,158	0,158	0,225	0,259	0,361
Nova Timboteuá	0,116	0,116	0,116	0,116	0,116	0,116
Oeiras Pará	0,270	0,270	0,402	0,453	0,620	0,989
Ourém	0,089	0,163	0,253	0,283	0,394	0,528
Pacajá	0,177	0,471	0,607	0,601	0,817	0,980
Paragominas	0,042	0,221	0,465	0,463	0,706	0,880
Parauapebas	0,173	0,173	0,203	0,223	0,252	0,311
P de Pedras	0,302	0,304	0,306	0,306	0,309	0,311
Portel	0,345	0,345	0,345	0,345	0,345	0,345
Primavera	0,009	0,066	0,124	0,124	0,181	0,239
Rurópolis	0,142	0,158	0,182	0,200	0,214	0,348
Salinópolis	0,138	0,174	0,217	0,235	0,299	0,352
Salvaterra	0,208	0,208	0,208	0,208	0,208	0,208
Santa Bárbara	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960	0,960
Santa Isabel	0,192	0,259	0,289	0,348	0,317	0,869
S Luzia do Pará	0,020	0,118	0,118	0,118	0,172	0,217
Santarém	0,076	0,178	0,224	0,335	0,432	0,867
Santarém Novo	0,725	0,725	0,725	0,725	0,725	0,725
S C Odivelas	0,317	0,334	0,351	0,351	0,369	0,386
S Domingos Capim	0,209	0,256	0,261	0,308	0,384	0,431
São Francisco Pará	0,161	0,208	0,238	0,323	0,401	0,787
São João de Pirabas	0,175	0,177	0,219	0,257	0,299	0,414
São João Araguaia	0,298	0,298	0,298	0,298	0,298	0,298
São Miguel do Guamá	0,161	0,174	0,622	0,527	0,802	0,857
Soure	0,017	0,153	0,290	0,275	0,405	0,519
Terra Alta	0,277	0,277	0,277	0,277	0,277	0,277
Tomé-Açu	0,028	0,064	0,100	0,100	0,136	0,172
Tracuateua	0,065	0,209	0,242	0,373	0,527	0,834

Tucuruí	0,062	0,208	0,251	0,335	0,316	1,00
Ulianópolis	0,014	0,295	0,449	0,470	0,665	1,00
Uruará	0,179	0,189	0,100	0,250	0,326	0,396
Vigia	0,058	0,144	0,177	0,259	0,216	0,870
Vitória do Xingu	0,258	0,444	0,629	0,629	0,814	1,00
Xinguara	0,043	0,297	0,421	0,436	0,528	1,00

Fonte: Elaborado a partir de dados do SIES (2013).

Neste contexto, os 20 Empreendimentos Sociais apresentam fat37 e gast39, com números de faturamento constantes, obtendo mínima de 200,00 reais e máxima de 24.000,00 reais. Foi necessário calcular a média de faturamento e de gastos com insumo para obter a média de fat37, que apresentou a soma de R\$ 4.367,31 e gast39, que somam R\$ 724,62. Deste modo, os empreendimentos de Cachoeira do Piriá apresentam-se eficientes por conta alto grau de faturamento em relação aos custos de produção, segundo informações levantadas pela base de dados. Outro município que merece destaque em seu faturamento é o município de Bujaru, com 16 Empreendimentos Sociais. O mesmo possui máxima de fat37 no valor de R\$ 1.025.000,00 reais e seu faturamento mínimo é de R\$ 263,46 reais. Para saber se os estabelecimentos são eficientes, foi necessário calcular a média de faturamento e a média dos gastos, logo, os valores gerados foram o faturamento médio dos empreendimentos somam R\$ 77.020,84 reais e seus gastos médios são R\$ 45.479,12 reais. Esses valores tornam os empreendimentos de Bujaru eficientes, de acordo com a teoria DEA, onde $E=1$.

Há alguns Empreendimentos Sociais eficientes no Pará, configurados por organizações do campo e da cidade, responsáveis pela gestão e pela produção de seus produtos e serviços, que desenvolvem atividades de autorremuneração para seus membros e que podem contribuir para o desenvolvimento local com a ajuda do Estado e de algumas parcerias privadas. Essas atividades podem trazer alguns efeitos positivos para os grupos que praticam a economia social no território como um todo e, a depender de seu tamanho, os grupos organizados podem se beneficiar das políticas públicas destinada a eles, sendo elas oriundas de iniciativas federais, estaduais ou municipais. À vista do que foi apresentado, é importante observar os caminhos da Economia Solidária institucionalizada no estado do Pará. Os Empreendimentos Sociais estão localizados dentro da área territorial em que atuam, desenvolvem suas atividades sociais, econômicas e culturais de forma organizada e ordenada, se se constituem entidades que possuem acesso direto às secretarias municipais locais. No que diz respeito ao estabelecimento de novas ações e parcerias, o poder público oferece parcerias e apoios importantes, mas é válido observar que estes carecem de ampliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além dos debates acerca da Economia Solidária, pode-se observar que todos os acontecimentos: históricos, sociais, culturais e políticos passam primeiro pelos territórios, pelos espaços regionais e pelo conceito de lugar, pois a contiguidades dos moradores dos territórios fazem partes da mesma porção de terra, para que homens e mulheres possam se manter e viver dignamente. Assim, é a partir do espaço territorial que acontecem a trocas, as vendas e o autoconsumo, como também se engendram as realizações de compra e vendas desses pequenos negócios, que vão desde produtos da agricultura familiar até produtos artesanais, como biojóias, confecções e assessórios.

É neste contexto que as organizações sociais da Economia Solidária tomam formas, pois, sem o lugar, sem o território, sem o espaço e sem o meio, dificilmente os atores sociais conseguiriam interagir com o seu entorno e com seu meio natural – e também dificilmente conseguiriam convergir com o poder estatal e outras organizações privadas.

Neste estudo, apesar de não ter ficado claro como as instituições públicas e privadas apoiam esses pequenos negócios, elas apareceram, contudo, nos resultados de eficiência. Considerando que uma parte significativa desses pequenos negócios é ineficiente e que apenas uma parte pequena dos empreendimentos é eficiente, parece razoável pensarmos que as instituições precisam intensificar a construção de redes de apoio. A estrutura social aqui assinalada fornece elementos de ligação entre os entes sociais e o poder estatal, mas não vislumbra grandes saltos de eficiência na sua produção e no seu faturamento, o que justifica a necessidade de maior apoio no desenvolvimento de seus negócios.

O que ficou evidenciado nesta pesquisa foi a precisão da localização e a distribuição dos Empreendimentos Sociais no território paraense, em que a cidade Belém aparece com a maior quantidade de empreendimentos solidários. Em ambientes como esse, as relações sociais se atrelam à Economia Solidária, a qual enrobustece uma atmosfera propícia à interação social, pois nela são integradas atividades coletivas que interagem com o meio e os movimentos sociais – embora ainda sem entender como funcionam os desenvolvimentos dos seus negócios, para torná-los mais eficiente.

O cerne desta pesquisa demonstra que a Economia Solidária e suas unidades produtivas estão longe de assegurar a eficiência desses micros negócios. Os números comprovam que a eficiência na produção é gestada no mesmo espaço e local onde são devolvidas, simultaneamente, a produção e a comercialização. Assim, as mercadorias são vendidas nos comércios locais comumente denominados de circuitos curtos. Através da eficiência no

faturamento de alguns empreendimentos, foi possível notar, por intermédio da matriz insumo-produto, o resultado de eficiências de certos negócios por meio da variável de faturamento *versus* o custo de produção sobre produtos regionais como açaí, farinha, peixe, camarão etc. Estes são vendidos nas mesmas localidades e nos territórios onde esses negócios são estabelecidos. Isso mostra o poder do consumo local e como esses pequenos negócios fortalecem o trabalho local e dão dignidade aos trabalhadores que desenvolvem essas atividades locais.

Um fato que chamou a atenção na pesquisa refere-se aos dados extraídos sobre os retornos em escala dos Empreendimentos Sociais. No que se refere aos números de empreendimentos eficientes no estado paraense, ficou demonstrado que um parcela muito pequena é de fato eficiente no processo produtivo, e que uma grande maioria é ineficiente. Ademais, os empreendimentos solidários não apresentam grandes saltos nas suas eficiências: pode-se dizer, mesmo com apoio das universidades no desenvolvimento dos empreendimentos, que não existe sucesso por enquanto. Outro aspecto apresentado na pesquisa corresponde ao fato de que grande parte dos empreendimentos ficou abaixo da média de eficiência, que é de 0,5000%. Logo, não foi possível verificar que uma política pública voltada especificamente para a Economia Solidária tenha surtido efeito necessário para o sucesso dos empreendimentos.

Neste contexto, o ponto apoio desta dissertação diz respeito ao mapeamento da Economia Solidária compreendido no período de 2007-2013, bem como os dados anteriores ao mapeamento que foi tratado com pouco cuidado pelos órgãos oficiais ao longo do tempo. Desse modo, o mapeamento da Economia Solidária foi importante por dois aspectos: primeiro, pela descoberta da existência dos empreendimentos, tidos inicialmente como organizações sociais invisíveis ao longo da sua história, sem um tratamento criterioso pelos órgãos oficiais, isto é, sem base de dados e sem sistematização estatística (principalmente pela existência de dados de natureza qualitativa e informação oficial disponível). O segundo aspecto importante deste levantamento declara que o mapeamento de 2009-2013 forneceu um “raio x” preciso de como se desenvolveu a Economia Solidária brasileira naquele momento. Nesse ínterim, vimos que a SENAES criou um poderoso banco de dados, que possibilitou a criação de sistema robusto de informações para auxiliar governos, universidades e movimentos populares na criação de políticas governamentais e no fortalecimento desses atores.

Desta forma, o poder mobilizador da Economia Solidária carece de apoio governamental via o poder público, o qual pode ser institucionalizado via políticas públicas

que almejem encabeçar a participação dos movimentos populares, como: Bolsa Família, Benefícios de Participação Continuada, aposentadorias e pensões. Outra política social auxiliar dos movimentos populares diz respeito às políticas de fomento direcionado à Agricultura Familiar e trabalho urbanos, como: microcréditos e programas nacionais de apoio financeiro que cubram todo território nacional e incluam os Empreendimentos Sociais nas políticas sociais já consolidadas, como PPA, PANAE e AMAZÔNIA FLORECER. Esses Programas têm o potencial de apoiar os pequenos negócios por meio da geração de renda somada ao trabalho coletivo, tendo em vista o progresso desses negócios como condição primeira para melhorar a vida destes entes sociais.

Cumpramos entender que os órgãos do poder público, do governo federal, dos governos estaduais e as prefeituras, enquanto gestores de âmbito governamental-local contribuem fortemente para o fortalecimento de grupos ligados à Economia Solidária. Este prognóstico afirma que o poder público, a partir de uma lei específica, tem maior facilidade de atender aos pedidos dos Empreendimentos Sociais mais rapidamente, e sem gerar grandes burocracias. Tendo em vista as questões do local, é na gestão dos secretários do município que devem ser planejadas e estabelecidas ações e parcerias entre poder público e as entidades sociais, considerando as proximidades entre os agentes e os beneficiados, bem como as especificidades.

Com relação às entidades de apoio privado e público, organizações como as universidades podem ter um efeito positivo no fomento das atividades produtivas no interior dos Empreendimentos Sociais. Fica evidenciado que, partir do apoio financeiro e técnico dos agentes de organismos da sociedade civil, pode ser possível reduzir a lacuna da falta de apoio financeiro dessas organizações, pois, com ajuda, os grupos sociais executam suas atividades coletivas para a melhoria de vida de seus membros. Com estes incentivos, as entidades sociais ampliam seus negócios, compram matérias-primas, contratam serviços de terceiros e expandem sua comercialização.

Podemos sintetizar, assim, que a Economia Solidária obteve, no país, grandes avanços em seu espraiamento nacional, assegurando uma capilaridade densamente distribuída, onde a região Nordeste destaca-se em números de empreendimentos a nível nacional. Segundos os dados demonstrados até aqui, muitos Empreendimentos Sociais ainda estão longe de ser autônomos e, por isso, a Economia Solidária terá que dar passos mais firmes na direção dos sucesso dos seus cooperados e associados.

Todos os fundamentos, princípios, conceitos, definições, características e leis da Economia Solidária mencionados nesta dissertação são importantes para moldar os aspectos

físicos das entidades sócioprodutivas em questão. Também buscamos focar as formas jurídicas, o tipo de formalização dos estabelecimentos, o tipo produção e o local de comercialização. Assim, restou demonstrado que a variedade de caminhos percorridos pelos ESS deságua na diversidade social dos membros da Economia Solidária.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; SILVA, M. K.; TABAGIBA, L. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova**, n. 105, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-015046/105>.

ALMEIDA, M. R. de; MARIANO, E. B.; REBOLATO, D. A. do N. **Análise por envoltória de dados** - evolução e possibilidades de aplicação. 2006. Disponível em:
ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LÖBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. A Economia Solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 243–257, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120257>.

ALVES, R. N. B., & MODESTO JÚNIOR, M. de S. (2022). **Potencialidades da cultura da mandioca no estado do Pará**. <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1143134/1/LV-Sinergias-312-340.Pdf>, 1–29.

ARAUJO, C. M.; CASTRO, J. G. S. Desafios Enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco (IPEPS) para Consolidar seus Empreendimentos. **Revista Administração Em Diálogo - RAD**, v. 18, n. 2, p. 59- 67, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20946/rad.v18i2.25346>.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135–159, 2010. Disponível em: http://200.130.27.16/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BECHER, B. K. Amazônia. SP: Ática, 1990.

BECHER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B. K. A Amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. **Um Olhar Territorial Para o Desenvolvimento**, 396–401, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14395>.

BORGES, T. P.; SOUZA, M. T. C. C. DE. Psicologia moral e Economia Solidária: relações teóricas. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 459–483, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270944>

BRIANEZ, G. P.; SABBAG, O. J. Análise envoltória de dados na eficiência inovativa de propriedades leiteiras. **Exacta**, v. 21, n. 2, p. 316–336, 2021.

CARVALHO, O. F. de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 6, n. 3, p. 773–794, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v6i3.59730>.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. *In: DIEGUES, A. C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Ed.

HUCITEC, 2000, p 165-182.

Disponível: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf>> Acesso 14 agosto 2020.

CATTANI, A. D. *et al.* (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CERNICCHIARO, A. C. A Terra como corpo: a “economia do cuidado” contra as cinzas do “povo da mercadoria.” **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 23, n. 1, p. 122–138, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106x/2021231122138>.

CRISTINA, K.; UFPR, L.; BERNARDES, S.; UFPR, V. Custos de produção do açaí : Um estudo em Municípios da Região Norte do Brasil Custos de produção do açaí. **Anais Do Congresso Brasileiro De Custos – ABC**, 2020. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4869>. Acesso em: 23 mai. 2024.

COLLADO, A. C.; NASCIMENTO, F. S. do. Uma análise da economia social solidaria em experiência de agricultura familiar: estudo de casos da COOPAECIA e da ECONORTE. **Estudos Do CEPE**, v. 48, p. 69–87, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i48.13133>.

CRUZ, A. A Construção do Conceito de Economia Solidária no Cone Sul. **Revista Estudos Cooperativos - Unidad de Estudios Cooperativos – UDELAR**, 2007.

DIAZ, N. Q.; WOSNIAK, H. Economia do Cuidado: Reflexões para um Feminismo Decolonial. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 322- 332, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rvx.v17i1.84402>.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2000, p 165-182. Disponível: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Etnoconservacao%20livro%20completo.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2020.

DINIZ, S. C. Possibilities of the popular and solidary economy in Brazil: Notes. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 963–985, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4685>.

FARIAS, J. H. de. Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 3, p. 629–650, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395157778>

FILLIPINE, N. S. Institui a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará. **Journal of the American Chemical Society**, v. 123, n. 10, p. 2176–2181, 2009.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Desafios metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Vivências**, v. 5, n. 8, p.53-61, outubro/2009.

FREITAS, A. F. de; FERREIRA, M. A. M.; FREITAS, A. F. de. A trajetória das organizações de agricultores familiares e a implementação de políticas públicas: Um estudo de dois casos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 10–27, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570101>.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137–169, 2018.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81–99, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.401>

GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>.

GAIGER, L. I. O mapeamento nacional e o conhecimento da Economia Solidária. **Revista Da ABET**, v. 12, n. 1, p. 7–24, 2013.

GAIGER, L. I. G. Por um olhar inverso: Prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 313–335, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200006>.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katál**, v. 11, n. 1, p. 11–19, 2008.

GAIGER, L. I.; KUYVEN, P. S. Dimensions and trends of the solidarity economy in Brazil. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 3, p. 811–834, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Solidarity economy and work paths: A retrospective from national data. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, 2020. <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>.

GELCIOMAR, A.; JUSTEN, S.; FROEHLICH, A. G.; CARVALHO, S. Características socioeconômicas das comunidades empreendedoras da amazônia brasileira. **Socioeconomica**, V. 55, p. 2–5, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, M. A economia do cuidado: As instituições no Brasil. **Comercio, género y equidad en América Latina: Generando conocimiento para la acción política**, 21, 2007.

GROS, G. C.; ABAD, J. S. Articulación de lógicas y modos de sociabilidad económicos: un análisis a partir de cuatro experiencias de Economía social y solidaria en España. **Revista de Antropología Social**, v. 28, n. 2, p. 247–273, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/raso.65614>

IPEA. Economia dos cuidados: marco teórico-conceitual. **Relatório de Pesquisa IPEA**, p. 1–42, 2016.

IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários –**

- PRONINC.** Relatório Final Recife, 2011. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3C3A6BBF013CB4C1940C0E82/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20PRONIN%202011%20_%20IADH.pdf . Acessado em: 23 ago. 2020.
- LIMA, J. C.; ARAÚJO, A. M. C.; RODRIGUES, C. C. P. Empreendimentos Urbanos De Economia Solidária: Alternativa De Emprego Ou Política De Inserção Social? **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 119–146, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752011v126>.
- LUSSI, I. A.; TESSARINI, L.; MORATO, G. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: realidade da incubação de empreendimentos econômicos solidários com participação de usuários de serviços de saúde mental. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 345-354, 26 dez. 2015.
- LUZ, L.. CARDOSO, J. E.; CARVALHO, F.; NUNES, C. **Atlas geográfico escolar do estado do Pará**. 2013.
- MARTINS S., M.; MONTEIRO, J. J.; MENDONÇA C., J. V.; Ritta, C. de O. Análise envoltória de dados para avaliação da eficiência financeira das cooperativas de eletrificação do sul do Brasil., v. 13(1), 1–20, 2021. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2021v13n1id19358> **Revista Ambiente Contábil**
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MORAIS, L. P. R.; XAVIER, W. S.; PINHEIRO, D. C. Comunidade Noiva do Cordeiro: contribuições por meio de elementos de um sistema baseado em uma economia substantiva. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 4, p. 1040–1057, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190186>.
- NUNES, A. **Iniciativas Econômicas Solidárias E Redes**, 1–21, 2020.
- OLIVEIRA, P. Economia Solidária. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 461, 2008.
- OLIVEIRA, C. P. de; SOUZA, A. L. de. **Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado do Pará**: construção da extensão universitária inovadora. Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários Título do Projeto: Modalidade Identificação Incubadora Instituição Executora: CN. 1–42, 2017.
- OLIVEIRA, H.C.; GOMES, A. P. Eficiência na agroindústria avícola mineira. *In: V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*, Ouro Preto, 2003.
- PEÑA, C. R. **Um Modelo de Avaliação da Eficiência da Administração Pública através do DEA**, 2008.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- POSTHUMA, A. C. **A economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América**, 2021.

RAMOS, M. da C. P. Economia Solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. **Laboreal**, v. 7, n. 1, p. 0–37, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/laboreal.8366>.

REIS, J. **Palavras para Lá da Pandemia**. Centro de Estudos Sociais: Universidade de Coimbra, 2020.

ROLIM, C. Série textos para discussão espaço e região : retorno aos conceitos originais. 1–19, 1990.

RIBEIRO, F. R. (2014). *História e memória: uma história dos trabalhadores do açaí. 1–11*.

RODRIGUES, B.; GUIMARÃES, G. M. **Economia solidária e pensamento resiliente – Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooperança**, 2020.

SANTOS, B. de S. Produzir Para Viver Os caminhos da produção não capitalista **Afrontamento**, v. 1. n. 2, p. 128, 2003.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec: 1982

SANTOS, M. (1994). TÉCNICA ESPAÇO TEMPO - Globalização e meio técnico-científico informacional. Técnica Espaço Tempo, 94.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. **GEOgraphia**, v. 1, Issue 1, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/geographia1999.v1i1.a13370>.

SANTOS, R. B. N. dos. **Análise de Eficiência (DEA)**. 2020.

SANTOS, V. B. (2022). Revendo a questão das Desigualdades Regionais na Amazônia paraense.

SEDAP (2016). Pró-Açaí. PROGRAMA PRÓ-AÇAÍ http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/PROGRAMA_PRO_ACAI.pdf

SELA, V. M.; GONZALES, L.; CHRISTOPOULOS, T. P. Construção da agenda de inclusão financeira à luz da Teoria Ator-Rede. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 162–180, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180382>.

SEMUTE. **Relatório de mapeamento de Economia Solidária do município de Barcarena**. 2022.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseo. 2002.

SILVA, S. P. Reciclagem e Economia Solidária: análise das dimensões estruturais dos empreendimentos coletivos de catadores no Brasil. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 1, n. 46, p. 229–249, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2017v1n46.31292>.

SILVA, L. I. da. **A Economia Solidária no Brasil uma análise de dados nacionais**, 2014.

SOARES, L. R. **Análise intertemporal da eficiência de terminais de contêineres no Brasil: Uma** abordagem a partir da infraestrutura, superestrutura, operacional e financeiro. BELÉM/PARÁ, 2022.

SOUZA, A. L. De. Política pública de Economia Solidária e desenvolvimento territorial. **Mercado de Trabalho**, v. 52, n. 8, 2012.

SOUZA, A. L. De. **Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento**. 2013.

SOUZA, H. G. De; ROCHA, S. F. Eficiência técnica e gestão ambiental na Amazônia legal frente aos objetivos.. **Desenvolvimento Econômico Sustentável**, v. 1, p. 181–210, 2020.

TAVARES, M. E. A. e M. Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária. *In*: Secretaria Nacional da Economia Solidária - SENAES, 1o Volume: Vol. I, 2011.

VERONESE, M. V.; Gaiger, L. I.; Ferrarini, A. V. Sobre a Diversidade De Formatos E Atores Sociais No Campo Da Economia Solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89–104, 2017.

ZELIZE, V. Civitas A economia do care. **The economy of care**, 2010.